



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Gabriel Alves Abade

**A seletividade espacial no território das comunidades agricultoras do Vale do
Jequitinhonha (MG)**

Florianópolis - SC
2024

Gabriel Alves Abade

**A seletividade espacial no território das comunidades agricultoras do Vale do
Jequitinhonha (MG)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva

Florianópolis – SC
2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Abade, Gabriel Alves

A seletividade espacial no território das comunidades
agricultoras do Vale do Jequitinhonha (MG) / Gabriel Alves
Abade ; orientador, Clécio Azevedo da Silva, 2024.
124 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Vale do Jequitinhonha. 3. Seletividade
Espacial. 4. Horizontalidade. 5. Desenvolvimento Regional.
I. Silva, Clécio Azevedo da. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III.
Título.

Gabriel Alves Abade

A seletividade espacial no território das comunidades agricultoras do Vale do Jequitinhonha (MG)

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 11 de Março de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

[Não é necessária a assinatura dos membros]

Prof.(a) [nome do(a) professor(a)], Dr.(a)

Instituição [nome da instituição]

Prof.(a) André Souza Martinello, Dr.(a)

Instituição [UDESC]

Prof.(a) Ricardo Cid Fernandes, Dr.(a)

Instituição UFPR

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de [Mestre] em Geografia.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof.(a) Clécio Azevedo da Silva, Dr.(a)

Orientador(a)

Dedico este trabalho ao meu povo do Vale do Jequitinhonha.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Aparecida Abade, pelo sacrifício e crença sensível nas minhas escolhas. Ao meu irmão, Samuel Abade, pela onipresença. Às amizades feitas desde que cheguei a Florianópolis, na UFSC e fora dela, foram muitas, e de extrema importância. Me torno cada vez mais fã dos meus amigos, os próximos e distantes.

Ao meu orientador, professor Clécio Azevedo da Silva, que aceitou me orientar nesta pesquisa. Além de me permitir uma liberdade intelectual, as conversas, aulas e orientações foram de grande valia.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina por todo suporte. O que é público é preciosíssimo. À política de ações afirmativas. Creio que sem ela eu não teria condições de me manter durante todo este processo.

Aos professores que contribuíram com esta trajetória, Carlos Espíndola, Leila Dias, Maria Adélia, Carlos Walter Porto-Gonçalves (em memória), e demais professores do PPGGeo UFSC com as suas atividades de grande importância para o meu conhecimento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia por todo o suporte prestado, os auxílios para eventos e viagens de campo. Tudo isto contribuiu enormemente para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Laboratório de estudo do espaço rural (LabRural), com as atividades desenvolvidas. Aos colegas do LabRural, dos quais me tornei amigo.

Finalmente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fomento às pesquisas, e pela possibilidade de realização deste trabalho.

Eu sonho com a civilização da comunhão, da compaixão, da solidariedade, da emotividade não escondida. Voltemos a falar de espaços. A casa é o abrigo “seguro” de nossas lembranças e temores. A casa tem cantos que não se avistam com olhos desavisados, a não ser quando a manhã entra pela janela (Santos, 1999, p. 6).

RESUMO

O presente estudo buscou refletir sobre a formação territorial do Vale do Jequitinhonha – MG, a condução histórica do seu desenvolvimento a partir da verticalidade incidente e as características socioespaciais decorrentes dos usos do território. Neste trabalho, discutem-se as forças verticais expressas no uso pela monocultura do eucalipto, uma atividade produtiva que se instalou sobre a região intensivamente desde o início dos anos 1960, e colocou em questão diversos grupos de populações tradicionais e comunidades agricultoras, bem como suas formas de reprodução da vida no território. Tal contexto gera uma complexa realidade socioespacial marcada por desigualdades socioeconômicas e características peculiares. Para tanto, esta dissertação avaliou o papel das forças horizontais, isto é, das horizontalidades nascidas no seio das comunidades agricultoras ali residentes, com o intuito de se compreender a seletividade espacial para além das verticalidades. A pesquisa de campo foi realizada na microrregião de Araçuaí - MG, duas comunidades agricultoras, a saber: Sítio Maravilha, Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV - Turmalina). A metodologia envolveu várias etapas, combinando as técnicas quantitativas e qualitativas. Sob esta análise, a seletividade espacial foi entendida como a resultante do enfrentamento entre as forças verticais e horizontais presentes no território, apresentando-se como a própria síntese dialética entre a racionalidade hierarquicamente instituída pelas grandes corporações e a estratégia adotada pelos agentes subalternos por meio de suas práticas solidárias, orgânicas e organizacionais.

Palavras-chave: Verticalidades; horizontalidades; seletividade espacial; Vale do Jequitinhonha; comunidades agricultoras; monocultura do eucalipto.

ABSTRACT

This present study seeks to reflect upon the territorial formation of Vale do Jequitinhonha – MG, the historical trajectory of its development stemming from the impactful verticality, and the socio-spatial characteristics resulting from the uses of the territory. In this work, we discuss the vertical forces manifested in the monoculture of eucalyptus, a productive activity that has intensively taken root in the region since the early 1960s, questioning various groups of traditional populations and farming communities, as well as their ways of life reproduction in the territory. Such a context generates a complex socio-spatial reality marked by socio-economic inequalities and peculiar features. Therefore, this dissertation evaluates the role of horizontal forces, i.e., the horizontalities arising within the resident farming communities, aiming to comprehend spatial selectivity beyond verticalities. Field research was conducted in the microregion of Araçuaí - MG, involving two farming communities, namely: Sítio Maravilha and Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV - Turmalina). The methodology encompassed various stages, combining quantitative and qualitative techniques. Under this analysis, spatial selectivity was understood as the outcome of the confrontation between vertical and horizontal forces in the territory, presenting itself as the dialectical synthesis between the hierarchically instituted rationality of large corporations and the strategy adopted by subordinate agents through their organic and organizational solidarity practices.

Keywords: Verticalities; horizontalities; spatial selectivity; Vale do Jequitinhonha; farming communities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Trajeto percorrido de Florianópolis (SC) a Belo Horizonte (MG): etapa 1.	39
Figura 2: Trajeto percorrido de Belo Horizonte (MG) a Araçuaí (MG): etapa 2.	40
Figura 3: Trajeto percorrido de Araçuaí (MG) ao Sítio Maravilha: etapa 3.	41
Figura 4: Caracterização da área de estudo. Mapa de Localização do Vale do Jequitinhonha, destaque para a microrregião de Araçuaí – MG.	48
Figura 5: PIB per capita das Mesorregiões de Minas Gerais 2010 – 2020.	49
Figura 6: Produtos da pequena agricultura e comercialização local.	50
Figura 7: pobreza e extrema pobreza nas mesorregiões de Minas Gerais – 2020.	51
Figura 8: População pobre ou extremamente pobre no Vale do Jequitinhonha – MG, por município. 2020.	52
Figura 9: A plantação de eucalipto da empresa <i>Aperam</i> Bioenergia utilizada para produzir carvão em Turmalina – MG.	54
Figura 10: Distribuição das empresas florestais em Minas Gerais – 2023.	65
Figura 11: Área plantada no Sul e Sudeste do Brasil: anos 2012-2021.	66
Figura 12: Área plantada por estado no Brasil: 2012-2021.	67
Figura 13: Número de estabelecimentos da agricultura familiar com produtos da silvicultura de eucalipto por mesorregião em Minas Gerais – 2017.	69
Figura 14: Percentual de estabelecimentos da agricultura familiar com produtos da silvicultura de eucalipto por mesorregião em Minas Gerais – 2017.	70
Figura 15: Estabelecimentos da silvicultura, por mesorregião em Minas Gerais – 2017.	72
Figura 16: Sítio Maravilha.	90
Figura 17: Implantação de estufa no semiárido.	91
Figura 18: Fotografia do viveiro de mudas do Centro de Permacultura – Sítio Maravilha em Araçuaí – MG.	97
Figura 19: Área de entrada do Sítio Maravilha.	98
Figura 20: Mapa da Rede CPCD – Sítios Maravilha – 2023.	99
Figura 21: consorciação de culturas: concepções e práticas da permacultura, Sítio Maravilha, Araçuaí – MG.	102
Figura 22: Plantação de mandioca em pequena área. Sítio Maravilha.	103
Figura 23: Linha reta entre os Centros (CPCD e CAV) no Vale do Jequitinhonha.	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADENE	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
AMAI	Associação de Moradores e Amigos de Itinga
AMIF	Associação Mineira da Indústria Florestal
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Áreas de Preservação Permanente
CAV	Centro de Agricultura Alternativa – Vicente Nica
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CFE	Centro de Formação e Experimentação
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CODEMA	Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente
CODEVALE	Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha
CPCD	Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FISSET	Fundo de Investimento Setorial Florestamento e Reflorestamento
FJP	Fundação João Pinheiro
FTIEMG	Federação dos Trabalhadores da Indústria Extrativa em Minas Gerais
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GESTA/UFMG	Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais
IBÁ	Indústria Brasileira de Árvores
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRE	Instituição Brasileira de Economia
IEF	Instituto Estadual de Floresta
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
IMRS	Índice Mineiro de Responsabilidade Social
IPPDS	Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável
MPE/MG	Ministério Público Estadual de Minas Gerais
MPF	Ministério Público Federal
NIISA	Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental
NINJA/UFSJ	Núcleo de Investigação em Justiça Ambiental
ONGs	Organizações não governamentais
PIB	Produto Interno Bruto
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
RURALMINAS	Fundação Rural Mineira
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIGs	Sistemas de Informações Geográficas
SINDIFER	Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFV	Universidade Federal de Viçosa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	OBJETIVOS	20
2.1	OBJETIVO GERAL	20
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	20
3	METODOLOGIA	21
3.1	OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA	21
3.1.1	<i>O território e seu uso</i>	21
3.1.2	<i>As solidariedades horizontais</i>	24
3.1.3	<i>Interfaces entre a verticalidade e a horizontalidade</i>	25
3.2	A REALIZAÇÃO DO TRABALHO EM CAMPO	29
3.2.1	A periodização.....	29
i)	<i>O período pré-técnico: o meio natural e as condições temporais de transformação do espaço geográfico com as sociedades indígenas</i>	32
ii)	<i>O período econômico da mineração em Minas Gerais: as relações sociais e os marcos espaciais do processo produtivo</i>	34
iii)	<i>As sucessões do meio geográfico: a introdução de inovações técnicas no setor cafeeiro em Minas Gerais entre os séculos XIX e XX</i>	36
3.2.2	A coleta de dados.....	38
4	O VALE COMO TERRITÓRIO E O SEU USO	47
4.1	A CARACTERIZAÇÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA – MG.....	47
5	A SELETIVIDADE ESPACIAL EM CONSTRUÇÃO	76
5.1	AS VERTICALIDADES COMO FORÇAS DOMINANTES.....	76
5.2	O QUE PODEM AS HORIZONTALIDADES.	87
5.3	A SELETIVIDADE COMO SÍNTESE DIALÉTICA NO VALE DO JEQUITINHONHA.	93
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
8	APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O CPCD	119
9	APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O CAV	122

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo teve o intuito de investigar o atual processo de seletividade espacial no Vale do Jequitinhonha, situado no nordeste de Minas Gerais, tomando como ponto de partida sua invenção enquanto região por ação dos interesses dos grandes proprietários de terras.

O Vale do Jequitinhonha tem como marca histórica a estagnação econômica e social, além da exploração minerária secular. Tal característica se prolongou no tempo, devido ao fato de que a população tradicional foi desamparada durante a elaboração dos projetos de desenvolvimento para a região (Leite, 2015). A principal atividade que identifica essa população, desde o final dos anos 1960, é a pequena agricultura, como já caracterizado pela CODEVALE (s.d. *apud* Leite, 2015, p. 221), “Agricultura rotineira e tradicional dos caboclos, pelo sistema de roças e coivaras, derrubando e queimando a mata para plantar uns poucos produtos agrícolas (milho, feijão e mandioca)” sufocada pelo domínio do latifúndio e incapaz de realizar, nas últimas décadas, uma transição para um modo de vida digno, com acesso adequado a recursos e serviços básicos, em meio à modernização da economia regional mineira.

Ao fazermos uma análise atual do Vale do Jequitinhonha, enquanto um objeto de estudo das relações sociais e econômicas, nos defrontamos com as angústias vividas por aquelas comunidades agricultoras diante, principalmente, do uso do território por grupos econômicos que controlam extensas florestas de eucalipto, formando uma complexa realidade socioespacial marcada por um grau acentuado de extração da mais-valia dos trabalhadores e, conseqüentemente, por uma notória desigualdade.

A noção de verticalidade é utilizada como um fio condutor da história do Vale do Jequitinhonha, desde sua invenção nos anos 1960-70 até os dias atuais, para se afigurar útil às dinâmicas dos interesses de grandes empresas sediadas fora do território, o que lhe impôs um pesado fardo de pobreza e de exclusão sobre a realidade social. Tal noção decorre das premissas de Santos (2006), que afirma:

As verticalidades podem ser definidas, num território, como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos [...] esse espaço de fluxos seria, na realidade, um subsistema dentro da totalidade-espaço, já que para os efeitos dos respectivos atores o que conta é, sobretudo, esse conjunto de pontos adequados às tarefas produtivas hegemônicas, características das atividades econômicas que comandam este período histórico (p. 51).

Nesse sentido, as contradições oriundas deste processo levaram à constituição de estratégias locais em resposta aos interesses externos, isto é, à formação de

horizontalidades que colocam em questão a produção de riquezas e a apropriação dos benefícios pelos usos do território. Ainda, segundo Santos (2006):

As horizontalidades são zonas da contiguidade que formam extensões contínuas [...] Todos os agentes são, de uma forma ou de outra, implicados, e os respectivos tempos, mais rápidos ou mais vagarosos, são imbricados. Em tais circunstâncias pode-se dizer que a partir do espaço geográfico cria-se uma solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum (p. 53).

Ambas as noções – verticalidades e horizontalidades – funcionam como um par dialético e compõem o instrumental teórico para se compreender as relações sociais, econômicas e culturais que culminam no uso do território concretamente estabelecido. A verticalidade, ao considerar o comando e influência de fatores externos, permite compreender as articulações hierárquicas com outros lugares, dinâmicas de fluxos e relações de poder que permeiam o Vale do Jequitinhonha desde a sua invenção. As horizontalidades se aplicam aos vínculos de solidariedade, internos e externos, destinados a gerar efeitos positivos sobre as comunidades locais, tais como forças centrípetas, que serão futuramente desveladas no interior deste estudo.

Dessa forma, pretende-se analisar as dinâmicas territoriais da região no sentido da produção real (dialética) da seletividade especial, considerando as tensões entre os fatores endógenos e exógenos que determinam a organização do espaço em questão.

Servilha (2012) analisou a formação e/ou invenção do Vale do Jequitinhonha em seus aspectos identitários e governamentais a partir da “descoberta” de sua pobreza. Neste particular, o discurso para a sua superação surgiu via Estado, através de diagnósticos que confirmaram a sua “miséria” e, deste modo, lhe conferiu a visibilidade para que processos sociais e políticos ocorressem com intensidade, isto é, um processo de regionalização.

A *regionalização como fato*, segundo Ribeiro (2016) pode ser entendida como correlata à noção de região, no sentido em que considera as condições históricas da reprodução social, assim como delimita as fronteiras regionais e seus aspectos particulares. No entanto, tida como par dialético da *regionalização como ferramenta*; esta última como alicerce da ação hegemônica, a intervenção dos seus elementos atua desigualmente nos lugares e dissolve os aspectos particulares, tornando o espaço requerido pelos grandes agentes econômicos em mercadoria.

É neste caminho que Ribeiro (2016), influenciada pelos escritos de Francisco de Oliveira, nos apresenta um nexos explicativo no qual a *regionalização como*

ferramenta equivale ao instrumento do Estado e, este, como condutor do planejamento regional a serviço das forças hegemônicas. Portanto, “[...] A regionalização, *como fato e como ferramenta*, envolve ideologia e recursos político-administrativos”, (RIBEIRO, 2016, p. 196).

Com essas premissas, Servilha (2012, p. 8) chama a atenção ao afirmar que “[...] A bacia do Vale do Jequitinhonha torna-se uma região delimitada política-administrativamente, com características analisadas segundo interesses estatais (nem sempre públicos)”. Neste caminho,

Não nos é suficiente aqui a compreensão dos processos administrativos estatais que produziram recortes espaciais no estado institucionalizando regiões, mas, em especial, como estas foram, ou não, incorporadas à vida da população do estado como uma escala de vivência, significação e identidade (SERVILHA, 2012, p. 9).

Sendo assim, a região do Vale do Jequitinhonha surge sob a escusa de um projeto, isto é, uma regionalização¹, um processo. Para isto, foi necessário, como já destacara Ribeiro (2016), acionar discursos ideológicos, características da paisagem, os aspectos culturais existentes e compartilhados, assim como dados científicos e políticos que legitimem a criação de limites, fronteiras e/ou recortes espaciais.

Pode-se dizer no que concerne ao Estado, enquanto agente que viabiliza o processo de regionalizar, lhe cabe a tarefa de estabelecer articulações com os agentes hegemônicos da economia a fim de se criar pactos, cujo poder político determina a apropriação estratégica dos recursos no território, bem como direciona as ações hegemônicas legitimando, assim, os investimentos e a instalação dos empreendimentos.

Simultaneamente, tem-se o papel dos agentes hegemônicos da economia como analisa Ribeiro (2016). Cabe-lhes a busca de uma garantia privilegiada dos recursos, sobretudo ao influenciar a decisão política, isto é, comandos verticais no ato

¹ “A partir do início dos anos 1970, com o desenvolvimento de estudos de economia regional pela Fundação João Pinheiro (FJP), o Conselho Estadual de Desenvolvimento de Minas Gerais (CED), em convênio com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e com o Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES), propôs, com base nas Microrregiões Homogêneas instituídas pelo IBGE em 1969 (46 somente no território mineiro), a criação de oito “grandes regiões” no estado visando subsidiar o planejamento de projetos de desenvolvimento implementados a partir desta década (DINIZ e BATELLA, 2005) (FIG. 16). Nesta nova divisão, o Vale do Jequitinhonha passou a ser identificado como a “VII Região de Planejamento do Estado de Minas Gerais”, composta por 51 municípios – dos quais 48 integravam a regionalização da CODEVALE – em uma área de 78.451 Km²” Souza (2010 *apud* Diniz, 2019, p. 151).

de regionalizar, visto que o controle sobre o território lhes garante a produção, o lucro e o uso corporativo.

De outro lado, os atores sociais locais, ao expressar a horizontalidade, têm como característica a reivindicação do chamado espaço vivido ou espaço político, alicerçado nas relações cotidianas, quer dizer: “[...] exercida pelo imaginário social e os desafios de sua transgressão e uma condição estratégica na resistência à forma social dominante, na construção de alianças políticas e em lutas por recursos territorializados”. (RIBEIRO 2016, p. 202).

Lauanda Souza (2022) lembra que foi necessário integrar este espaço do Vale do Jequitinhonha ao dinamismo da economia nacional, tendo a industrialização e a urbanização como fatores condicionantes. De forma complementar, contribuem com essa análise os estudos de Albér Santos (2018), ao destacar o contexto da criação dos órgãos estatais, como a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), em 1964, dispostos a uma agenda estatal voltada ao desenvolvimento regional.

Conforme Albér Santos (2018), no que envolve os aspectos pragmáticos do desenvolvimento na região inventada, tanto os agentes internos quanto os externos partiram do velho estigma da pobreza para a elaboração de metas de emancipação regional. Porém, a realidade passou longe disso e, vinculados às instituições de apoio, os projetos de desenvolvimento propostos pela CODEVALE possibilitaram uma articulação da elite agrária com os interesses de políticos envolvidos, formando uma rede bem estabelecida em que o futuro da região passou a ser negociado entre as elites tradicionais (fazendeiros), as empresas que estavam desembarcando na região (particularmente do setor agroflorestal e da mineração) e a tecnoburocracia. Carneiro (2003) chama a atenção ao mencionar que o Instituto Estadual de Floresta (IEF - MG) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), ambos criados na década de 1960, serviram como alicerces para os empreendimentos de plantio de florestas homogêneas ou deserto verde².

² “Em face desse indesejado legado, não é uma afirmação randômica nomear o monocultivo comercial do eucalipto como um deserto verde, pois, sob a aparência de uma rica floresta, escondem-se maiúsculas contradições” (LIMA *et al.* 2020, p. 6).

“[...] classificado as florestas de eucalipto como "deserto verde", numa clara referência à diminuição dos recursos hídricos, à desertificação do solo e à eliminação da biodiversidade existente” (PICCOLI, 2006, p. 6).

Por conseguinte, a CODEVALE proporcionou a valorização das terras e a manutenção do poder local por meio da expansão dos sistemas técnicos, como a eletricidade, a construção e ampliação de estradas – fomentando infraestruturas com base numa lógica seletiva.

Os sistemas técnicos instituídos pela agência da CODEVALE se fizeram desarticulados das demandas e necessidades das populações locais, sem que houvesse uma contribuição efetiva para a superação das condições e dos indicadores de pobreza na região.

Albér Santos (2018), aponta que existe uma atenção à elite agrária do Vale do Jequitinhonha, visando à integração ao mercado capitalista. Em outras palavras, Lauanda Lopes (2022) e Leite (2015) afirmam que “os recursos advindos das políticas de correção dos desequilíbrios regionais são destinados apenas a uma pequena parcela de classe social, pertencente a essa região ou de fora desse local” (Leite *apud* Lopes, p. 40).

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste estudo consiste em realizar uma análise da seletividade espacial resultante do encontro entre as forças hierárquicas verticais (dos grupos ligados ao reflorestamento) e as forças solidárias horizontais (no seio das comunidades agricultoras) no Vale do Jequitinhonha.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Apresentar as forças verticais que inventaram a região a partir dos anos 1960, e definiram o uso do território desde sua formação até a configuração das diferenças e desigualdades socioespaciais na atualidade;

b) Identificar as forças horizontais que constituem as redes de solidariedade das comunidades agricultoras e sua relação com os agentes locais e extra locais no território;

c) Analisar as formas de uso do território, enfocando o papel das horizontalidades dos Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) e o Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) – Sítios Maravilha, com os demais grupos e comunidades agricultoras no Vale do Jequitinhonha.

3 METODOLOGIA

3.1 Os fundamentos teóricos da pesquisa

3.1.1 O território e seu uso

Tornado-se o território a dimensão política do espaço geográfico como já lembrara Kahil (2010), a narrativa elaborada relaciona-se à esfera técnica do território e, dado o seu contexto histórico, pode-se considerá-la como a psicosfera. Esta última possui uma estreita relação com a razão instrumental do capital contemporâneo. Assim, “[...] a razão pragmática e instrumental às finalidades do capital que orienta a criação e o ordenamento dos sistemas de objetos é a mesma que justifica a conduta das ações na contemporaneidade” (KAHIL, 2010, p. 479).

Para tanto, foi incorporada nesta pesquisa a noção fundamental de uso do território para interpretar os processos gerados pelo binômio “verticalidade-horizantalidade”. Assim, foi relevante considerar os atores da verticalidade, de um lado, e, majoritariamente, representados pelas grandes corporações e seus interesses; assim como os atores da horizontalidade, em sua maioria, representados pelas populações locais que reivindicam um uso do território com interesses coletivos, sobretudo em que pese o caráter simbólico e funcional para extração dos recursos básicos.

A noção da psicosfera, por sua vez, permite-nos compreender, no seu seio, a condução do espírito do capitalismo, dada a capacidade da ciência em legitimar e justificar as ações e o seu conteúdo ideológico. De maneira similar, tal conteúdo, intrínseco à racionalidade hegemônica, adquire bases legítimas para selecionar e usar corporativamente o território. Kahil (2010) chama a atenção para que ao compreender o uso corporativo da esfera técnica do território é imprescindível, antes de qualquer análise do fenômeno puramente material (técnico-científico e informacional) somado ao seu adensamento, subsumir que existe indissociavelmente o recurso econômico e o poder político como dados do sistema de ações.

Em outras palavras, Nabarro (2022, p. 329) afirma que “preocupar-se com as ações e decisões promovidas por agentes de mercado de capitais é preocupar-se com os rumos econômicos, mas também políticos e sociais de uma nação”. Trata-se de uma aliança entre forças políticas – poder público – e corporações para a conformação de uma psicosfera na qual a criação de políticas públicas territoriais facilita a materialização de especializações territoriais produtivas.

Neste entremeio, os agentes políticos elaboraram a narrativa, ou melhor, orquestraram uma psicosfera da vitória sobre a pobreza ou atraso da região por meio da exploração de seus recursos abundantes – terras e minérios – com o objetivo primordial de se formular e gerir regulamentações para o uso corporativo do território pelas grandes empresas, isto é, criar políticas de concessão de terras para facilitar a implantação da silvicultura, da exploração de carvão vegetal e da atividade da mineração. Tratou-se, portanto, de se efetivar a espoliação dos recursos em troca de uma integração centrífuga com um projeto desenvolvimentista nacional.

Ao encontro do problema teórico, Leila Dias (2018), em seus estudos, atesta que

Presentes tanto na arena política quanto na acadêmica, variadas concepções de desenvolvimento se sucederam nos últimos 60 anos, expressando vozes associadas a projetos ideológicos em diferentes escalas espaciais, em particular a local e a nacional. O próprio desenvolvimento gerou novas questões para as ciências humanas pela permanência de fortes desigualdades entre nações e entre regiões de um mesmo país, contrastando espaços de riqueza com densos espaços empobrecidos (DIAS, 2018, p. 20).

No entanto, vale destacar que a constituição da tecnosfera tem como precedente tal aliança mencionada. Quer dizer, a materialização dos sistemas técnicos tais como: sistemas ferroviários, rodoviários, portuários etc. Estes sistemas viabilizam os fluxos, a circulação e a distribuição da produção, têm aportes nas ideias e/ou crenças do novo, do moderno, do crescimento e desenvolvimento, bem como na integração ao global, portanto, sustentadas pela psicosfera (Kahil, 2010).

Ainda,

indissociavelmente, sistemas de objetos naturais ou artificiais e sistemas de ações são perversamente usados e dispostos a serviço da manutenção e atualização do poder econômico e político das poucas e grandes corporações e instituições mundiais (2010, p. 482).

Silveira (2011), por seu lado, abordando a noção de território usado, afirma que ao pensar a densidade técnica, informacional e normativa é indispensável considerar que as formas naturais ou artificiais estão imbricadas nas ações humanas, nas quais

o papel das instituições e empresas condiciona o comportamento das pessoas no território dotado de força, intencionalidade e conflitos garantindo, assim, o dinamismo no entorno no qual se instalam.

Considerado em suas divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas e seu atual conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo, o território constitui, através dos lugares, aquele quadro da vida social onde tudo é interdependente, levando também à fusão entre o local, o global invasor e o nacional que, na era da globalização, fica às vezes sem defesa. Essa interdependência está, sempre, a se renovar, atribuindo um caráter tenso à existência dinâmica do território (SILVEIRA, 2011, p. 5).

Nesse sentido, o uso corporativo do território fez-se valer como produtor de uma realidade geográfica excludente da população tradicional. Conforme Menezes (2021, p. 64), “o espaço geográfico existe historicamente pelo uso do território. Usar é produzir valor, é a ação da sociedade existindo, produzindo, trabalhando”. Logo, o território usado equivale à materialização do espaço geográfico e da confirmação (ou não) de seus fatores na produção de desigualdade e de pobreza.

Vale lembrar que os vetores da modernização na região assumiram uma tendência atual, avalizada pelo Estado, em fazer com que os lugares funcionassem a serviço do grande capital, trazendo no seu bojo regras e normas determinadas por uma verticalidade que influencia os lugares em seus diversos aspectos “[...] é esse o próprio princípio da diferenciação entre lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular” (SANTOS, 2006, p. 81).

Ao invocar a noção de “tempo espacial” (SANTOS, 1978), mencionara a importante análise em compreender que em cada subespaço – independentemente do tamanho da escala – os vetores incidiram em tempos diferentes. Segundo o autor:

Cada variável hoje presente na caracterização de um espaço aparece com uma data de instalação diferente, pelo simples fato de que não foi difundida ao mesmo tempo; por isso cada lugar se distingue por uma datação diferente de suas variáveis constitutivas. [...] A presença simultânea de variáveis com idades tão diversas dá como resultado que a combinação característica de cada lugar é *única* (SANTOS, 1978, p. 258).

É importante ter em conta que os lugares arrolados nos circuitos de exportação e comércio distante, constituem fluxos sobre suportes vigorosos da infraestrutura, dotando-lhes de especial fluidez. Trata-se da construção do meio técnico-científico-informacional a serviço das grandes corporações, do lucro a partir da drenagem ou centrifugação dos recursos sociais. Os articuladores da solidariedade organizacional,

como nos lembra Santos (2001), são os que se beneficiam e prosperam à custa da solidariedade interna, orgânica, dos lugares.

3.1.2 As solidariedades horizontais

Pode-se entender a solidariedade orgânica como construída por forças horizontais ativadas por formas de reciprocidade e de ação coletiva. Assim, o território é compartilhado de forma comunitária, alicerçado nas relações de vizinhança, parentesco e compromissos mútuos. Não obstante, as forças horizontais também podem ser fortalecidas por solidariedades organizacionais, na medida em que constituem relações estratégicas com organizações e grupos sediados fora do território que servem como âncoras, seja na condição de financiadores externos ou mesmo simplesmente como capital político nas mesas de negociações.

Ademais, suscita indagações relevantes sobre as práticas resultantes da interseção entre as forças horizontais e verticais, tidas como pares dialéticos. Se considerarmos a existência de uma articulação horizontal, tendo como escopo estabelecer redes de solidariedade orgânicas-organizacionais, torna-se admissível, pelo menos do ponto de vista teórico, uma capacidade significativa ou razoável de intervenção local sobre o processo de desenvolvimento. Ou seja, neste raciocínio, a seletividade espacial não seria obra exclusiva das relações verticais ou hierárquicas impostas pelas grandes corporações ou grandes agentes da economia.

Nesse caminho, é pensado que tais relações possam permitir que os esforços e recursos sejam coordenados de maneira mais eficaz, considerando tanto as dinâmicas comunitárias quanto as estruturas governamentais e não governamentais existentes. No entanto, é importante reconhecer que a efetividade desse controle dependerá de diversos fatores, como o contexto social, as relações de poder e a capacidade de articulação entre os agentes envolvidos.

3.1.3 Interfaces entre a verticalidade e a horizontalidade

Assim, vale considerar na análise da realidade social a percepção do que Latour (2008 *apud* Martins, 2012) tem sobre a noção de agências. De modo geral, considerar esta noção é crucial enquanto ferramenta metodológica na obtenção de dados heurísticos, isto é, confirmar a existência de uma(s) agência(s) a partir dos rastros ou pistas deixados na forma de possíveis explicações que influenciam a(s) realidade(s). Portanto, dois elementos centrais tidos como pares compõem as agências, a saber: o conteúdo (explicação concreta do que seria a ação) e a forma (figuração concreta ou mesmo abstrata).

Tais elementos, podem relacionar-se às noções geográficas de forma-conteúdo como caminho metodológico para a apreensão da realidade complexa tal como se apresenta no espaço, considerando os dados concretos que se materializam no espaço assim como os dados abstratos (ações, ideologia, cultura, a política etc.), portanto tidos como interconectados.

Outro caminho que se apresenta como complemento na condução do processo investigativo, portanto um suporte metodológico é a Perspectiva Orientada ao Ator (POA). *Desenvolvida por antropólogos e sociólogos como Norman Long (2007) e aplicada por Martins (2012) em seus estudos, foca na capacidade dos atores ou grupos sociais em responder ou transformar situações que advêm de ordens estruturais. Isto significa que os grupos tidos como homogêneos em suas características se diferenciam com base nas interações com ordens determinantes que lhes são externos e criam condições ou situações heterogêneas e, às vezes, singulares.

Nas palavras de Long (2007 *apud* Martins, 2012, p. 57):

Eles emergem a partir das negociações, interações e estratégias individuais e coletivas que tem lugar não somente nos atores que atuam diretamente nesses contextos, mas também nos atores sociais “ausentes”. Em outras palavras, aqueles que influenciam essas realidades sem, contudo, estarem materialmente presentes.

Daí, para este estudo que busca compreender as relações sociais no Vale do Jequitinhonha, retomemos a ideia do acontecer hierárquico, na qual as relações são, nesse caso, baseadas nos ditames internacionais que intervêm nos lugares, sendo que a distância não é mais empecilho para a busca por efetivação. Assim, Santos

(2006) argumenta que o modelo de desenvolvimento econômico predominante muitas vezes privilegia o acontecer hierárquico, em detrimento dos outros tipos de relações espaciais, o que pode gerar desigualdades socioespaciais e afetar negativamente a qualidade de vida dos atores locais.

É importante ter em conta que nos aconteceres homólogo e complementar, há a expressiva presença das formas com a relevância e o dado das técnicas. Por outro lado, no acontecer hierárquico, o grande domínio é representado pelas normas como dado político. Pode-se, portanto, estabelecer uma relação sobre os primeiros exemplos, devido à proximidade espacial. Dessa forma, há a diferença entre proximidade espacial e proximidade organizacional, sendo que, no primeiro cenário, a co-presença (característica dos lugares e grupos sociais) pode ser considerada tanto uma causa quanto um efeito da ação, criando situações de heterogeneidades.

Partindo dessa noção, é na co-presença que se encontra a manifestação espacial, em que diferentes atores e grupos sociais compartilham o mesmo espaço físico e interagem diretamente uns com os outros. Trata-se da proximidade física como fator fundante na capacidade de presenciar e vivenciar as ações e relações sociais em tempo real. Desse modo, a co-presença permite a criação de horizontalidades, sendo elas fundamentais para a construção de redes sociais, para a solidariedade entre as pessoas, para a criação de comunidades locais complexas e heterogêneas, e para o fortalecimento dos vínculos afetivos e culturais.

No entanto, no segundo cenário, com a proximidade organizacional, ocorre a teleação, termo introduzido por Abraham. A. Moles (1974) e interpretado por Santos (2006) que descreve a presença de corpos ausentes. Trata-se dos desafios sucessivos e transformações oriundos das novas formas de comunicação e interação, mediadas pela teleação e impostos ao território. Refere-se, assim, à presença de corpos ausentes ou à influência exercida por entidades ou eventos distantes do espaço físico dos lugares.

Essa noção envolve a capacidade de atuar e influenciar mesmo sem estar fisicamente presente, por meio de tecnologias da informação e meios de transporte que permitem a conexão entre diferentes lugares, em que a distância espacial é reduzida e a conectividade intensificada por meio dos sistemas técnicos.

Neste processo, Martins (2012, p. 59) ressalta que “O tema das escalas na POA é abordado de forma articulada e refere-se ao modo como as arenas localizadas se articulam a fenômenos amplos de macro-escala para influenciar as mudanças

sociais em ambos os níveis”. Decorre disto o que Martins (2012), apoiada em Long (2007), emprega a noção de estruturas emergentes. Trata-se de situações nas quais a ação oriunda dos corpos ausentes, isto é, a intervenção de atores externos recebe respostas dos atores locais, seja na forma de resistência ou de transformação dessa ação, o que muitas vezes tais respostas manifestam a síntese de conflitos entre os atores. Assim como as escalas articuladas permitem compreender as interações dialéticas entre os fenômenos, complexificando cada vez mais o processo analítico, haja vista o surgimento de novas formas e signos no espaço.

Com esse entendimento, as noções de verticalidades e horizontalidades revelam a sua intersecção. Nas horizontalidades, os aspectos da co-presença e da contrarracionalidade se apresentam enquanto interações, imbricações e entrelaçamentos com as ações verticais, o que vem a acarretar diversificações políticas, ideológicas, culturais e até mesmo simbólicas dos atores envolvidos.

As contrarracionalidades desenvolvidas no âmago das relações horizontais se apresentam enquanto uma perspectiva contrária aos grandes agentes hegemônicos. Quer dizer, elas encontram e confrontam as características típicas destes grandes agentes, como já identificado por Menezes (2021, p. 93), nos dizeres: “Seja a ideologia do crescimento, da racionalidade, da modernização, da competitividade ou todas ao mesmo tempo.” Trata-se, portanto, do espírito do capitalismo e suas formas de realização, acarretando em grandes assimetrias sociais.

Martins (2012) aponta que o enfoque na interface ³durante o processo investigativo com os grupos sociais é capaz de revelar as diferentes perspectivas de mundo e os diversos valores culturais que permeiam as relações de poder, da ideologia à política, assim como a instabilidade das suas posições e paradigmas. Com isso, a mesma autora diz:

Dessa forma, o foco nas interfaces viabiliza a identificação da natureza dos embates (explícitos ou velados), elucidando a correlação de forças existente entre diferentes paradigmas socioculturais e representações de mundo. Ademais, também ganham relevo os distintos conhecimentos que legitimam tais posturas diversas (MARTINS, 2012, p. 77).

³ “Essa abordagem centra-se nas ligações e redes que se organizam entre atores individuais e coletivos, mais do que nos indivíduos, e se propõem a investigar os pontos de entrecruzamento e articulação de diferentes, e frequentemente, conflitivos mundos de vida e campos sociais. Nessa perspectiva, as situações de interface são tidas como locus do conflito, da heterogeneidade, da divergência social e da negociação” (MARTINS, 2012, p. 60).

Trata-se de um caminho metodológico capaz de identificar a alteridade dos grupos e indivíduos, isto é, o estranhamento com o outro e a afirmação de valores culturais particulares, dos modos de vida das populações e suas tradições. No entanto, nesse processo, há divergências, negociações e conflitos constantes. “[...] onde os atores implicados devem corresponder tanto as expectativas daqueles que representam, quando as expectativas daqueles com quem negociam” (MARTINS, 2012, p. 77). Situações assim requerem, às vezes, eleger atores com uma grande capacidade de negociação, visto que terá de transitar entre grupos divergentes, colocando em questão os interesses contraditórios.

Assim, no procedimento de análise das interfaces, é necessário considerar que os indivíduos revelarão seus interesses, posições, valores e expectativas por meio da fala. Todavia, Santos (2000) já advertiu em sua obra *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal – 2000.*, o elemento da *competitividade*, sobretudo na atual fase de expansão geográfica do capitalismo, no qual a concorrência é a regra determinante e, como consequência todas as formas de compaixão se tornam ausentes. Nesse contexto de estabelecimento geral da competitividade, torna-se difícil perscrutar os lugares em que a compaixão se apresenta enquanto laço mantenedor da solidariedade orgânica ou coesão entre os indivíduos, isto é, uma ideia forte de coletividade em que os interesses se encontram minimamente alinhados.

Tal conceito de solidariedade orgânica surge nas ideias do geógrafo Milton Santos quando ele analisa a obra sociológica de Émile Durkheim, sobretudo quando este sociólogo discute a teoria da modernidade assentada na divisão do trabalho como fonte das solidariedades social. Trata-se de uma mudança na estrutura social impulsionada pelas formas sociais de integração, nas quais têm-se uma mudança da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica. A solidariedade orgânica, neste autor, passa a se preponderar progressivamente em relação à solidariedade mecânica à medida em que se intensifica a divisão do trabalho social.

Santos (1996), por outro lado, propõe pensar a evolução social assentada nas formas sociais intrínsecas às formas geográficas. Desta maneira, leva em conta a divisão social e territorial do trabalho como correspondentes às solidariedades contemporâneas. O geógrafo afirma que a solidariedade orgânica que, outrora, constituía o caráter das regiões, assim como definia as suas peculiaridades na forma de gestão entre os seus habitantes passa, nos dias atuais, a um processo de

organização longínquo. Quer dizer, as regiões são organizadas pelas razões externas e, deste modo, o que era orgânico das regiões passa a ser organizacional devido aos fatores externos, isto é, às decisões econômicas, políticas e culturais do mundo.

Sendo assim, neste estudo, ambas as noções de solidariedade orgânica e solidariedade organizacional serão analisadas sob a lente geográfica e, deste modo, serão colocadas em confronto, levando em conta os resquícios das formas sociais de integração em um determinado lugar ou região à medida ao passo em que se analisa a intensidade da divisão territorial do trabalho enquanto processo no recorte espacial aqui escolhido para análise.

Posta a competitividade como ética característica do nosso tempo, “[...] Quanto mais diferentes são os que convivem num espaço limitado, mais ideias do mundo aí estarão para ser levantadas, cotejadas e, desse modo, tanto mais rico será o debate silencioso ou ruidoso que entre as pessoas se estabelece” (Santos, 2000, p. 64). Portanto, é nesse entremeio que esta pesquisa se assenta, haja vista a articulação ou organização entre diferentes sujeitos sob condição escassez e pobreza como dados num mesmo lugar. A área de estudo abarca a mesorregião do Vale do Jequitinhonha, onde duas comunidades ou nos termos metodológicos aqui propostos *agregados sociais* se destacam na produção do presente e do futuro como já visualizara Santos (2000).

3.2 A realização do trabalho em campo

3.2.1 A periodização

Para realizar as análises empíricas desta pesquisa, foi realizado um trabalho de campo. Sobretudo no subespaço denominado Vale do Jequitinhonha, caracterizado como “Vale da Miséria” devido a um conjunto de estigmas relacionados à pobreza, quanto como um grande distrito florestal dominado pelas grandes corporações da monocultura do eucalipto.

Diversos autores realizaram trabalhos de pesquisa sobre a região do Vale do Jequitinhonha, como será apresentado neste estudo. Os trabalhos partem desde a

vantagem edafoclimática para se instituir na região um distrito florestal estratégico às empresas monocultoras e siderúrgicas aos diagnósticos de pobreza na região para a criação de agendas de desenvolvimento socioeconômico. No entanto, não foi encontrado nos levantamentos bibliográficos as pesquisas geográficas que levem em consideração as desigualdades socioespaciais que decorrem de um uso corporativo do território, sobretudo quando este uso está relacionado às noções da verticalidade e seus vetores.

Sendo assim, parte de uma base explicativa a respeito da condução histórica do Vale do Jequitinhonha sob a influência expressiva dos vetores da modernização. Trata-se do período da modernização recuperadora mineira⁴, durante os anos 1970, como já estudado por Carneiro (2003), relacionado ao conjunto de eventos ou vetores modernizadores que incidiram sobre a região.

Consiste também em considerar as sucessões dos eventos, assim como as forças locais e extra locais em coexistência. Santos (2006) ressalta que uma matriz de periodização é necessária à constituição do método como uma técnica capaz de abarcar os eventos na matriz do tempo e do espaço desde que se compreenda os processos em curso. Tais processos consistem em considerar a evolução da técnica, sobretudo na história do mundo e como ela se difunde para os lugares.

Santos (1996) inicia agrupando alguns momentos do processo evolutivo das técnicas. Sendo assim, discorre que:

[...] um primeiro, o das técnicas intuitivas que utilizam a água e o vento, vigente até cerca de 1750; um segundo, o das técnicas empíricas do ferro e do carvão, situado entre 1750 e 1900; e um terceiro, o das técnicas científicas da eletricidade e das ligas metálicas, iniciado em torno de 1900 (SANTOS, 1996, p. 112).

Trata-se da artificialização dos instrumentos, ou neste caso, dos objetos naturais em artificiais; a transição, portanto, para a segunda natureza. Desse modo, três importantes tempos na história humana devem ser considerados, a saber: a

⁴ “Essa característica determinaria um ritmo ainda mais intenso de consumo das condições naturais como trunfo estratégico para induzir a industrialização tardia no estado no bojo de relações assimétricas com as regiões nacionais de modernização relativamente mais antiga. Essas relações, por sua vez, exigem que a modernização mineira, para ser exitosa, seja produzida e conduzida por um esforço fortemente orquestrado de direcionamento político (DULCI, 1999) e, portanto, de gestão estatal as condições naturais de Minas por suas elites” (CARNEIRO, 2003, p. 28).

Revolução Neolítica, a Revolução Industrial ⁵e a Revolução Cibernética (Santos, 1996).

Partindo do que seria o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico e informacional, é com o advento do maquinismo⁶, isto é, já no período técnico, cuja Revolução Industrial foi crucial para o seu desenvolvimento, no qual os estágios deste desenvolvimento ocorrem com as sucessões tecnológicas, de modo intrínseco às formas de organização do trabalho. Parte desde a máquina a vapor e a construção de ferrovias no século XIX até a tecnologia informatizada e comunicacional, datando entre o último quartel do século XX e o século atual (Santos, 1996).

Os diversos momentos históricos em que o espaço geográfico se materializa, isto é, o território é usado, as diferenças também se acentuam e é imprescindível datá-las. Daí entra o que Santos (2001) menciona:

Interessa-nos, em cada época, o peso diverso da novidade e das heranças. O território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual.
[...] Assim, ao longo da história da organização do território brasileiro, três grandes momentos poderiam, *grosso modo*, ser identificados: os meios "naturais", os meios técnicos e o meio técnico-científico-informacional. Por intermédio de suas técnicas diversas no tempo e nos lugares, a sociedade foi construindo uma história dos usos do território nacional.
(SANTOS, 2001, p. 20:27).

Com estas acepções, será brevemente caracterizado os sistemas do tempo em que o estado de Minas Gerais será tomado como dado de uma escala espacial até se aproximar ao recorte espacial deste estudo, o Vale do Jequitinhonha, traçando as suas particularidades históricas de maior relevância. Em primeiro momento, será descrito o que é: i) o período pré-técnico: o meio natural e as condições temporais de transformação do espaço geográfico com as sociedades indígenas. Em segundo momento, será explicitado: ii) O período econômico da mineração em Minas Gerais: as relações sociais e os marcos espaciais do processo produtivo, sendo Minas Gerais

⁵ “O papel que as técnicas alcançaram, através da máquina, na produção da história mundial, a partir da revolução industrial, faz desse momento um marco definitivo. É, também, um momento de grande aceleração, ponto de partida para transformações consideráveis” (SANTOS, 1996, p. 112).

⁶ “Uma segunda grande fase é a dos diversos meios técnicos, que gradualmente buscam atenuar o império da natureza. A mecanização seletiva desse verdadeiro conjunto de "ilhas" que era o território exige que se identifiquem subperíodos. As técnicas pré-máquina e, depois, as técnicas da máquina - mas apenas na produção - definem o Brasil como um arquipélago da mecanização incompleta. Mais tarde, com a incorporação das máquinas ao território (ferrovias, portos, telégrafo), estaríamos autorizados a apontar um meio técnico da circulação mecanizada e da industrialização balbuciente, caracterizado também pelos primórdios da urbanização interior e pela formação da Região Concentrada” (SANTOS, 2001, p. 27).

o lócus desta intensidade, sobretudo no período colonial, a partir do século XVIII. Em terceiro momento, iii) as sucessões do meio geográfico: a introdução de inovações técnicas no setor cafeeiro em Minas Gerais entre os séculos XIX e XX.

i) O período pré-técnico: o meio natural e as condições temporais de transformação do espaço geográfico com as sociedades indígenas.

De modo geral, acerca das sociedades ditas pré-capitalistas e/ou pré-técnicas, Menezes (2021) destaca as relações sociais dos grupos indígenas com o meio natural, isto é, num período precedente ao advento da colonização dos portugueses. Segundo o autor, “ainda muito dependente de técnicas baseadas na energia proveniente do esforço físico humano e animal, e dos elementos naturais, como o movimento da água e dos ventos” (MENEZES, 2021, p. 105). Tratava-se de um moroso processo de transformação da natureza. O que era apropriado transformava, principalmente, em instrumentos de caça, cerâmica, entre outros objetos.

Sendo assim, o espaço geográfico já poderia ser caracterizado. O meio natural, o tempo lento da natureza e seus ditamos sobre o homem. As técnicas eram consideradas rarefeitas e rudimentares, sendo que o tempo para reprodução da vida também era lento e não necessitava de um aprimoramento técnico, haja vista que o manejo e colheita dos alimentos ocorrera em ambientes de abundância, com a prática do extrativismo. Desse modo, complementa Menezes (2021):

Nas florestas tropicais, a sociedade tribal cultivava em sistemas agroflorestais, numa tentativa de imitar a natureza, reproduzindo, em seus plantios, a diversificação tanto de espécies como de variabilidade genética, o que era um mecanismo para combater as pragas e doenças. Era assim ao cultivar diferentes variedades de mandioca, batata-doce, milho, dentre outras (Alves, 2001, *apud* Menezes, 2021, p. 104).

Para corroborar estes fatos, todavia em um bioma específico, o Cerrado brasileiro, Ribeiro (2002) destaca que a sociedade indígena na sua diversidade de etnias ocupava o Cerrado e desenvolvia a prática da caça e coleta de espécies da fauna e flora diversas. Ainda, o mesmo autor empreende um estudo com datação do surgimento da agricultura, em torno de 4 mil anos. Havia a presença de “grãos de milho e restos de amendoim, cabaça e abóbora, descobertos em alguns sítios no

centro e noroeste de Minas Gerais” (Dias Jr., 1978-1980; Prous, 1992, *apud* Ribeiro, 2002, p. 253).

Então, o surgimento da agricultura pode ter relações com a proposta de suprir demandas sazonais, seja a seca ou períodos muito chuvosos. Assim como as formas de domesticação de algumas espécies podem revelar práticas de escambo com outros povos, em outras regiões (Ribeiro, 2002).

Em outras palavras, a respeito das técnicas de reprodução da vida no meio geográfico do período pré-técnico, ou como dissera Menezes (2021, p. 237) “o meio técnico indígena”, eram muito vastas, dada a grande diversidade étnica indígena espalhada por todo o território brasileiro, em seus múltiplos biomas e especificidades naturais.

Conservara muitas formas indígenas de adaptação a floresta tropical, como seus métodos de caça, coleta, pesca e lavoura, seus utensílios domésticos e, em grande parte, sua concepção do mundo naquilo que se refere ao ambiente geográfico. (RIBEIRO, 1970, p. 33)

Darcy Ribeiro (1970), na sua obra “Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno”, descreve com exímio na passagem: *O equipamento civilizador*, o seu relato acerca da interferência “civilizadora”, isto é, à época em que os europeus encontram com os povos indígenas e impuseram-lhes outras técnicas para domínio na natureza. Nas palavras do autor sobre este ocorrido:

Algumas técnicas desaparecerão, tais como a de confeccionar os antigos instrumentos de pedra. Artesãos especializados nesses misteres perderão alguma parcela do prestígio que o virtuosismo lhes assegurava aos olhos de sua gente. Mais graves consequências advêm, entretanto, da alteração do ciclo anual de atividades, provocada por esse instrumental mais eficiente. Com ele, a derrubada da mata, por exemplo, que, se realizada com machados de pedra, devia ocupar meses de árduo trabalho, passa a ser feita em alguns dias apenas, fazendo anteceder largamente o tempo da colheita. No caso de tribos cujas atividades agrícolas estejam intimamente relacionadas com um ciclo cerimonial fixado no tempo através de fenômenos cosmológicos (como o aparecimento das Plêiades), essa mudança pode exigir readaptações mais profundas que atingirão, eventualmente, os valores religiosos.

Daí, com a intersecção da cultura europeia com as culturas indígenas no território brasileiro com o processo colonial, diversas técnicas indígenas são transformadas. Assim, um novo uso do território lhes é imposto e, conseqüentemente, uma ruptura com o meio natural ocorre. “O território colonial passa a ser hegemonizado por novos objetos técnicos da sociedade europeia, como os engenhos e inúmeras outras ferramentas metálicas (MENEZES, 2021, p. 105), e então, começa o período do meio técnico.

ii) O período econômico da mineração em Minas Gerais: as relações sociais e os marcos espaciais do processo produtivo.

Prado Jr. (1981) atestou que já no final do século XVII o ouro era descoberto na capitania de Minas Gerais, principalmente na região de Ouro Preto. Eram realizados ensaios para a sua extração pelas autoridades da época, a coroa portuguesa e a governabilidade local, subordinados ao poder da coroa. Nesse contexto, a mineração tinha como extração principal o ouro, expandindo-se em diversas cidades de Minas Gerais, tais como Ouro Preto e região; São João del-Rei e região; Diamantina e região, entre outras. Pouco tempo depois foi descoberto o diamante, e a sua extração concentrou-se no entorno de Diamantina.

Com este contexto, as características marcantes para dar um breve início às histórias do estado de Minas Gerais e, sobretudo, ao que se denomina, hoje, Vale do Jequitinhonha como subespaço de análise neste estudo, é importante considerar os períodos econômicos que constituíram o uso do território, desenvolvendo-se espacialmente. Assim, as formas de organização do trabalho, como a divisão social e territorial do trabalho, se fazem cruciais.

A linha temporal parte, então, do século XVIII, com a criação da Comarca do Serro Frio, assim como a criação de demais Comarcas em Minas Gerais, tais como a Comarca do Rio das Mortes, a Comarca do Rio das Velhas e a Comarca de Vila Rica (Santos, 2017). A criação dessas comarcas atrelada à extração mineral incorporou ao território diversos núcleos urbanos e áreas de comércio.

No caso específico da nova região de Minas, a comarca do Serro Frio, que até os finais do século XVII era habitada apenas por indígenas, e pelas eventuais passagens de paulistas, a exploração de pedras preciosas trouxe grandes levadas migratórias atraídas pela possibilidade de enriquecimento fácil através da apropriação de riquezas naturais (SOUZA, 2006, p.81)

Segundo Santos (2017), a criação dessas Comarcas no estado de Minas Gerais consoa com o desenvolvimento das atividades do setor agrícola e minerária, a implementação de ferrovias, assim como a constituição do que se denominam caminho velho (interligou Minas Gerais a São Paulo) e a estrada real (interligou Minas Gerais ao Rio de Janeiro), entre os séculos XVIII e XX.

Nas palavras de Menezes (2021), ao tratar da colonização portuguesa e a condição técnica deste período, acrescenta que:

As técnicas desse período tinham certas limitações, inclusive no poder de transformação da natureza, mas muito superior ao uso anterior. A lentidão dos eventos ainda era uma das características do período, que se estendeu até fins do século XIX e início do século XX.

[...]

O uso predominante do território brasileiro era o da agropecuária, com exceção das áreas mineradoras que se formaram a partir do século XVIII, principalmente no que é o hoje o estado de Minas Gerais (MENEZES, 2021, p. 105).

Assim, o uso do território, nesse período, se fez mediante a instalação desses sistemas técnicos como sucessores das formas de trabalho manual, sobretudo uma mão de obra escravizada, para garantir o dinamismo dos processos produtivos. Tratou-se, neste caso, de superar o desconhecimento da natureza.

Com relação à atividade minerária, o que Prado Jr. (1981) chamou de indústria mineradora, o autor destaca alguns aspectos em que se pode considerar aqui como a condição técnica do período, a saber:

[...] como se organiza e funciona a exploração das jazidas. Encontramos aí dois tipos de organização: o primeiro é o das lavras, que se emprega nas jazidas de certa importância. As lavras são estabelecimentos de algum vulto, dispendo de aparelhamento especializado, e onde sob direção única e trabalhando em conjunto, reúnem-se vários trabalhadores. A mão-de-obra é quase totalmente constituída de escravos africanos; o trabalho livre é excepcional (embora ocorra, por vezes, sobretudo pelos fins do século) e o índio não é empregado. À organização em lavras, que corresponde ao período áureo da mineração, quando ainda havia grandes recursos e produção abundante, o que torna possível empresas em larga escala e obras de vulto, opõe-se a pequena extração realizada por indivíduos isolados que não empregam senão uns poucos instrumentos rudimentares (PRADO JR, 1981, p. 40).

Ademais, um estudo empreendido por Moreira (2019) atesta que após serem descobertos o ouro e, sobretudo, o diamante a montante do rio Jequitinhonha, no início do século XVIII, houve um contingente significativo de populações em busca de extrair e comercializar as pedras preciosas, de modo lícito e ilícito, levando à região um superpovoamento em torno das áreas minerárias, em torno do que atualmente corresponde aos municípios do Serro e Diamantina. Tal fenômeno acarretou profundas transformações espaciais na região, alterou as paisagens, o conteúdo das relações preexistentes e integrou a região à coroa portuguesa e às demais regiões do país.

Nesse contexto, o Vale do Jequitinhonha era compreendido pela Comarca do Serro Frio, o que atualmente têm-se os municípios de Serro e Diamantina, que além de limítrofes, são reconhecidos como patrimônios histórico-culturais, retratando os períodos em que a mineração ocorreu com intensidade, bem como os seus

povoamentos. Como forma de escoar os produtos oriundos do Vale do Jequitinhonha, provenientes das atividades minerárias, foi necessária a instalação de infraestruturas, tais como ferrovias e maquinários para as lavras. Assim, criada, em 1881, uma ferrovia chamada Bahia-Minas serviu para interligar o nordeste de Minas Gerais ao mar, no extremo sul da Bahia. Tratava-se de uma tecnologia da época, e aproveitada para a atividade minerária que já havia se instalado.

Portanto, uma das portas de entrada ao ciclo vindouro, a cafeicultura, afirma Carneiro (2003),

No balanço geral, não há qualquer dúvida de que o declínio da exploração aurífera em Minas não determinou, em absoluto, ao contrário do que supunham as interpretações tradicionais, um marasmo econômico na província. O relativo isolamento geográfico de Minas, reforçado pela precariedade das condições de transporte, permitiu um certo desenvolvimento econômico endógeno, baseado na constituição de manufaturas (e, mesmo, no final dos oitocentos, de alguma produção fabril) de têxteis e de ferro, e numa pujante agropecuária mercantil de subsistência (CARNEIRO, 2003, p. 116).

iii) As sucessões do meio geográfico: a introdução de inovações técnicas no setor cafeeiro em Minas Gerais entre os séculos XIX e XX.

Furtado (2005) acrescenta que, no período pós-abolicionista, a produção cafeeira, inicialmente desenvolvida pelo trabalho escravo e restrita ao sudeste do país, passou por mudanças a partir das inovações técnicas. Tais inovações foram reaproveitadas da produção açucareira, sendo que para este setor, as importantes transformações técnicas ocorreram anos antes da abolição da escravatura. Então, esse acontecimento retrata um processo de sucessão de meios geográficos, isto é, de uma capacidade maior de transformação da natureza, assim como resultou num maior grau de fluidez ao território, considerando os serviços, a circulação de mercadorias, concentração e dispersão de pessoas, etc.

Entretanto, o que o sociólogo Carneiro (2003), retomara acerca da cafeicultura, condiz a uma sucessão de processos. Trata-se do que ele denomina de um *preâmbulo da modernização recuperadora*. Advém de uma predominância na economia, sobretudo envolvendo as atividades agrícola e pecuária, entre os séculos XIX e meados do século XX. Todavia, o autor afirma que “Contudo, a partir da década de 1930, a economia cafeeira enfrenta uma séria crise de superprodução, com o

abarroamento dos mercados internacionais” (CARNEIRO, 2003, p. 117). Parte dessa decadência se deve também à falta de capital necessária ao financiamento da industrialização que já estava em curso no resto do país, sobretudo na década de 1940, e consolidada em São Paulo e Rio de Janeiro. “De uma forma geral, o crescimento industrial de Minas nas três primeiras décadas do século passado foi bastante acanhado. (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Tal contexto faz com que políticas nos níveis federal e estadual regulamentassem a extração mineral do ferro e aço, bem como o desenvolvimento de indústrias siderúrgicas no estado de Minas Gerais. Com essa atividade já expressiva no estado e fomentando o desenvolvimento de indústrias siderúrgicas no país, eis que uma nova configuração se instala. Cria-se a denominação de um complexo “mínero-metal siderúrgico” (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Ainda,

O objetivo era fazer da capital do estado o centro dinâmico de um esforço industrializante centrado na exploração das abundantes reservas de minérios de alto teor, principalmente de ferro e manganês, já identificadas na região central do estado, deslocando, assim, o fulcro da indústria mineira, até então localizado na Zona da Mata. (CARNEIRO, 2003, p. 120).

Com esses projetos das elites, Minas Gerais passa a ser qualificada como portadora de uma vocação minerária, portanto dispendo de técnicas muito mais sofisticadas do que em períodos pretéritos, graças ao investimento do capital externo. No entanto, as condições técnicas difundiram-se de forma desigual pelas regiões do mesmo estado. As ex-comarcas passaram a exercer diferentes funções e influências sobre o estado e a própria região sudeste. Assim, no Vale do Jequitinhonha, onde se localizava a importante ferrovia Bahia-Minas, até mesmo para a circulação de café e alguns minérios, também passa pelo advento das rodovias (outra importante infraestrutura) que altera as dinâmicas socioespaciais. A desativação da ferrovia, apenas 85 anos após a sua construção, representou uma ruptura abrupta e marcou a entrada do que é denominado pelo geógrafo Milton Santos, de meio técnico-científico e informacional⁷.

No entanto, como proposto nos capítulos: “A necessidade de uma periodização”, na obra *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma*

⁷ “Nos dias atuais, um novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida da sociedade. É a ciência que, dominada por uma técnica marcadamente informacional, aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual. O meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização” (SANTOS, 2001, p. 21).

geografia crítica, 2002 (5° ed. Edusp); no sub capítulo: “Problemas da periodização”, presente na obra *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI, 2006 (9° ed. Editora Record)*., foi possível desenvolver apenas uma singela explanação como fundamental à pesquisa geográfica, isto é, apresentar os eventos e as suas sucessões tendo a evolução técnica como um dado capaz de caracterizar os períodos.

Haja vista que não se trata do objetivo principal desse estudo e, dada a tamanha complexidade, ou nas palavras do próprio geógrafo Milton Santos (2006, p. 23) “esta é uma tarefa temerária, pois basta que nos equivoquemos quanto à hierarquia dos fatores em um dado momento para que o nosso edifício intelectual se mostre sem firmeza”. Portanto, a discussão acerca da periodização é discutida em diversas obras do autor e os seus sucessores, assim como a sua operacionalização dentro do método geográfico.

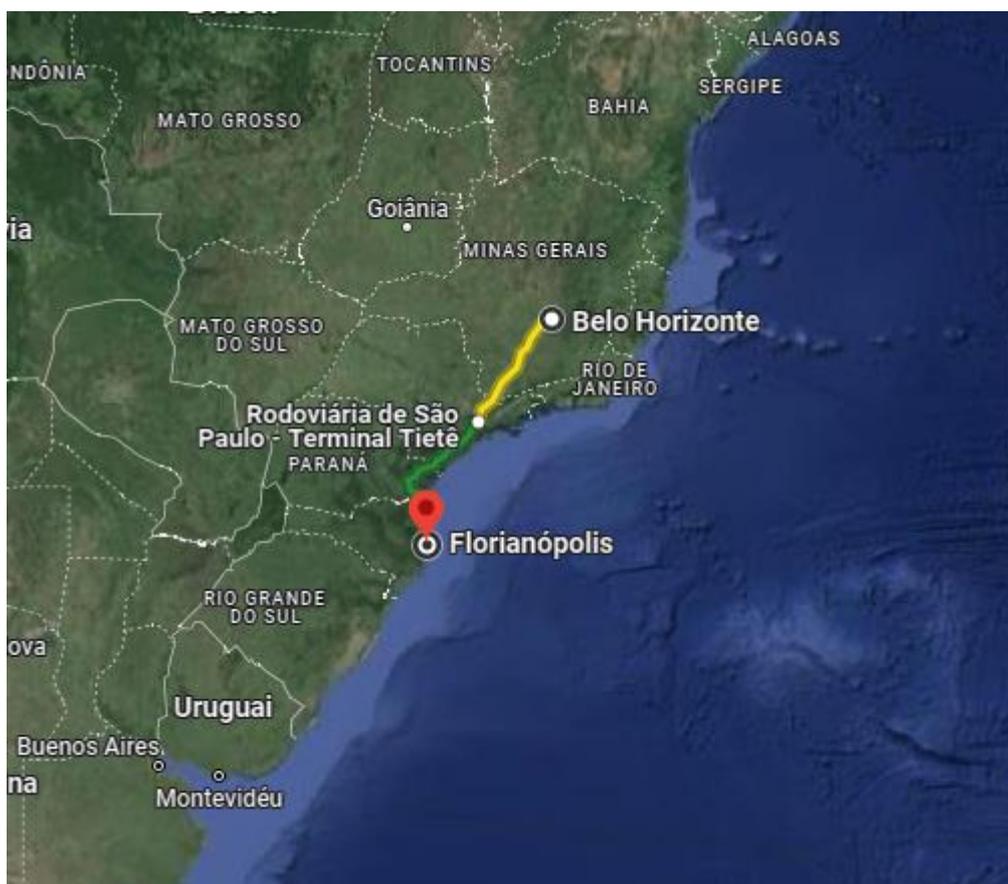
3.2.2 A coleta de dados

A respeito da obtenção de informações das fontes locais, o trabalho de campo consistiu na aplicação de um roteiro para entrevista (semiestruturada) face a face com os atores e instituições regionais a fim de apoiar o exame de sua influência e de suas formas de cooperação no processo de seletividade espacial.

Para isso, foram realizados deslocamentos até as comunidades do espaço rural no município de Araçuaí, assim como na sede do município para viabilizar o acesso às comunidades com autorização do escritório CPCD. De Florianópolis – SC (cidade sede do campus do PPGGeo) até Belo Horizonte - MG (ver figura 01). Os deslocamentos tiveram origem na capital mineira, em Belo Horizonte, até o município de Araçuaí, percorrendo uma distância de aproximadamente 593 km (ver figura 02). Da cidade de Araçuaí até o Sítio Maravilha foi percorrido uma distância de 28,8 km

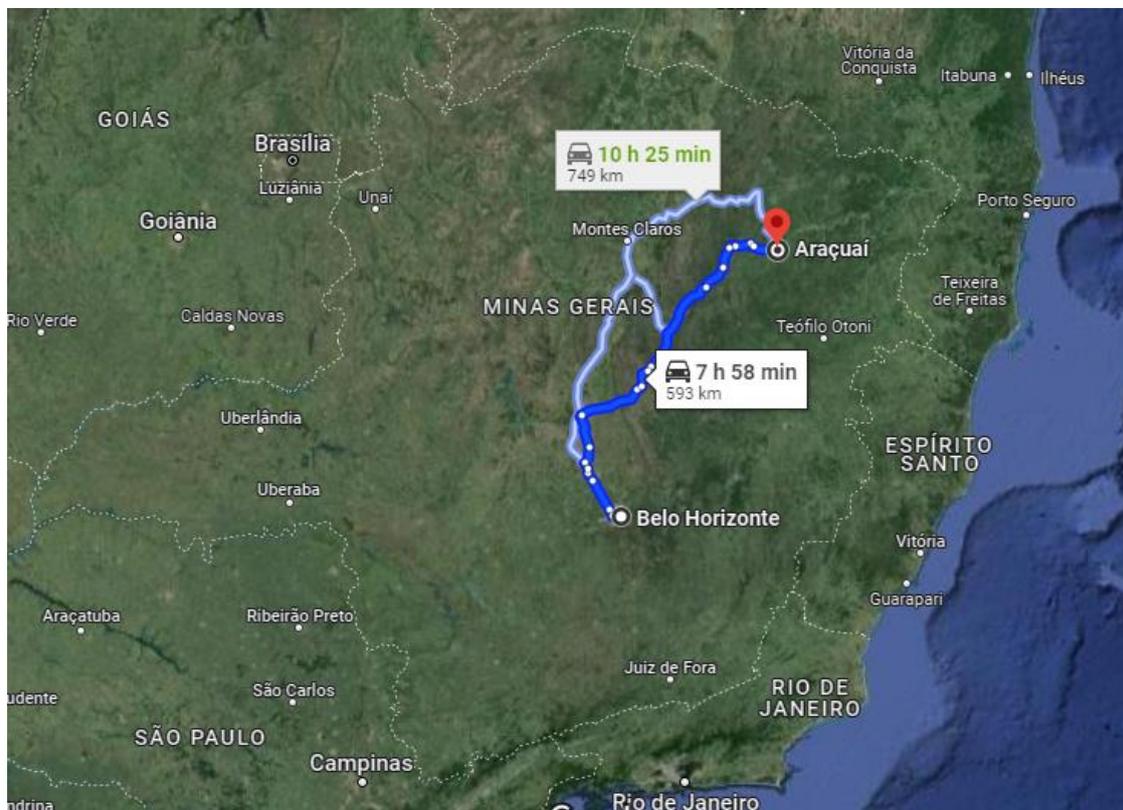
(ver figura 03). Entretanto, com bastante dificuldade dada a precariedade da estrada. Durante o percurso, foi possível ler as paisagens e já elaborar mais indagações a respeito dos plantios homogêneos que beiram o rio Jequitinhonha, as jazidas litíferas a todo vapor no processo de extração do minério, as grandes bombas de captação de água para a irrigação e lavagem de minérios.

Figura 1: Trajeto percorrido de Florianópolis (SC) a Belo Horizonte (MG): etapa 1.



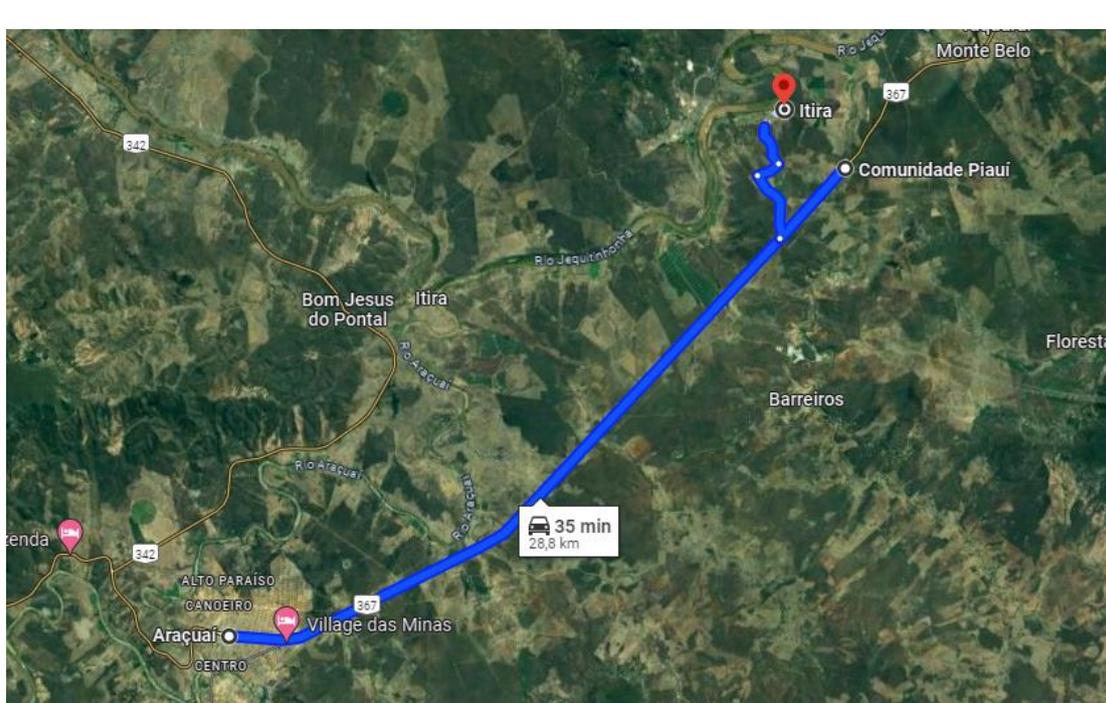
Fonte: Google Maps. 2024.

Figura 2: Trajeto percorrido de Belo Horizonte (MG) a Araçuaí (MG): etapa 2.



Fonte: Google Maps. 2024.

Figura 3: Trajeto percorrido de Araçuaí (MG) ao Sítio Maravilha: etapa 3.



Fonte: Google Maps. 2024.

Ao chegar no Sítio Maravilha, o apoio do agricultor que me apanhou na beira da rodovia e me levou até a área de estudos foi bastante satisfatório, com uma receptividade acolhedora.

O roteiro de entrevistas contava com a abertura para que o entrevistado pudesse se sentir livre durante sua resposta. Desse modo, as questões elaboradas em formato de questionário foram lidas, e três sujeitos se dispuseram a colaborar entusiasmadamente, permitindo que um pudesse complementar a resposta do outro, conformando assim um grupo específico com um roteiro próprio.

As entrevistas foram gravadas para, assim, facilitar o trabalho de sistematização com registro das informações. Com o consentimento dos grupos, e salvaguardando o sigilo das informações com acesso somente do pesquisador, as gravações foram transcritas⁸ e categorizadas para este trabalho. Portanto, o compromisso ético com os grupos foi mantido, assim como as identidades dos sujeitos

⁸ O processo de transcrição ocorreu com a instalação de drivers no notebook de modo a facilitar o lento trabalho de transcrever. A partir da utilização desta ferramenta automática, o pesquisador necessita realizar alguns ajustes para evitar possíveis equívocos.

preservadas, sendo que, ao revelar as informações, os nomes dos entrevistados foram alterados. Tais grupos corresponderam a uma linha fluida ao responder, sendo que as questões estavam dentro do tema e vocabulário dos entrevistados.

Entretanto, o objetivo em obter respostas de outro grupo específico e com roteiro próprio, constituído por atores responsáveis pelo plantio das florestas do eucalipto, foi concretizado apenas parcialmente. O grupo do Sítio Maravilha tem noção do conflito com a atividade da monocultura, e, portanto, apresentaram receio ao descreverem os atores que desenvolvem as atividades ou estão nos níveis de responsabilidade. As respostas apenas sugeriram que pequenos agricultores foram expulsos de suas terras devido ao avanço da atividade na região, subordinados ao trabalho nas carvoarias, sendo impossível “bater de frente”⁹ com tais grupos da monocultura.

Foram feitas mais tentativas em contatar pessoas representativas dos grupos da monocultura através de telefonemas direcionados às sedes das empresas a fim de entrevistá-los, porém sem um roteiro elaborado estabelecendo relações com o grupo do Sítio Maravilha. Além desse desafio, não houve respostas por parte destas pessoas. Isso foi interpretado, portanto, como negativo em termos de colaboração com a pesquisa.

Por outro lado, foi possível estabelecer a relação com os dois Centros (CAV e CPCD), visto que o CPCD afirmou em entrevista que o CAV foi crucial na constituição do CPCD, sobretudo ao relatarem parcerias em lutas políticas em anos passados. Com esse dado, foi elaborado um roteiro específico para seguir adiante com o trabalho de campo, desta vez, no município de Turmalina – MG, onde está situado o escritório do CAV – Vicente Nica.

No entanto, ao elaborar uma rota entre os dois municípios de Araçuaí e Turmalina (distantes apenas 132 km entre suas sedes), o maior empecilho não se resumiu à precariedade das estradas, mas à falta de conexão entre os municípios que, embora próximos, não possuem conexão em termos logísticos, tampouco empresas de viação realizam o trajeto entre ambos. Assim, foi pensado em contar com a solidariedade dos motoristas para oferecerem caronas. Ao permanecer por muitas horas na estrada, na saída de Araçuaí em direção a Virgem da Lapa (município no

⁹ Expressão utilizada pelos entrevistados do Sítio Maravilha e apresentada no decorrer deste estudo de forma contextualizada.

trajeto desejado) rumo a Turmalina, com escassez de veículos e sob uma temperatura de 40°C, tornou-se impossível realizar o deslocamento.

Posto este desafio, foi necessário cancelar com os colaboradores técnicos do CAV a visita na data estabelecida, e foi necessário estabelecer outra rota. Então, ir até a capital mineira, Belo Horizonte, pareceu mais viável, visto que os municípios do estado estabelecem conexão com a capital.

Mais uma vez agendada a visita ao CAV, e em uma única data possível e inadiável por conta do recesso de transição de ano dos colaboradores técnicos. Com isso, foi realizada a procura por deslocamentos de Belo Horizonte à Turmalina – MG. Todavia, o mais viável encontrado seria ir até Diamantina (situado no Alto Vale do Jequitinhonha), e de lá pegar outro transporte na madrugada do dia seguinte para finalizar o trajeto. Tal “viabilidade”, referente apenas ao transporte, ultrapassaria a data agendada com os colaboradores técnicos; por isso, o deslocamento até o município de Turmalina – MG foi abandonado. Sem embargo, pensou-se na alternativa em enviar um questionário¹⁰ ao colaborador técnico em contato, esperando que ele estivesse disposto a colaborar com a pesquisa durante o período de recesso.

Ao estudar sobre técnicas para coleta de dados, Barros e Lehfeld (1986) apontam as vantagens e limitações de um questionário remetido ao respondente. Segundo os autores:

O questionário apresenta como todo instrumento de pesquisa suas vantagens e limitações. A vantagem maior diz respeito à possibilidade de se abranger um grande número de pessoas. É um instrumento muito útil para certas pesquisas em que se procuram informações de pessoas que estão geograficamente muito dispersas. O questionário torna-se significativamente eficaz quando é aplicado a grupos de pesquisados de nível instrucional alto (BARROS, LEHFELD, 1986, p. 50).

Para tanto, a vantagem está relacionada à boa vontade, isto é, à disposição do respondente atrelada à necessária alfabetização para compreensão das questões. O contrário disto seria a limitação e a falha na aplicação.

Embora o questionário para este estudo tenha sido aplicado ao maior número de colaboradores técnicos atuantes no CAV, no entanto, de recesso, apenas um respondente contribuiu satisfatoriamente e retornou com as respostas em tempo hábil para o relatório final. Mesmo “aconselhável que o questionário não exija muito mais de 10 a 20 minutos para ser respondido” (BARROS, LEHFELD, 1986, p. 50)., o

¹⁰ Questionário disponível nos Apêndices.

questionário elaborado ao CAV extrapolou este tempo. Todavia, felizmente, foi respondido dentro do tema necessário.

Os demais procedimentos envolvem várias etapas, e combinam as técnicas quantitativas e qualitativas para investigar o tema em estudo. O processo começa com a delimitação de duas comunidades agricultoras, em princípio, nas quais os sujeitos serão classificados para fins de comparações, bem como para estabelecer associações.

Por meio de um levantamento bibliográfico, a coleta de dados secundários será fundamental para se compreender a situação atual, com base na literatura passada e recente, documentos e interpretação de dados já sistematizados.

Em seguida, serão realizados levantamentos de dados por *e-mail*, tendo em conta que não representa os sujeitos em sua totalidade, por telefone a fim de viabilizar a etapa que se sucederá, o trabalho de campo. A pesquisa em campo combina métodos experimentais e participativos, por meio de questionários e entrevistas face a face, buscando extrair e/ou revelar as opiniões, ideias e o imaginário dos sujeitos/agentes.

A respeito do trabalho de campo e/ou a *Pesquisa de Campo*, operacionalizado pelo investigador, Barros e Lehfeld (1986) descrevem como:

O investigador na Pesquisa de Campo assume o papel de observador e explorador coletando diretamente os dados no local (campo) em que se deram ou surgiram os fenômenos. O trabalho de campo se caracteriza pelo contato direto com o fenômeno de estudo (BARROS; LEHFELD, 1986, p. 93).

Ainda,

“A pesquisa de campo propriamente dita não deve ser confundida com a simples coleta de dados (...) é algo mais que isso, pois exige contar com controles adequados e com objetivos preestabelecidos que discrimina suficientemente o que deve ser coletado” (7:299) (BARROS; LEHFELD, 1986, p. 94).

Denise Elias (1998), aproximando a lente acerca trabalho de campo como instrumento teórico metodológico na pesquisa geográfica aponta que:

O trabalho de campo sempre compôs parte fundamental da metodologia geográfica. Mas diferente da geografia tradicional, que o realizava muito mais com o intuito da descrição da paisagem, o trabalho empírico hoje pode servir justamente para suplantar a forma e alcançar a essência do processo de sua formação, ajudando a reconstruir os processos gerais, ajudando-nos a recuperar a totalidade (ELIAS, 1998, p. 105).

Seguindo estas noções, o primeiro método consiste na entrevista semiestruturada. Conforme Vieira (2009), “Nas *entrevistas semiestruturadas*, as

questões são abertas. O entrevistador pode até utilizar um roteiro, mas precisa deixar o respondente livre para falar. A pesquisa é, portanto, qualitativa” (VIEIRA, 2009, p. 11). Poderá para fins de complemento do método, considerar a *entrevista em profundidade*, para que os detalhes ou informações específicas sejam obtidos (VIEIRA, 2009).

Ainda no caminho da técnica qualitativa, cada comunidade representará um grupo focal. Com isso, será utilizada a observação direta¹¹, com a elaboração de questões direcionadas aos grupos a respeito de temas específicos desta pesquisa, a saber: a formação de redes e a influência tanto de forças verticais quanto horizontais na propulsão da seletividade espacial, e assim, para confirmar a situação levantada anteriormente e analisar os interesses dos agentes locais. Com isso, seguirá com a realização de debates e reflexões com os diferentes agentes da região, tanto os agricultores familiares quanto agentes institucionais e representantes de grandes empreendimentos e políticos.

Essa abordagem permitirá uma compreensão mais aprofundada dos diferentes pontos de vista e buscará um nexos explicativo mais coerente da realidade socioespacial do Vale do Jequitinhonha. Serão realizadas a revisão dos dados coletados, a delimitação dos locais estudados e a articulação dos conceitos e temas relacionados às atividades produtivas das comunidades, incluindo a agricultura familiar, sistemas alternativos e agricultura comercial convencional.

De forma complementar, foram utilizadas ferramentas de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) para a confecção de mapas da área de estudo, o que permitirá uma representação visual dos dados coletados. Após essas etapas, pretende-se realizar uma descrição, análise, interpretação e relação dos resultados obtidos, oriundos das fontes primárias e secundárias, bem como a apresentação desses resultados, devidamente fundamentados e processados. Portanto, esta pesquisa segue uma abordagem metodológica que combina levantamento bibliográfico, coleta de dados, pesquisa experimental e participativa em campo, revisão dos dados e confecção de mapas para a análise dos resultados.

¹¹ “Observação direta é o método de coleta de dados em que o pesquisador se torna participante no evento ou grupo social que estuda [...], pode, por exemplo, juntar-se a uma marcha de protesto como forma de colher dados sobre outros participantes ou entrar como membro do grupo religioso que deseja estudar.” (VIEIRA, 2009, p. 13).

4 O VALE COMO TERRITÓRIO E O SEU USO

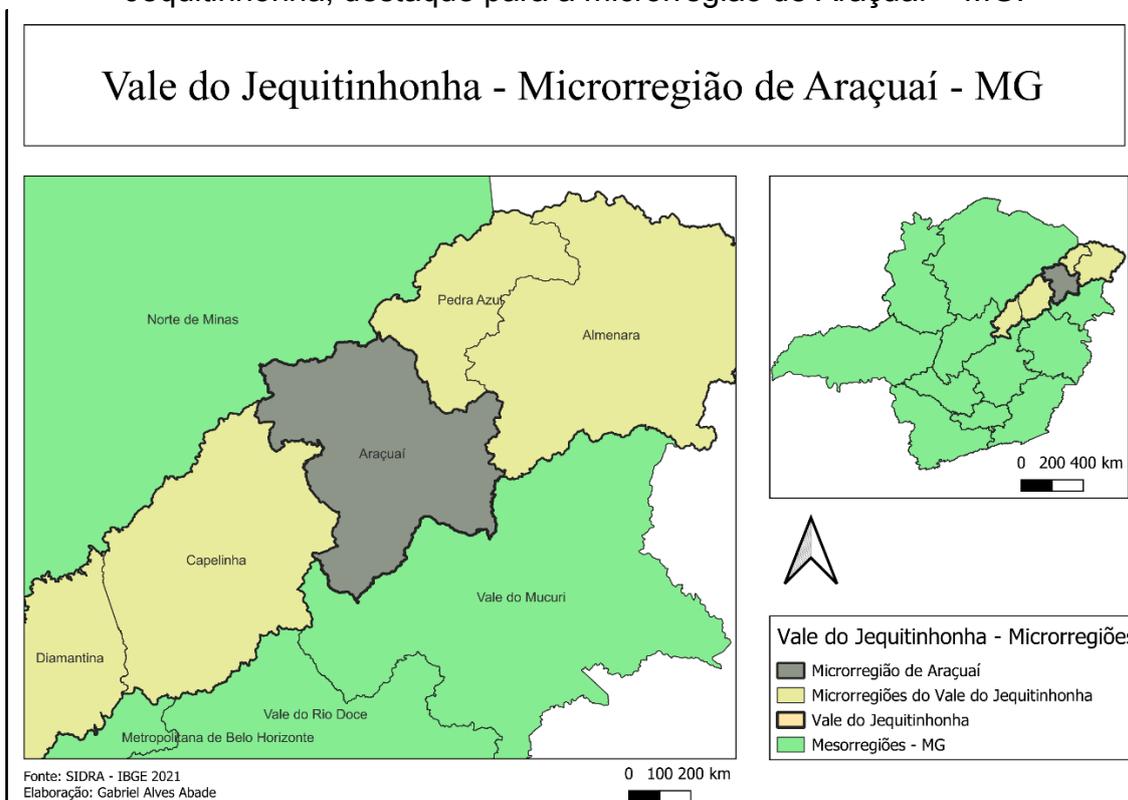
4.1 A caracterização do Vale do Jequitinhonha – MG.

Conforme dados do IBGE, sistematizados pela Fundação João Pinheiro – FJP (2021)¹², os territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha são compostos por 51 municípios com uma população aproximada de 726 mil em 2021 (Figura 1).

São áreas com baixo índice pluviométrico, e estão sujeitas à desertificação. A região, em alguns municípios, enfrenta escassez de recursos hídricos naturais, tanto superficiais quanto subterrâneos. A falta de água afeta tanto a população quanto as atividades econômicas. Isso é agravado pelos danos ambientais causados pelo cultivo excessivo de eucalipto, mineração, desmatamento, aumento do consumo de água e outras atividades econômicas.

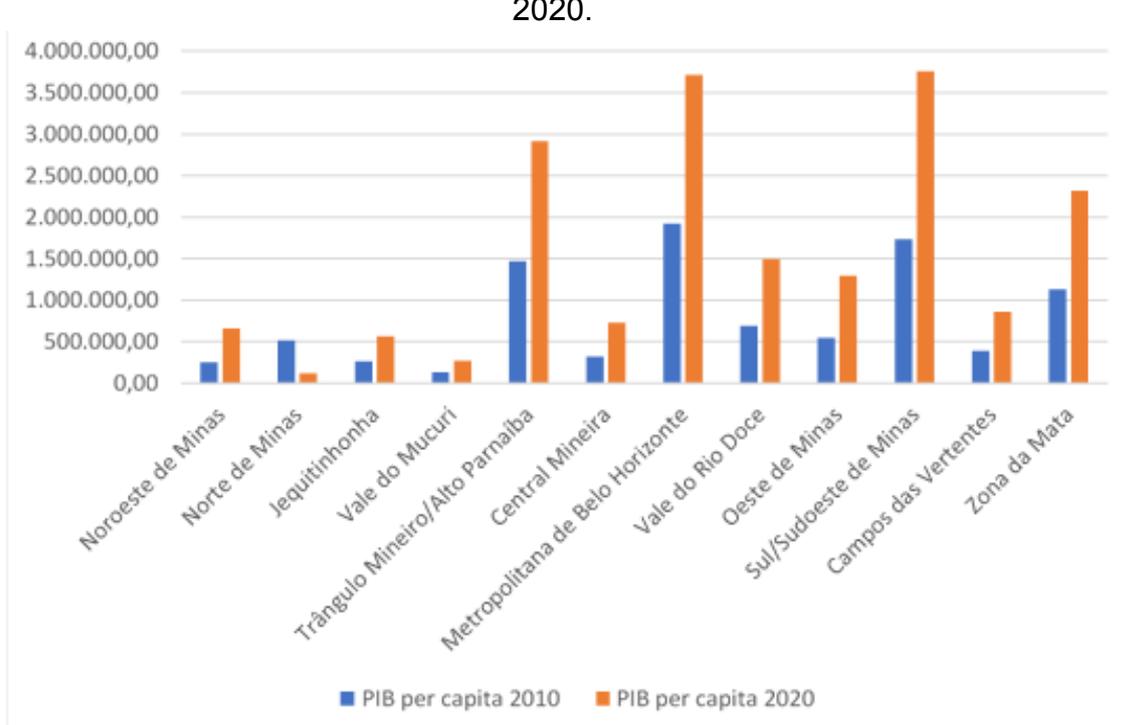
¹² Disponível em: <https://imrs.fjp.mg.gov.br/Consultas>. Acessado em: 12/2023.

Figura 4: Caracterização da área de estudo. Mapa de Localização do Vale do Jequitinhonha, destaque para a microrregião de Araçuaí – MG.



Em 2010, 38% da população vivia em áreas rurais, o que era duas vezes maior que a média de Minas Gerais. Além disso, havia o fenômeno da migração sazonal e uma alta taxa de dependência da população, com uma grande proporção de idosos e crianças. O Vale do Jequitinhonha representava apenas 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado. O PIB per capita era apenas 28% do PIB per capita de Minas Gerais. Já no período de 2010 a 2020, o percentual subiu apenas para 30%, de acordo com dados do IBGE desse período (ver Figura 2).

Figura 5: PIB per capita das Mesorregiões de Minas Gerais 2010 – 2020.



Fonte IBGE 2010 – 2020. Elaboração.: Gabriel Abade

A economia dependia principalmente dos setores de serviços, administração pública e agricultura familiar (ver Figura 3), com uma grande proporção da produção voltada para o consumo interno, via circuitos curtos de comercialização. A indústria tinha uma presença mínima, em especial a indústria de transformação, que sofria com o isolamento relativo da região, a falta de infraestrutura e a escassez de mão de obra qualificada.

Figura 6: Produtos da pequena agricultura e comercialização local.

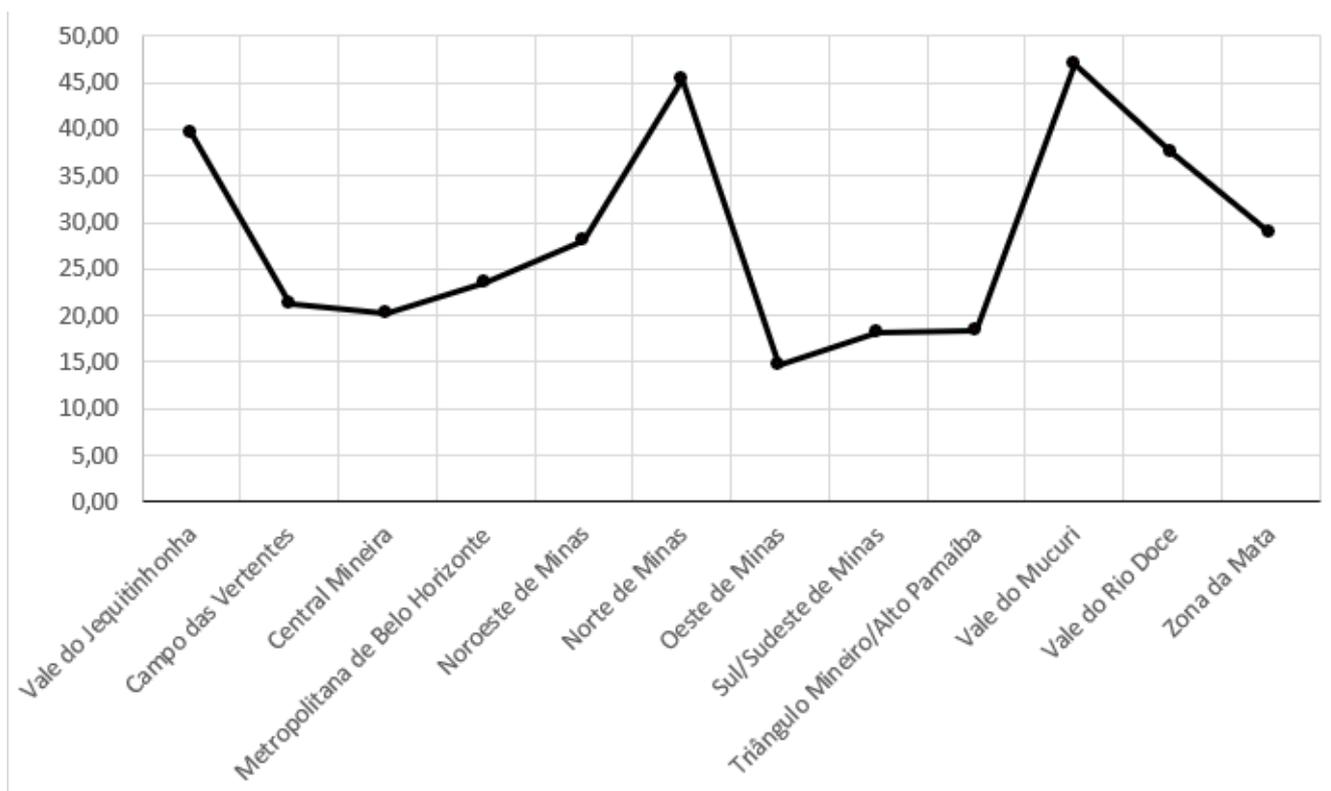


Fonte: Cleber Cardoso Nunes. s/d.

A instituição da verticalidade arrastou o território para um projeto específico, comandado pela atividade que se assentava: a industrialização recuperadora mineira, apresentado por Carneiro (2003). Tudo isso se tornou possível por meio das parcerias estabelecidas com o Estado e as grandes empresas. No entanto, os dados acima mencionados corroboram que as transformações decorrentes de tal projeto não visavam à melhoria da renda e da qualidade de vida da população local, tratando-se

de melhorias sociais, portanto conduzindo o território à escassez dos recursos naturais e à pauperização de seu povo.

Figura 7: pobreza e extrema pobreza nas mesorregiões de Minas Gerais – 2020.

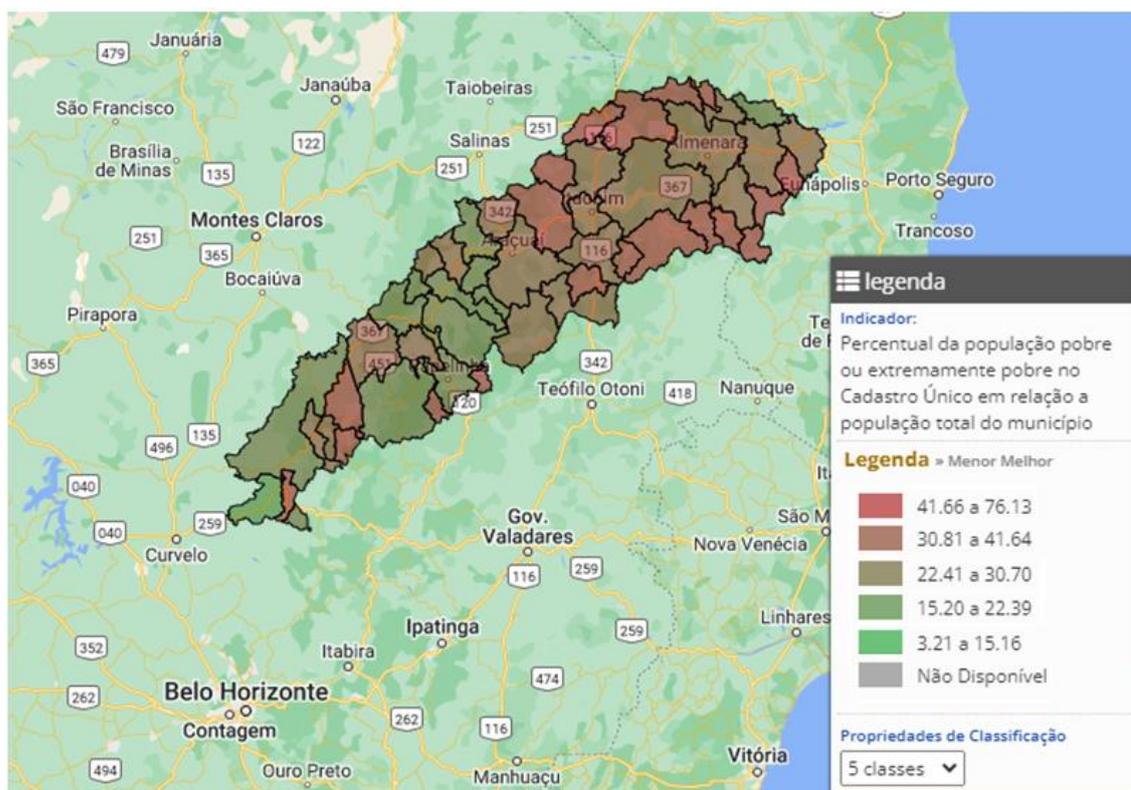


Fonte: Índice Mineiro de Responsabilidade Social/FJP. Elaboração própria - 2023

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) disponível na base de dados da Fundação João Pinheiro (FJP, 2020) revela as taxas de pobreza e extrema pobreza a partir do vínculo com o Cadastro Único (CadÚnico) das mesorregiões mineiras a partir da média dos municípios que as compõem, conforme ilustra o gráfico acima (ver Figura 4) a saber: Vale do Jequitinhonha: 39,6%; Campo das Vertentes: 21,3%; Central Mineira: 20,2%; Metropolitana de Belo Horizonte: 23,5%; Noroeste de Minas: 28%; Norte de Minas: 45,4%; Oeste de Minas: 14,7%; Sul/Sudeste de Minas: 18,2%; Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba: 18,4%; Vale do Mucuri: 47%; Vale do Rio Doce: 37,6%; Zona da Mata: 28,9%; sendo que a média do estado considerando todas

as mesorregiões é de 28,5%. Essa informação é complementada pela representação gráfica dos municípios (Ver Figura 5).

Figura 8: População pobre ou extremamente pobre no Vale do Jequitinhonha – MG, por município. 2020.



Fonte: Índice Mineiro de Responsabilidade Social/FJP. Elaboração: FJP. 2020

A região enfrenta problemas sérios em suas rodovias federais e estaduais, que cortam e conectam os territórios do Jequitinhonha. Há trechos importantes sem pavimentação, enquanto outros se encontram em péssimo estado de conservação. Essa deficiência nas rodovias dificulta a integração entre os territórios e dentro deles. Por exemplo, é notória a falta de estradas asfaltadas que conectem o Médio/Baixo Jequitinhonha ao litoral baiano, bem como de uma ligação entre os dois principais centros do Alto Jequitinhonha: Capelinha e Diamantina.

No momento histórico da modernização recuperadora mineira, durante os anos 1970, desenvolveu-se um núcleo da indústria de base, no qual houve o surgimento de um complexo de grandes unidades produtivas do setor sidero-metalúrgico (Carneiro, 2003). Sob a ótica sociológica, o mesmo autor defende a seguinte tese:

[...] propomos que o caso mineiro seja o de uma modernização recuperadora, regional, dentro de outra modernização recuperadora, nacional. Essa característica determinaria um ritmo ainda mais intenso de consumo das condições naturais como trunfo estratégico para induzir a industrialização tardia no estado no bojo de relações assimétricas com as regiões nacionais de modernização relativamente mais antiga. (CARNEIRO, 2003, p. 27).

Assim, utilizando-se de uma análise geográfica do fenômeno, pode-se aplicar a noção das escalas ou dos níveis espaciais dentro do território nacional, produzidos e criados para dar sentido a uma divisão territorial do trabalho a partir de projetos de regionalização, como apresentados acima: a *regionalização como fato e como ferramenta* (Ribeiro, 2016).

Com essa breve noção, para o Vale do Jequitinhonha acompanhar simultaneamente o processo modernizador no estado, houve a seletividade espacial de extensas áreas de terra para a monocultura do eucalipto, expressa em sucessivas especializações territoriais. Serviram para alcançar o êxito da produção e circulação dos produtos, tais como a celulose e o carvão vegetal. O primeiro produto é destinado à exportação e o segundo ao abastecimento das indústrias sidero-metalúrgicas, localizadas na região central de Minas Gerais.

Em termos de exemplos dos arranjos industriais que conformam o complexo das unidades produtivas ou os agentes que operam na região, temos a empresa de aço *Aperam South America* e sua produção de eucalipto para abastecimento próprio (ver Figura 06). Para tanto, Carneiro (2003), no decorrer dos seus estudos, atesta que o Instituto Estadual de Floresta (IEF - MG) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), ambos criados na década de 1960, serviram como alicerces para os empreendimentos de plantio de florestas homogêneas.

Vale lembrar que os vetores da modernização são entrópicos, isto é, uma ordem longínqua que resulta em desordem no território. Nas palavras de Santos (2006),

[...] Eles trazem desordem às regiões onde se instalam, porque a ordem que criam é em seu próprio e exclusivo benefício. Isso se dá ao serviço do mercado, e tende a corroer a coesão horizontal que está posta ao serviço da sociedade civil tomada como um todo (SANTOS, 2006, p. 174).

Existe uma variação na tendência atual em fazer com que os lugares se unam verticalmente a serviço do grande capital, trazendo no seu bojo regras e normas utilitárias que, com suporte no território, influenciam os lugares em seus aspectos “[...] é esse o próprio princípio da diferenciação entre lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular” (SANTOS, 2006, p. 81).

Ademais, é importante ter em conta que o processo de criação de fluidez ocorre mediante uma seleção, pois os lugares onde se instalam a grande produção, sobretudo, destinados à exportação e ao comércio distante – determinada por uma ordem – têm prioridade nos suportes da infraestrutura estratégica.

Figura 9: A plantação de eucalipto da empresa *Aperam Bioenergia* utilizada para produzir carvão em Turmalina – MG.



Fonte: *Aperam Bioenergia. s/d.*

Não obstante, os vetores podem encontrar empecilhos na sua busca proficiente de realização. A seletividade espacial, nesse sentido, não possui uma relação

intrínseca e absoluta com os vetores verticais; o que significa que a seletividade está em constante disputa pelos agentes, incluindo aqueles em condições de subalternidade, embora isso seja pouco visível devido às suas condições de criar determinações, sendo mais expressivo as transformações decorrentes dos grandes empreendimentos ou unidades produtivas.

O Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG), em parceria com o Núcleo de Investigação em Justiça Ambiental da Universidade Federal de São João del-Rei (NINJA/UFSJ), e o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Universidade Estadual de Montes Claros (NIISA/UNIMONTES), elaboraram um mapa dos conflitos ambientais, no qual para este estudo foi traçado um recorte específico acerca dos conflitos que ocorrem na mesorregião do Vale do Jequitinhonha.

Silva (2011) analisou um conflito socioambiental relacionado à monocultura do eucalipto no município de Itinga-MG. Trata-se, especificamente, de uma luta contra a expansão do monocultivo de eucalipto ¹³, na região da chapada do Morro do Capim.

As monoculturas de eucalipto são responsáveis por conflitos ambientais espalhados, principalmente, pelo sertão mineiro. O conflito aparece tanto no processo de apropriação das chapadas (antes terras de uso comum das comunidades camponesas) como na escassez de água que se impõe às comunidades encurraladas pelas monoculturas (SILVA, 2011, p. 10).

O fenômeno da escassez da água e a apropriação de terras para o monocultivo, ocasionando o encurralamento dos povos ali residentes, foi um estopim capaz de mobilizar as comunidades locais em busca da reapropriação dos seus territórios. De um lado, os atores geraizeiros de Vereda Funda representados pela Associação de Moradores e Amigos de Itinga (AMAI) denunciaram os incêndios criminosos, as carvoarias ilegais e o trabalho semiescravo praticados pelos grandes grupos da monocultura; reivindicaram, ainda, a preservação da biodiversidade local, sendo que, por meio dela, os geraizeiros garantem o seu sustento, isto é, com o extrativismo do pequi, do caju e demais frutos típicos da região (Silva, 2011). Como destaca o mesmo autor, o desfecho desse conflito aparece como: “entrando para a história da luta pela terra em Minas Gerais. Após anos de conflito, a comunidade conseguiu recuperar

¹³ Caracterizado por Silva (2011) como: Atividade Agrícola/ Pecuária / Florestal (Monoculturas).

5.000 ha de chapada que tinha sido arrendada pelo Estado à empresa Florestaminas” (SILVA, 2011, p. 11).

Vale lembrar a respeito da construção e/ou desconstrução de territórios levando em conta a categoria tempo, com as premissas de Souza (1992), a saber:

[...] territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (SOUZA, 1992, p. 81).

Já no município de Araçuaí, outro conflito foi relatado. Trata-se da luta do povo indígena da Aldeia Cinta Vermelha Jundiba (etnias Pataxó e Pankararú)¹⁴ pelo reconhecimento do seu território, contra as ameaças com a expansão em curso das florestas de eucalipto e aos danos causados pela mineração. Segundo relatos de uma liderança indígena fornecidos ao grupo GESTA (2012):

Ela desconhece a origem e a identidade das empresas que atuam perto de seus territórios, pois os funcionários foram proibidos de citarem os nomes e, assim, as empresas utilizaram desta estratégia para não serem responsabilizadas pelas atividades que desenvolvem na área.

[...] a fazenda já estava sendo desmatada e haviam doze fornos sendo utilizados para produção de carvão. O fato foi denunciado ao IEF e ao IBAMA. (GESTA, 2012)¹⁵.

Sabe-se, somente que “[...] os compradores são fazendeiros de Rondônia. Nesta região existe grande ameaça aos territórios indígenas devido à exploração do solo com atividades de eucalipto, mineração e hidrelétricas” (GESTA, 2012, *ibid*).

¹⁴ Povo Pataxó - originário do sul da Bahia, município de Porto Seguro, porém já reside em MG, há quase 30 anos. Povo da família Maxakali, do tronco Macro-Jê, língua Patxohã em fase de revitalização na aldeia. Povo Pankararú - originário do Estado de Pernambuco, a língua não é falada localmente, alguns membros deste grupo se comunicam em língua Xerente, idioma da família jê, tronco lingüístico Macro-Jê. Após vários encontros com as famílias, a primeira iniciativa foi adquirir a Terra. Buscamos vários apoios principalmente da FUNAI, mas fomos recusados por este órgão Federal. Representantes desse órgão diziam que esse estado de Minas Gerais, não pertencia a esses dois povos historicamente. No entanto com nosso próprio esforço e vontade de luta de poder ter um território para repousar nossas famílias, buscamos apoios de entidades solidárias e arrendamos a terra por um ano. Diante de várias dificuldades, retornamos a FUNAI para a aquisição da compra, por que não tínhamos mais como continuar pagando o aluguel, éramos pressionados o tempo todo pelo proprietário para que fizéssemos o pagamento da terra. A partir de toda pressão criamos, juntamente com nossas famílias, a Associação Indígena Pankararú - Pataxó - AIPPA. Fonte: Estudos sobre as potencialidades agroambientais de duas propriedades que vem sendo demandadas pela Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, do município de Araçuaí – MG. Disponível em <[file:///C:/Users/abade/Desktop/Qualifica%C3%A7%C3%A3o/CARACTERIZA%C3%87%C3%83O%20DOS%20CONFLITOS%20NO%20VALE%20PARA%20A%20DISSERTA%C3%87%C3%83O/Dayrell_et_al_Estudos_sobre_as_potencialidades_agroambientais_de_duas_propriedades\(...\).pdf](file:///C:/Users/abade/Desktop/Qualifica%C3%A7%C3%A3o/CARACTERIZA%C3%87%C3%83O%20DOS%20CONFLITOS%20NO%20VALE%20PARA%20A%20DISSERTA%C3%87%C3%83O/Dayrell_et_al_Estudos_sobre_as_potencialidades_agroambientais_de_duas_propriedades(...).pdf)>.

Formato de emenda parlamentar. Acessado em: outubro/2023.

¹⁵ Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG) - Oficina de Apresentação e Atualização do Mapa dos Conflitos Ambientais em Minas Gerais. Disponível em: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=294>>. Acessado em: outubro/2023.

Com isso, a comunidade indígena recorreu à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), por meio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Ministério Público Federal (MPF) entre outros órgãos, para a aquisição da terra e manutenção da segurança quanto aos interesses das empresas e fazendeiros em tomarem a área. No entanto, o território foi comprado e conquistado somente após uma emenda parlamentar que solicitou recursos à Câmara estadual.

Ademais, no mesmo município acima mencionado, outro conflito se instaurou, e envolveu a expressiva atividade da monocultura do eucalipto e a sua necessidade de expansão, incluso o avanço sobre Área de Proteção Ambiental (APA), na Chapada do Lagoão. Não obstante, atores como o Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento – Sítio Maravilha (CPCD), Cáritas Diocesana, Instituto Federal do Norte de Minas (IFNMG), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Pastoral dos Migrantes, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater–MG), Escola de Família Agrícola (EFA - Araçuaí) entre outros grupos e entidades, que compreendem 12 comunidades e 600 famílias, se mobilizaram contra o não reconhecimento da APA pelo Instituto Estadual de Floresta (IEF) e as frequentes tentativas de avanços via cerceamento das glebas. Conforme relatado ao GESTA (2012) “Ainda de acordo com o representante do STR, a comunidade local conseguiu se mobilizar e retirar as cercas colocadas por este fazendeiro. Entretanto, para afastar os grileiros, foi necessária uma luta de 11 anos (GESTA, 2012)¹⁶.

O uso da área para as famílias atingidas e ameaçadas pela expansão do eucalipto envolve práticas de pequena agricultura e criação de animais livres, no entanto a monocultura do eucalipto, por sua vez, promove a instalação ilegal dos fornos do carvão vegetal, a queima e o desmatamento de extensas áreas, assim como extingue as nascentes e recargas hídricas. Para dar visibilidade aos atores, outro relato foi apresentado, conforme segue:

Um episódio que exemplifica essa situação é o de um fazendeiro com licença, emitida pelo IEF, para desmatar 60 hectares de cerrado para plantação de eucalipto e 100 hectares para plantação de pinhão manso. [...] Nos últimos anos, o local também tem entrado no circuito de plantação de Eucalipto, em que os donos de terras plantam em nome de grandes empresas. No ano de 2010, um deputado federal representante do estado de Minas Gerais, comprou uma grande área na APA do Lagoão e está desmatando o local. De acordo com o representante da Cáritas, durante a oficina de Apresentação e Atualização do Mapa dos Conflitos Ambientais, em Araçuaí, no dia 01 de setembro de 2012 (GESTA, 2012, *ibid*).

¹⁶ Fonte: disponível em <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=295>. Acessado em: outubro/2023.

Assim, como forma de negociação diante do conflito exposto, faz-se necessário avançar com diálogos envolvendo os atores locais (comunidades atingidas), nos quais haja uma interação entre os saberes e/ou práticas espaciais destas comunidades em seus respectivos territórios com os saberes científicos constantemente se propagando, isto é, em busca de anular o estabelecimento de hierarquias para que um saber não prevaleça sobre outro. Portanto, as situações de conflitos devem caminhar na direção de se construir projetos comuns, com ação coletiva compreendendo conhecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais (PEREIRA, 2010).

Contudo, o que se revela na mesorregião do Vale do Jequitinhonha é a presença de mais conflitos envolvendo a expansão do eucalipto e a dita resistência das comunidades locais. A Chapada de São José, compreendida entre os municípios de Araçuaí, Coronel Murta e Virgem da Lapa, sofre com a expansão deste setor produtivo sobre suas áreas. Os atores envolvidos são os fazendeiros, o Ministério Público Estadual de Minas Gerais (MPE/MG), a Cáritas Diocesana de Araçuaí e as comunidades locais afetadas, compreendendo 23 famílias, conforme dados extraídos do GESTA (2010). Longe do processo de resolução, as reivindicações dos atores afetados na Chapada de São José tiveram como resposta do MPE/MG a afirmação de que a tendência da região é para servir aos desígnios do setor da monocultura.

Nos municípios de Turmalina e Minas Novas, o conflito envolve empresas florestais, como a ArcelorMittal (antiga ACESITA), que abastece e opera dentro do complexo sidero-metalúrgico com sede internacional em Luxemburgo; Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM); Federação dos Trabalhadores da Indústria Extrativa em Minas Gerais (FTIEMG); Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Polícia Florestal, e as comunidades locais, tais como: Comunidades de Samambaia, Cachoeira da Lagoa, Imbiruçu, Pimenteira, Buracão, Canela d'Éma, Tibuna entre outras do Município de Minas Novas; Comunidades de Campo Buriti, Cabeceira do Tanque, Campo Alegre, Gentil entre outras do Município de Turmalina (GESTA, 2012).

Os processos geradores de conflitos dizem respeito ao desmate ilegal das matas nativas e Área de Preservação Permanente (APP), à instalação de carvoarias para o carvão vegetal somada ao excesso de poluição do ar com a queima da tora do

eucalipto e das matas, proliferação de doenças etc. Tais processos culminam na evasão das populações locais, isto é, contribui compulsoriamente com o processo de emigração, visto que os modos de reprodução da vida das comunidades são impedidos.

Diversas denúncias foram realizadas por meio da mobilização das comunidades, e entregues aos poderes públicos, como Ministério Público Federal, Polícia Federal, IBAMA, Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente (CODEMA) e, assim, foi aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que:

Segundo o Relatório Final da CPI das Carvoarias, a FTIEMG e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração de Madeira e de Lenha de Capelinha e Minas Novas apresentaram denúncia à Comissão do Trabalho, Previdência e Ação Social da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, sobre negligências da ACESITA Energética, juntamente com suas empreiteiras, relativas à lei trabalhista e ao cumprimento das normas de saúde, higiene e segurança dos trabalhadores (GESTA, 2010)¹⁷.

Com esses dados, percebe-se a intensa disputa por territórios no Vale do Jequitinhonha. Martins (2012) destaca que “O território nasce, assim, como a materialização (com limites geográficos definidos) dessa pluralidade social que, mediante disputas e embates contínuos, se apropria de uma malha espacial concreta” (p. 89). Partindo dessa apreensão, é no seio tais conflitos/embates que se revelam os interesses dos atores sociais com a apropriação e reapropriação de áreas. Retomando Souza (1992) e considerando a categoria espacial:

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN) (SOUZA, 1992, p. 81).

Tal noção contribui com a ruptura da análise espacial mais apregoadada, a de território somente vinculada à escala do Estado-Nação ou território nacional.

Tratando-se de analisar o crescente número de empreendimentos e empresas florestais no estado de Minas Gerais, um dado revela uma das consequências desse processo enquanto complexo de grandes unidades produtivas no estado, a saber:

Novamente, a exemplo do que ocorreu no caso da expansão das monoculturas capitalistas de exportação pelos cerrados, a pequena produção camponesa mercantil de subsistência, responsável por boa parte da produção de alimentos para o mercado interno, vê-se seriamente

¹⁷ Fonte: disponível em <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=302>. Acessado em: outubro/2023.

prejudicada. E mais uma vez assiste-se ao processo de proletarização massiva de trabalhadores rurais autônomos (CARNEIRO, 2003, p. 141).

A intervenção do Estado via normas que viabilizaram a instalação dessas unidades encobriu um processo violento em que uma grande quantidade de camponeses, e populações tradicionais, que outrora produziam para consumo próprio e para o pequeno comércio regional, perderam suas terras, portanto, meios de subsistência, vínculos comunitários e relações identitárias. Dessa maneira, foram forçados a adotar um novo estilo de vida, fragmentado e heterogêneo, fortemente subordinado à lógica da modernização¹⁸ em curso no estado e país desde os anos 1970.

Leite (2015, p. 177), destaca que:

O violento processo de “integração” do nordeste mineiro ao território nacional vai exigir sua subordinação ao planejamento regional, que buscará corrigir “o atraso, a pobreza e a estagnação” da região. Neste processo que transforma o nordeste mineiro em objeto da modernização retardatária do Estado é que surge o *Vale do Jequitinhonha* e, posteriormente, o Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha.

Tal contexto foi responsável por, paulatinamente, transformar as populações afetadas em um número excedente de desempregados, trabalhadores itinerantes e andarilhos. Esses indivíduos se juntaram ao exército industrial de reserva, aumentando a oferta de mão de obra excedente nas cidades e reforçando a redução dos salários pelo capital. Esse processo violento não se manifestou de forma aberta, mas por meio das instâncias normativas e formas de violência simbólica, conforme destacado por Silva (1999).

Souza (2016) compreendeu em seus estudos sobre a região, o fenômeno migratório decorrente da complexa realidade, situada entre a expropriação parcial de suas condições de reprodução e o completo desenraizamento¹⁹. Aponta, então, para

¹⁸ “Em muitos dos países, chamados atrasados, onde o processo de modernização foi tardio, as gerações se sucederam transmitindo umas às outras modos de vida baseados em atividades produtivas, relações de trabalho e formas de consumo cujo fundamento era buscado na sua própria história. Mesmo quando uma parte da produção era exportada e uma parcela do consumo importada, isso se dava sem alterações fundamentais ou substanciais nos mecanismos sociais. Na maioria desses países, só há poucos decênios começa a se instalar uma civilização técnica, trazendo consequências de peso quanto à significação do território como um todo e de cada uma de suas partes cidades regiões, zonas produtivas. Aliás, o impacto da atual revolução científica e técnica e da globalização é mais expressivo naqueles países cuja inserção estrutural no movimento da economia internacional se deu mais recentemente” (SANTOS, 1996, p. 168).

¹⁹ “As motivações de uso eram, sobretudo, locais, ainda que o papel do intercâmbio nas determinações sociais pudesse ser crescente. Assim, a sociedade local era, ao mesmo tempo, criadora das técnicas utilizadas, comandante dos tempos sociais e dos limites de sua utilização. A harmonia socioespacial assim estabelecida era, desse modo, respeitosa da natureza herdada, no processo de criação de uma

as populações que são obrigadas a se adequar aos ciclos da grande produção agrícola sem realmente pertencerem a esse universo. Eles sofrem com a perda de sua identidade camponesa, das tradições e da relação com a terra, além de enfrentarem problemas como viuvez temporária, orfandade e problemas de saúde decorrentes do trabalho pesado na cana de açúcar.

Além disso, segundo Leite (2010), a expropriação dessas populações não se limita à expulsão de suas terras. Mesmo aqueles que conseguiram manter a posse da terra, sofreram com a perda das condições necessárias para sua reprodução e sobrevivência, já que a extensão usual de suas terras foi reduzida ou cercada por grandes florestas de eucalipto. Devido a essa redução, os forçou a se tornarem trabalhadores braçais para garantir a subsistência familiar. Nesse sentido, a expropriação não se limita a aspectos econômicos e posse de terras, mas também afeta a cultura e tradições violadas com a mudança de sua condição de trabalhadores independentes para trabalhadores assalariados.

No entanto, a história é de resistência desses trabalhadores que permanecem na região, enfrentando os abusos do capitalismo que os submete a condições desumanas de vida e trabalho. Mesmo enfrentando opressão e superexploração, muitos lutam contra a dominação imposta e buscam permanecer em seu lugar, na esperança de um dia reconquistarem a autonomia sobre suas vidas e seus meios de produção por meio de laços horizontais.

Uma vez que determinadas condições impostas se apresentam como insensíveis à realidade local, o desenvolvimento das unidades produtivas ou grandes empreendimentos, se dá sob injunções globais com pouca ou quase nenhuma relação com as atividades locais. É possível entender essas condições sob a lógica das práticas de uso do território, conduzidas pelo neoliberalismo, bem como a partir das forças centrífugas. Conforme Santos (2001), a prática do neoliberalismo influencia no uso mais seletivo do território e pune as populações mais pobres, mais isoladas e distantes dos grandes centros produtivos.

nova natureza. Produzindo-a, a sociedade territorial produzia, também, uma série de comportamentos, cuja razão é a preservação e a continuidade do meio de vida. Exemplo disso são, entre outros, o pousio, a rotação de terras, a agricultura itinerante, que constituem, ao mesmo tempo, regras sociais e regras territoriais, tendentes a conciliar o uso e a "conservação" da natureza: para que ela possa ser outra vez, utilizada. Esses sistemas técnicos sem objetos técnicos não eram, pois, agressivos, pelo fato de serem indissolúveis em relação à Natureza que, em sua operação, ajudavam a reconstituir." (SANTOS, 2006, p. 158).

Busca-se, com esse entendimento, explicar a porção do espaço denominada Vale do Jequitinhonha numa dinâmica global, isto é, pertencente ao domínio do todo e as várias escalas que o intermediam. Os impactos incidentes não são controlados localmente. São ativados por forças oriundas da verticalidade, assim como nas demais porções do espaço, distinguindo-se das outras nos aspectos de evolução dependendo do modo como as forças horizontais se envolvem no processo, seja impondo uma razoável resistência ou mesmo deixando de existir.

É por meio do uso do território pela monocultura de eucalipto que o Vale do Jequitinhonha se inscreve no espaço, com a sua paisagem desenhada pelos modos de produção determinados por todas aquelas forças e seus momentos.

Nas acepções de Santos (1979), percebe-se que:

As mudanças de valor de cada subespaço não se explicam por sua própria história. Trata-se de uma verdadeira e mais ampla reorganização, induzida por fatores externos e internos. Qualquer que seja o caso, mudanças verificadas numa porção do espaço repercutem nas outras porções do todo, o qual foi – ele próprio – modificado (SANTOS, 1979, p. 33).

Nas mesmas acepções, no entanto um pouco depois, Santos (1988) discute a necessidade de compreender os fatores invisíveis que influenciam a evolução de diferentes espaços, nos quais muitos aspectos importantes não são imediatamente perceptíveis ou evidentes. Desse modo, é crucial abstrair essas realidades complexas para desvendar essas determinações ocultas. Exigem uma compreensão aprofundada das formas contemporâneas de acumulação de capital, das complexas e mundializadas relações sociais e de outras realidades que são obscurecidas à primeira vista, mas que têm um impacto significativo na dinâmica dos espaços estudados.

Para a divisão interna do trabalho no que diz respeito à agricultura científica globalizada, coube ao Vale do Jequitinhonha atividades produtivas ligadas à extração dos ativos naturais para a indústria básica. Assim, sua competitividade e rentabilidade derivam do que é chamado de *dumpings*, sendo equivalente à comercialização de produtos abaixo do custo de produção e mão de obra barata.

Silveira (2011), baseada em Jean Gottmann, reflete acerca da compartimentação do espaço, seja com finalidades econômicas, administrativas e jurídicas para sustentar a produção monocultora na região. Esse processo de compartimentação viabiliza o que Santos (1994) chamou de circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação. Tal par conceitual nos auxilia na compreensão

dos momentos da produção, local de origem, formas de circulação, a proximidade (ou distância) das indústrias de transformação, quantidade do produto, qualificação da mão de obra, a informação, o capital utilizado, entre outros itens. Esses fatores envolvem a produção da silvicultura no Vale do Jequitinhonha e sua relação com o mercado global.

O segmento siderúrgico brasileiro, usuário de redutor bioenergético ou de seus derivados, demonstra crescimento expressivo na produção de aço a partir de carvão vegetal, o que pode ser observado pelo aumento de 86% do consumo de carvão vegetal originado de plantações florestais para produção de ferro gusa no País, um índice crescente nos últimos três anos. Em termos de área plantada destinada à produção de carvão vegetal, as empresas produtoras de aço possuem 939,6 mil hectares de árvores plantadas para uso econômico, além de apoiar técnica e financeiramente o plantio por terceiros, em fomento à atividade de silvicultura. [...] de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de carvão vegetal no setor da Siderurgia Ferro-gusa e Aço chegou a 4,25 milhões de toneladas. O setor de árvores cultivadas tem participação elevada em 94% da produção de carvão vegetal (PEVS 2020). O consumo do produto de fonte renovável caiu modestamente de 4,19 para 4,01 milhões de toneladas em 2021, com relação ao ano anterior (IBÁ, 2020, p.40).

No entanto, é preciso contextualizar que, segundo Resende e Santos (2010), no ano de 2008, com a crise internacional, o segmento produtivo que alimenta os demais setores desde a plantação do eucalipto ao processamento siderúrgico passou por uma espécie de desaquecimento. Isso significou uma redução na produção, sendo necessário fazer alterações no mercado nacional e internacional quanto ao consumo dos produtos. Os Estados Unidos diminuíram a sua demanda, e a China assumiu um importante posto de maior comprador do ferro gusa, sobretudo exportado de Minas Gerais. Nas palavras dos autores, acrescentam que:

Em síntese, 60% do volume total de carvão consumido no estado, o equivalente a 15 milhões de mdc²⁰, é suprido pela produção interna. O restante, cerca de 10 milhões de mdc, é proveniente de plantios florestais de outros estados e de vegetação nativa de Minas Gerais e também de outros estados (RESENDE; SANTOS, 2010, p. 32).

Ao menos nesse ano de crise, o carvão representava o produto de maior destaque no segmento da agroindústria mineira. Ao passo que Minas Gerais, por sua vez, detém a maior área em florestas plantadas de eucalipto do país, atingindo cerca de 1,45 milhão de hectares (percentualmente equivale a 30%) ao todo. Do carvão produzido no estado com madeira extraída de florestas nativas, esta última categoria

²⁰ “1,0 mdc equivale ao volume que cabe num cubo de 1,0 metro de aresta” (RESENDE; SANTOS, 2010, p. 13).

atinge um percentual ainda maior, equivalente a 45% também em outros estados (Resende; Santos, 2010).

Em contrapartida, segundo dados mais recentes e elaborados em relatório anual pelo Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais em cooperação com a Indústria Brasileira de Árvores (SINDIFER/IBÁ, 2022)²¹, a produção do carvão vegetal para processamento do aço e ferro gusa aumentou e concentrou-se nos principais estados, a saber: Minas Gerais em primeiro, e Espírito Santo em segundo.

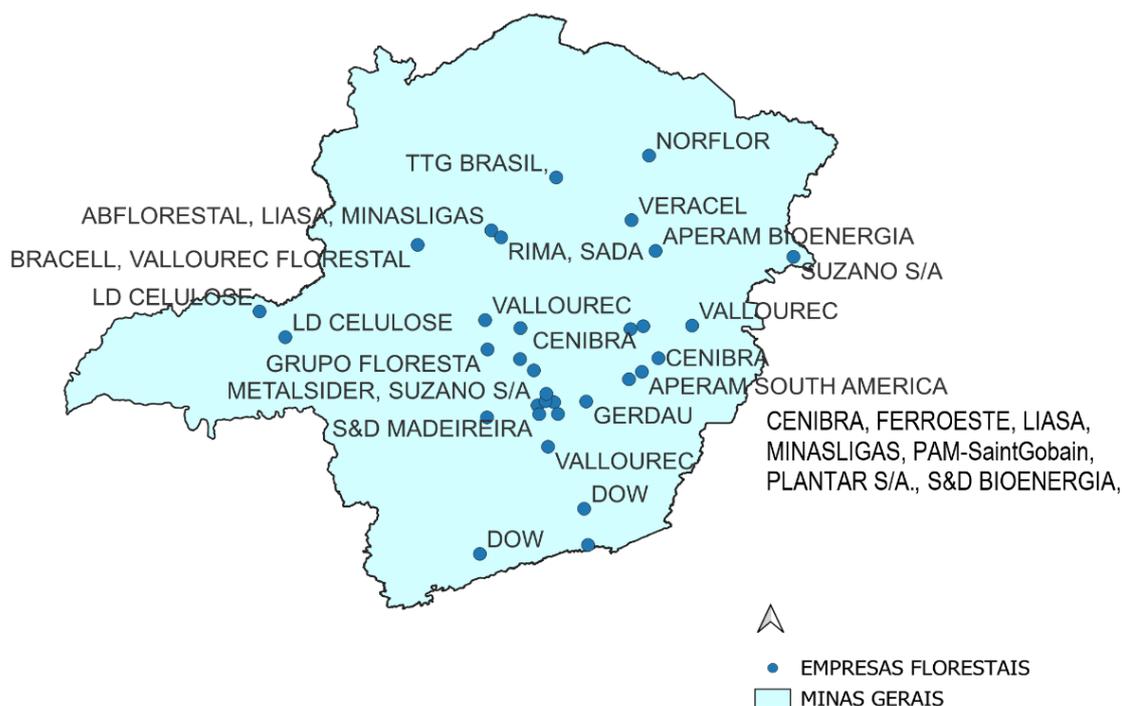
O setor de florestas plantadas fechou o ano de 2015 com 1,2% de representação em toda a riqueza gerada no país e 6,0% do PIB industrial. Os plantios de eucalipto ocuparam 5,6 milhões de hectares da área de árvores plantadas do país, sendo localizados, principalmente, em Minas Gerais (24%), em São Paulo (17%) e no Mato Grosso do Sul (15%). Nos últimos cinco anos, o crescimento da área de eucalipto foi de 2,8% a.a (IBÁ, 2015, *apud* Marinho, 2017, p. 10).

Ainda, os estados tiveram um aumento da produção referente 3,6 milhões de toneladas em 2021, o que significou alcançar o percentual de 9,4% em relação ao ano anterior.

Conforme dados obtidos da Associação Mineira da Indústria Florestal (AMIF, 2023), pelo menos 38 empresas do segmento florestal e siderúrgico plantam e possuem terras em território mineiro e se distribuem em todo o estado (ver Figura 7), desempenhando o círculo de cooperação entre elas e estabelecendo o circuito espacial produtivo do complexo sidero-metalúrgico em Minas Gerais.

²¹ Fonte do relatório: <https://iba.org/datafiles/publicacoes/relatorios/relatorio-anual-iba2022-compactado.pdf>.

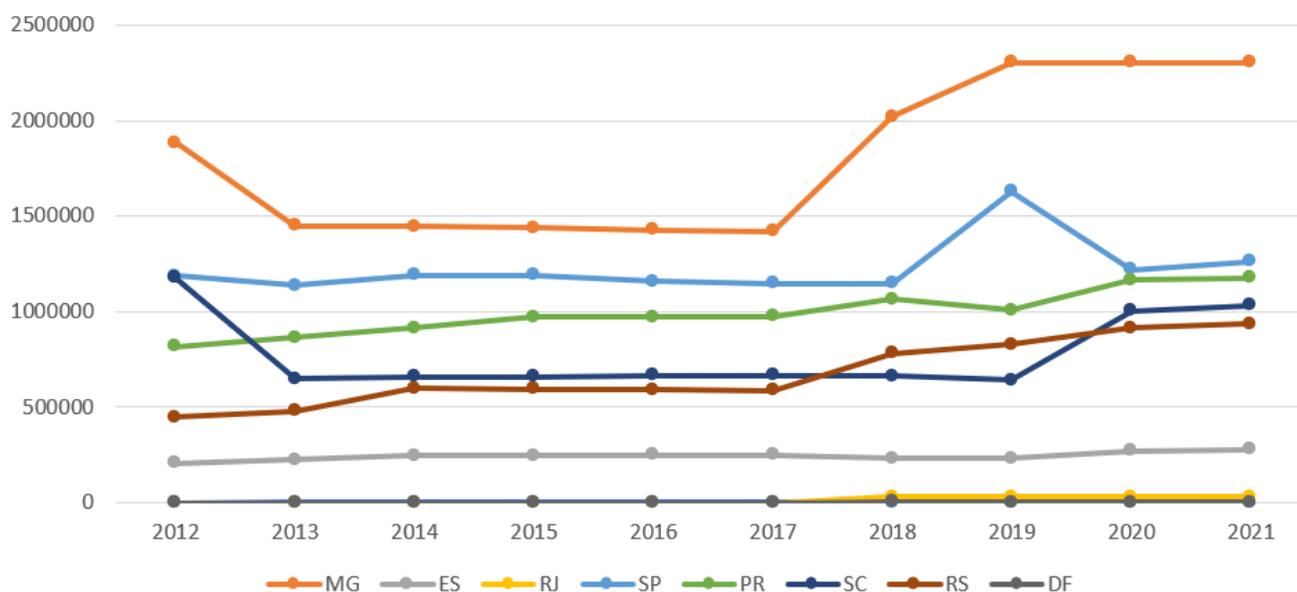
Figura 10: Distribuição das empresas florestais em Minas Gerais – 2023.



Fonte: AMIF. 2023. Elaboração própria.

Acerca da escala mundial, a Instituição Brasileira de Economia com a Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE, 2020) aponta em suas pesquisas macroeconômicas o Brasil como o líder na participação em produção de carvão vegetal no ano de 2020, representando cerca de 12%, seguindo de Nigéria e Etiópia, ambos com 9%. As regiões do estado com mais áreas plantadas são Sudeste e Sul, sendo que Minas Gerais aparece na primeira posição com o maior histórico de árvores plantadas para a produção do carvão vegetal, na casa dos milhões de hectares (ver Figura 8).

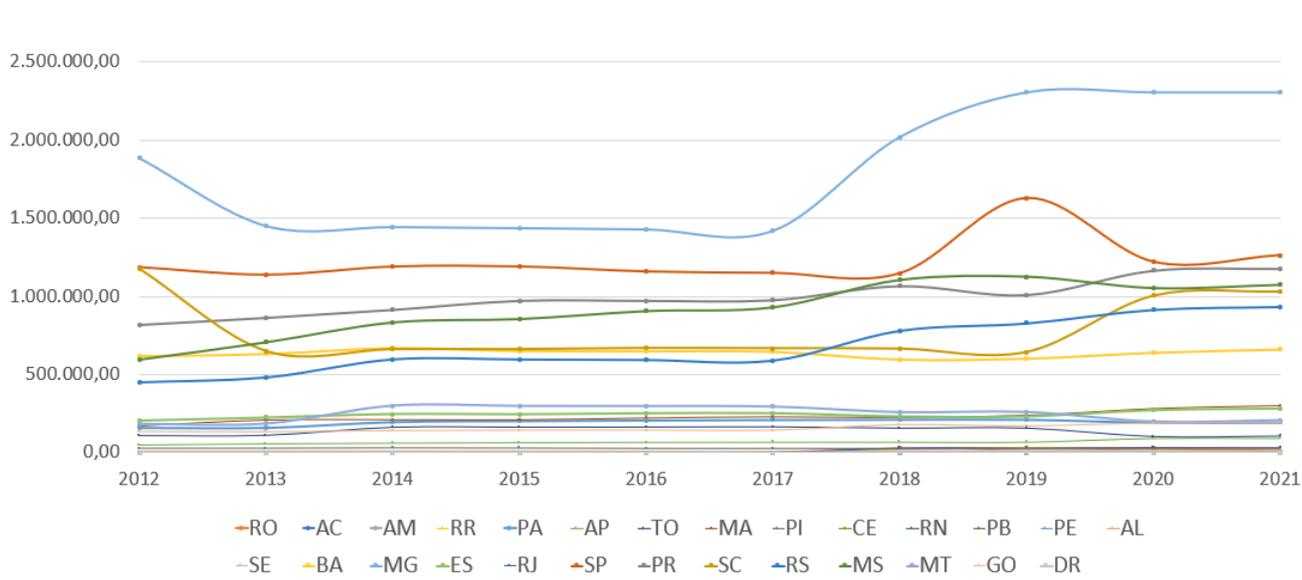
Figura 11: Área plantada no Sul e Sudeste do Brasil: anos 2012-2021.



Fonte: IBRE/IBÁ. 2020. Elaboração Própria.

As demais regiões e estados do Brasil não apresentam números tão significativos em áreas plantadas (ver Figura 9).

No ano de 2021, o consumo de madeira originárias de árvores plantadas para uso industrial cresceu 4,8%, em relação ao ano de 2020, alcançando a marca de 227,3 milhões de m³. Mais uma vez, esta alta deveu-se, exclusivamente, ao consumo de eucalipto, que avançou 7,8%. Já os consumos de pinus e outros recuaram 3,5% e 2,9%, respectivamente (IBRE/IBÁ, 2022, p. 80).

Figura 12: Área plantada por estado no Brasil: 2012-2021.

Fonte: IBRE/IBÁ. 2020. Elaboração Própria.

Para isso, o setor privado das indústrias consumidoras de carvão vegetal aliou-se ao IEF - MG ²² para traçarem alternativas estratégicas como o fomento florestal. Isso serviu para incentivar ainda mais a produção florestal, visto que as políticas de incentivo não eram suficientes, constituindo, então, os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação. Tratou-se, nada mais, de privilegiar as grandes corporações destacadas acima neste estudo por meio da divulgação da atividade florestal aos produtores rurais, isto é, expandir em áreas de terceiros para ampliar a oferta e a diversificação das fontes e suprimentos da matéria-prima (RESENDE, SANTOS, 2010), representando, portanto, uma forma de integração vertical entre a indústria e os produtores rurais na forma de fornecedores.

Castillo e Frederico (2010), ao compreenderem a articulação entre os lugares junto com a união das diversas etapas do processo produtivo destacam que a expansão dos circuitos espaciais da produção ocorre mediante uma complexa gestão e organização dos fluxos materiais e imateriais em decorrência da segmentação

²² Instituto Estadual de Floresta – Minas Gerais (IEF).

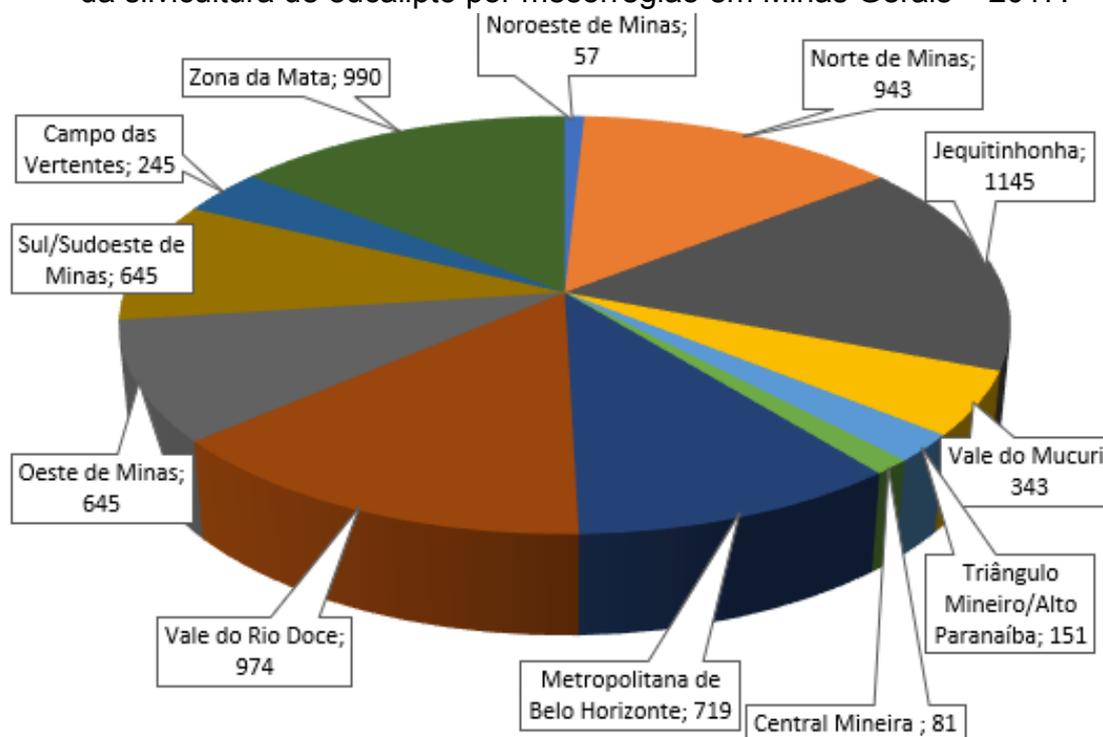
geográfica da produção, assim como por meio de regulamentações para o uso do território, cabendo aos agentes públicos garantirem a logística e fluidez para atingir a escala mundial.

Assim, dentre as modalidades de fomento florestal, a principal corresponde ao fomento empresarial, conforme analisaram Resende e Santos (2010). As formas mais expressivas de fomento estão ligadas aos programas de renda antecipada oferecidos aos produtores para o plantio florestal, assim como a compra antecipada da colheita antes mesmo da época; o arrendamento das áreas também constitui formas estratégicas para a ampliação do setor, visto que não precisam dispor de elevados investimentos para a aquisição de terras. No entanto, cada empresa determina um contrato específico para constituir uma aliança vertical com os produtores rurais proprietários de pequenas e médias áreas.

De acordo com o Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS) em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), os dados do Censo Agropecuário de 2017 apontam que Minas Gerais é o estado da região Sudeste com o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar e o segundo do país. No que diz respeito às mesorregiões, nota-se que em todas há um maior percentual de estabelecimentos considerados como sendo de agricultores familiares em relação aos demais estabelecimentos rurais. Do total de 607.557 estabelecimentos rurais, 441.829 são de agricultura familiar no estado.

Na mesorregião do Vale do Jequitinhonha, o número total de estabelecimentos da agricultura familiar é de 39.047. Já o número de estabelecimentos rurais, que incluem pequenas e médias áreas que adotaram em suas terras a produção da silvicultura, é de 1.145. Assim, é possível visualizar no estado de Minas Gerais, por Mesorregião (ver Figura 10), o número de estabelecimentos da agricultura familiar que cederam espaço em suas terras às florestas do eucalipto, sendo que o Vale do Jequitinhonha se sobressai em relação às demais mesorregiões com um número expressivo.

Figura 13: Número de estabelecimentos da agricultura familiar com produtos da silvicultura de eucalipto por mesorregião em Minas Gerais – 2017.



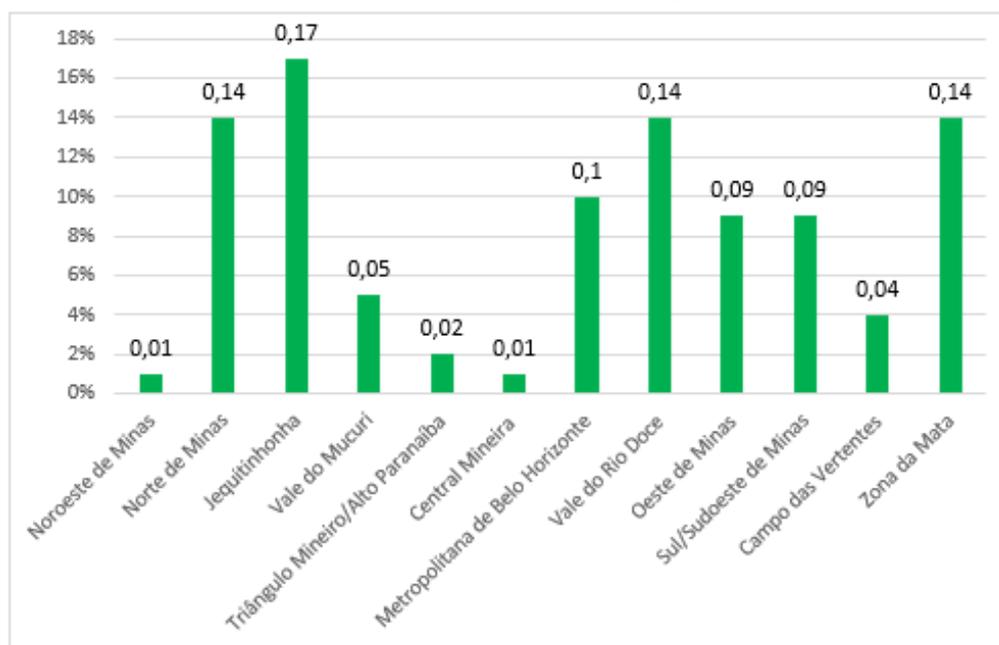
Fonte: SIDRA-IBGE 2017. Elaboração própria.

Em termos percentuais, a mesorregião do Vale do Jequitinhonha lidera com produtos da silvicultura no estado de Minas Gerais, correspondendo a 17%; em seguida, as mesorregiões Norte de Minas e Vale do Rio Doce aparecem com 14%; já as mesorregiões com percentuais menos expressivos em relação a este setor, Central Mineira e Noroeste de Minas se destacam. Isto posto, estes dados (ver Figura 11) revelam a topologia desse segmento produtivo equivalente à constituição do circuito espacial produtivo sobre mesorregiões específicas dados os diversos fatores que o facilita.

Expresso em Castillo e Frederico (2010), o aumento das trocas materiais relaciona-se ao aprofundamento da divisão territorial do trabalho e, assim, torna-se possível operacionalizar o conceito de circuito espacial produtivo. Ademais, o boletim técnico desenvolvido pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), em conjunto com os pesquisadores Resende e Santos (2010), aponta que:

As plantações de eucalipto aumentaram em quase todas as regiões do estado, desde aquelas já tradicionais no norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Zona da Mata e Leste até em novas áreas como no Campo das Vertentes, na região Central, no Triângulo Mineiro e no Noroeste. [...] A quase totalidade das plantações é de eucalipto e destina-se principalmente à produção de carvão vegetal e celulose. Uma pequena parcela é destinada à geração de energia térmica e vapor em aplicações industriais, comerciais e residenciais (RESENDE; SANTOS, 2010, p. 17).

Figura 14: Percentual de estabelecimentos da agricultura familiar com produtos da silvicultura de eucalipto por mesorregião em Minas Gerais – 2017.



Elaboração própria. Fonte: SIDRA - IBGE: Censo Agropecuário – 2017.

Para o plantio e manejo das extensas florestas homogêneas, o eucalipto, não requer o desenvolvimento de tecnologias sofisticadas. Exporta-se aos países centrais a matéria fibrosa primitiva, celulose de fibra curta e, às regiões centrais do estado de Minas Gerais, é onde se destina o carvão vegetal. Todavia, o circuito espacial produtivo predominante, ou melhor, uma das etapas: extração da matéria-prima atribuída ao Vale do Jequitinhonha ao longo dos anos, escancara a sua especificidade em termos de rarefação técnica e letargia se comparada aos demais lugares do

estado, bem como as etapas que lhes são designadas, tais como o consumo e transformação da matéria-prima.

Silva (2011) destaca que a expansão da monocultura se intensificou devido à busca por terras de baixo preço, sobretudo nas regiões norte, nordeste e noroeste de Minas Gerais. Concomitante a essa busca, houve, por parte do governo, incentivos fiscais oferecidos que assegurassem as práticas de plantio e a apropriação das terras. No entanto, Silva (2011) aponta que:

Na década de 1970, vai se somar a esses fatores a política deliberada do governo do estado, através da RURALMINAS, no sentido de disponibilizar terras devolutas, nas chapadas dos cerrados do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, via concessão ou arrendamento dessas terras a preços simbólicos. [...] Além disso, as alterações que o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) promoveu no Fiset²³, a partir de 1980, também, explicam o porquê da preferência por essas últimas áreas, já que a região, subordinada à SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), seria destinatária de 50% das cotas dos recursos desse incentivo fiscal, a partir de 1982. Esse fato, somado à política de concessão e arrendamento das terras devolutas nas chapadas do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, reduziu o risco dos investimentos nessas regiões a praticamente zero e viabilizou a apropriação de enormes áreas. (SILVA, 2011, p. 6).

Diniz (2018), por sua vez, vai ao encontro dessas afirmações ao apresentar que o Vale do Jequitinhonha se institui enquanto uma região que possui um Distrito Florestal. Definiram as áreas prioritárias para a implantação de empreendimentos de silvicultura de eucalipto, sejam públicas ou privadas. Condiz, desse modo, com o que até então foi apresentado aqui, nos dizeres:

[...] Subsidiada com incentivos fiscais concedidos pelo governo do estado, a produção obtida nestes empreendimentos visava atender, principalmente, a demanda de carvão vegetal da indústria siderúrgica na região Central de Minas e no Vale do Aço (região leste) e, em menores proporções, fornecer matéria-prima para a nascente indústria de papel e celulose (DINIZ, 2018, 153).

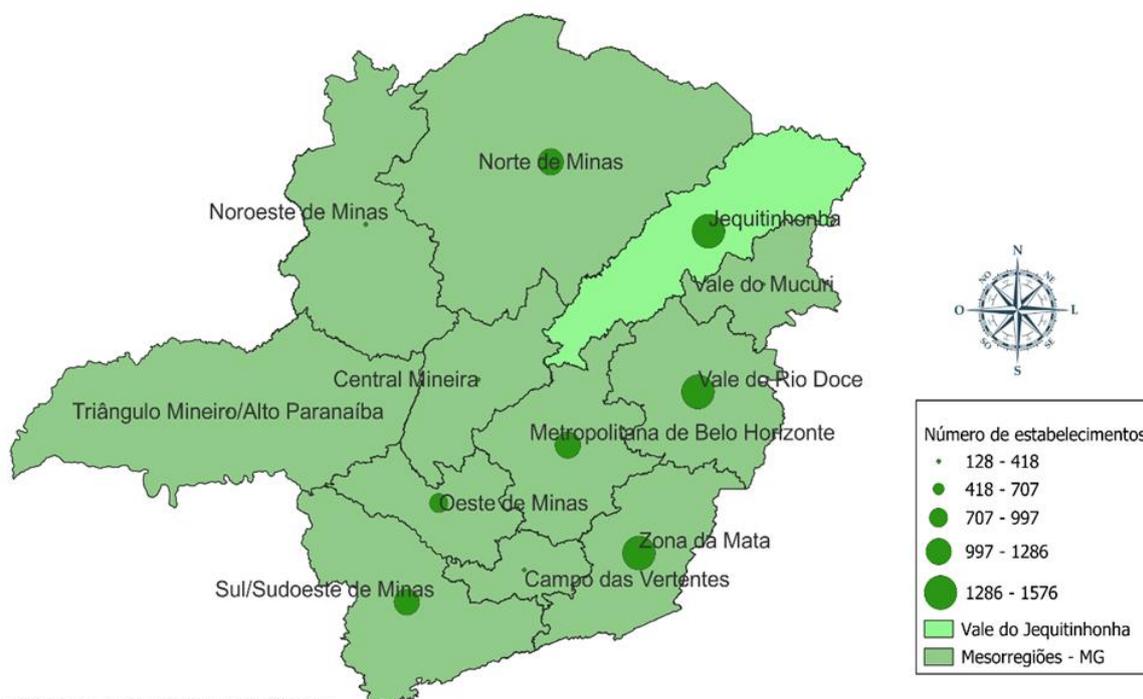
Com esses dados, a análise capaz de compreender este processo à luz das teorias geográficas apontam para a operacionalização do conceito de círculos de cooperação no espaço. Isto é, a relação que se estabelece entre os lugares e agentes ocorre por intermédio das redes técnicas de informação, dotadas de ordens e/ou normas e capitais. Assim, os círculos de cooperação permitem estabelecer essas conexões de ordem imaterial às de ordem material.

²³ Fundo de Investimento Setorial Florestamento e Reflorestamento (Fiset).

A interdependência que se revela entre as etapas da produção atribuídas aos diversos lugares e suas funções específicas estão vinculadas dialeticamente aos comandos, às ações e aos eventos que lhes são externos. Melhor exemplificados aqui, trata-se dos processos de regulação que envolvem as ações do Estado e grandes corporações e, assim, “[...] garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas, especialmente segmentadas, da produção” (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 465).

Então, os dados agropecuários extraídos do SIDRA – IBGE (2017) atestam a expressiva concentração de unidades de estabelecimentos da silvicultura de eucalipto, predominante no Vale do Jequitinhonha, portanto a região portadora de maior número, conforme ilustra o mapa (Figura 12).

Figura 15: Estabelecimentos da silvicultura, por mesorregião em Minas Gerais – 2017.



Elaboração própria. Fonte: SIDRA - IBGE: Censo Agropecuário – 2017.

Outro dado relevante diz respeito ao desmatamento sobre extensas áreas de terra para o plantio do eucalipto, localizados no Vale do Jequitinhonha, os municípios que lideram tal prática. Segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), “no período 2000-2013, os municípios de Araçuaí, com 8.685 hectares desmatados, e Ponto dos Volantes, com 5.398 hectares, destacaram-se entre os que mais desmataram” (2017, p. 32).

Com a implantação de tais empreendimentos, independentes e integrados, bem como a ampliação de outros, voltados à siderurgia (produção de gusa e aço) e celulose em Minas Gerais e estados circundantes, potencializa a expansão das plantações florestais do eucalipto. Como exemplo, Resende e Santos (2010), destacam que, nas regiões da Zona da Mata e Central, houve a implantação de uma usina siderúrgica no formato de consórcio franco-nipônico, a qual possui a capacidade de produção equivalente a 1 milhão de toneladas de tubos de aço sem costura, isto é, peças sólidas.

Um fator que também condicionou a expansão das monoculturas para as regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais, se deve à escassez do carvão vegetal nas proximidades das unidades industriais de origem coqueificável²⁴, como apresentam Resende e Santos (2010), denominado carvão metalúrgico, “[...] produzido na área mineira da ADENE²⁵, nas regiões Norte e Vale do Jequitinhonha/Mucuri, e transportado até a unidade industrial, localizada na microrregião de Itaguara (região central), via ferroviária” (RESENDE; SANTOS, 2010, p. 19), e rodoviária. Entretanto, sua expansão e aumento das capacidades produtivas decorre dos incentivos das indústrias de celulose instaladas em estados vizinhos, como Bahia e Espírito Santo.

Ao tratar desses agentes e seus empreendimentos desde a escala global que perpassa os territórios nacionais e suas respectivas formações socioespaciais até a escala regional em que se instalam, sendo o Vale do Jequitinhonha no que presta a esta análise, nos revelam quanto à realização dos círculos de cooperação no espaço. Ou seja, como já mencionado através das interpretações em Santos (1994), a correspondência entre os circuitos espaciais produtivos e os círculos de cooperação contribui quando se pretende apreender o papel ativo e dinâmico do complexo sidero-

²⁴ O carvão mineral coqueificável ou carvão metalúrgico é uma matéria-prima de qualidade superior para a fabricação do coque, utilizado nos processos de redução do minério de ferro para a produção de ferro-gusa em substituição do carvão vegetal ABRAF (2009 *apud* Resende e Santos, 2010, p. 19).

²⁵ Agência de Desenvolvimento do Nordeste. Substitui a antiga Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

metalúrgico em Minas Gerais, em um dado momento, assim como o seu caráter de multiescalaridade.

Para tanto, o território depende das necessidades do mundo para existir como tal. Uma vez que identificadas as virtualidades de um lugar, entra em jogo a mediação das normas externas ao país, entrelaçadas com as normas internas cristalizadas no Estado. Nos dizeres de Castillo e Frederico (2010, p. 468), as normas são compostas por “(benefícios fiscais, outros incentivos a partir de recursos públicos locais, acordos entre instituições de pesquisa e empresas etc) que garantem elevados níveis de produtividade e fluidez”. Pode-se mencionar, no contexto deste estudo, a formulação de regulações e diretrizes que se afigura útil ao setor produtivo hegemônico, global, quando, nos dizeres:

O Vale do Jequitinhonha é uma das regiões mais pobres de todo o Estado, apesar das possibilidades em recursos naturais que apresenta [...] ao questionarmos, com razão, a associação entre o Vale do Jequitinhonha e a pobreza, precisamos ter clara aqui a indissociabilidade entre espaço e miséria presente nos discursos que inventaram a região (SERVILHA, 2012, p. 36).

Entretanto, as normas criadas e adotadas são desarticuladas da realidade local e contribuem ativamente na configuração territorial. Conforme Albér Santos (2018), existe uma atenção à elite agrária do Vale do Jequitinhonha, visando à integração ao mercado capitalista. Em outras palavras, Lauanda Lopes (2022) e Leite (2015), afirmam que “os recursos advindos das políticas de correção dos desequilíbrios regionais são destinados apenas a uma pequena parcela de classe social, pertencente a essa região ou de fora desse local” Leite (2015 *apud* Lopes, p. 40).

Antas Jr (2013), por sua vez, ao tratar das normas e do território propõe estabelecer uma denominação de regulação híbrida do território. Para este autor, dentro da noção política das empresas discutida por Milton Santos, reside a articulação entre “Estado, corporações e organizações de solidariedade” (ANTAS Jr, 2013, p. 4). Assim, os agentes que propõem a regulação híbrida ao território, via as normas como discutido aqui, estão intimamente ligados às instituições ou órgãos jurídicos, isto é, existe um regateio no qual os agentes e suas ações encontram respaldo para realizarem algum processo produtivo.

No caminho de revelar que o Estado não detém o monopólio das regulações mediante a produção das normas jurídicas, Antas Jr. (2004) nos oferece subsídios para melhor compreender como as normas jurídicas advêm da soma de diversos agentes e suas respectivas ações. O autor atesta que, ao menos no Brasil, é possível

visualizar [...] “a associação da hegemonia soberana com a hegemonia corporativa no exercício da regulação do território” (ANTAS Jr, 2004, p. 85).

As políticas estaduais sob a égide da modernização, anos 1960-70, sobretudo aquelas ligadas ao período de industrialização intensiva e ampliação dos planejamentos econômicos, focaram no Vale do Jequitinhonha como uma área potencialmente agricultável e com necessidade de reflorestamento, sendo necessária a apropriação de extensa área para a monocultura de eucalipto e usinas hidrelétricas em detrimento da desapropriação das populações tradicionais que ali habitavam. Traduz-se, desse modo, no peso da verticalidade e suas ordens que desconsideraram as forças internas ali presentes; revelam também a cooperação entre os aparatos jurídicos com os agentes da verticalidade.

Para o deslocamento compulsório das populações, a justificativa utilizada foi de que estas não possuíam o título oficial que assegura a propriedade das terras. Com isso, o papel do Estado foi emprestar em regime de comodato, grandes extensões de terras para empresas monocultoras aliadas à siderurgia.

Enfim, seja no caso da derrubada de matas nativas ou de plantio de florestas homogêneas para a fabricação de carvão ou de celulose e papel, seja no caso do extermínio dos cerrados pelas monoculturas capitalistas de exportação, seja no represamento de cursos d'água para geração de energia elétrica, seja na utilização de rios para a lavagem de minérios, para a produção de aço ou de celulose, enfim, em todos os casos o avanço da produção capitalista sobre as condições naturais se faz mediante a expropriação das populações, modos de produção e de vida não capitalistas, cujo direito de existência é suprimido, na prática, pelo deslocamento espacial dos empreendimentos orientados, pela lógica da rentabilidade, para a apropriação das condições naturais como “recursos naturais” de produção. Assim, o modo de produção dominante e seus agentes econômicos e políticos logram afirmar como socialmente hegemônico o significado que as condições naturais assumem para eles, ou seja, o de meros “recursos” ou condições da produção de mercadorias e da acumulação de capital (CARNEIRO, 2003)

A ação criadora deste contexto culmina e alcança o que pode ser entendida como existência. “As existências são uma técnica em funcionamento, um objeto operacionalizado, uma ação historicizada e geografizada, uma norma em vigor como resultado de um jogo de forças possível, em um dado momento e lugar” (SANTOS, 2006, p. 80); se concretizando e estabelecendo condições para a produção de mercadorias e acumulação de capital.

5 A SELETIVIDADE ESPACIAL EM CONSTRUÇÃO

5.1 As verticalidades como forças dominantes.

Conforme Santos (1979), a divisão internacional do trabalho é o fundamento da seletividade espacial (ação e/ou possibilidade) para o uso do território (realização, materialidade). É ao atribuir determinados valores a cada forma material que ocorre a realização e a redistribuição de funções, analisando, estrategicamente, a rentabilidade e a viabilidade de uma dada produção. A divisão internacional do trabalho se apresenta como um somatório das ações que condicionam o movimento da totalidade, e seus efeitos refletem na divisão interna do trabalho e nas formações sociais. Segundo Santos (2001):

O trabalho se complica porque o espaço acumula defasagens e superposições de divisões do trabalho - sociais e territoriais. De um ponto de vista genérico, as variáveis do espaço são assíncronas, mas em cada lugar elas funcionam sincronicamente e tendem a ser assim também quanto ao todo. Daí as descontinuidades que permitiriam explicar as diversidades regionais, aquilo que também se costuma chamar de desigualdades ou desequilíbrios regionais (SANTOS, 2001, p. 23).

As formas geográficas são definidas pela produção dominante, com inovações e dotadas de intencionalidades, porém, admitindo variações construídas segundo cada realidade. Essas variações indicam que a seletividade espacial também está atrelada à divisão social do trabalho interno a cada país; resta saber quais escalas são capazes de responder ao processo de forma significativa.

Nas contribuições de Corrêa (1992), ao definir a seletividade espacial, o autor vincula essa noção às práticas espaciais, e estas integram o processo de gestão do território em última instância. Primeiramente, recorramos à definição do que seria a seletividade espacial:

[...] processo de organização de seu espaço de atuação, que envolve várias localizações, a corporação age seletivamente. Decide sobre um determinado lugar segundo este apresente atributos julgados de interesse por ela. A proximidade da matéria-prima, o acesso ao mercado consumidor final ou às fontes de energia são atributos clássicos que não são desprezados pela grande corporação (CORRÊA, 1992, p. 117).

Soma-se a essa definição um processo geral de gestão no que envolve a dimensão espacial. Agentes e instituições, seja empresas privadas no caso das grandes corporações e firmas, seja no caso do próprio Estado ou mesmo de um grupo social, buscarão controlar o espaço. “Esse controle constitui um dos meios através do

qual a corporação garante com máxima eficiência a acumulação de capital e a reprodução de suas condições de produção” (CORRÊA, 1992, p. 115).

Assim, as formas geográficas ou formas espaciais relacionam-se, por sua vez, ao que Corrêa (1992) chama de atributos. Equivalentes, pode-se dizer que quando as grandes corporações detentoras das produções dominantes subjugam um lugar aos seus interesses estratégicos, isto é, o lugar selecionado, esses atributos ou formas geográficas não são mais do que as infraestruturas que viabilizam os processos produtivos, tais como portos, ferrovias, rodovias, proximidade da matéria-prima e fontes de energias, centros de pesquisas e desenvolvimentos etc., portanto, um conjunto de objetos.

Vale destacar, nesse sentido, outra prática espacial que funciona de forma combinada com a acima mencionada, chamada por Corrêa (1992) de *fragmentação/remembramento espacial*, cuja forma de atuação de uma dada corporação no território está relacionada a uma interferência em razão da intensificação do processo produtivo, seja na etapa da produção ou distribuição quando consideradas as acessibilidades, desfavoráveis ou eficientes. Tal interferência pode resultar na fragmentação espacial de um dado setor produtivo, expandindo seus centros de distribuição na condição de precária acessibilidade, portanto ampliando a seletividade espacial. Ou, de outro lado, resultar no remembramento espacial, no qual uma melhoria na acessibilidade reduz a quantidade de centros de distribuição e, conseqüentemente, uma seletividade espacial negativa (Corrêa, 1992).

Sinteticamente, as práticas espaciais descritas conformam o instrumento para o uso corporativo do território, uma vez que estão sob o domínio das grandes corporações em seus aspectos multifuncionais (múltiplas *funções*, tarefas, atividades) e multilocalizados (unidades territoriais ampliadas ou diversas partes do território). Posteriormente, propõe-se a seguinte definição: “um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais” (CORRÊA, 2000, p. 35).

As seletividades espaciais para as unidades produtivas implantadas no Vale do Jequitinhonha atendem à etapa da produção/extração da matéria-prima enquanto atributos viáveis com as unidades florestais da monocultura do eucalipto, portanto um subespaço ou região visto como inferior na escala hierárquica do grande complexo sidero-metalúrgico no estado de Minas Gerais. Para isto, as características da

acessibilidade para distribuição da matéria-prima na região supracitada compreendem o aspecto da precariedade conforme foi destacado no início deste estudo.

Sodré (2021) e Moreira (2008) também apresentam instrumentos analíticos capazes de entender as práticas espaciais, nas quais a seletividade espacial pode ser entendida como um fator constituinte e fase de um dado processo, ao menos aqui apresentados sucintamente, a saber:

Esse processo pressupõe três fases, com suas respectivas práticas espaciais: montagem (seletividade), desenvolvimento (tecnificação, diversidade, unidade, tensão, hegemonia, recortamento, negatividade, escala e reprodutividade) e desdobramento (mobilidade, compressão, urbanização, fluidificação, hibridismo e sócio-densificação) (SODRÉ, 2021, p. 6).

Há neste processo a criação de subespaços ou lugares específicos. A forma territorial e o conteúdo são jogados no jogo da seletividade. Os usos corporativos do território geram fragmentos e revelam desigualdades socioespaciais, visto que o estímulo e difusão do capital sobre os subespaços se guiam por onde é mais ou menos rentável. Nos lugares mais rentáveis, há um maior aparato técnico que garante o funcionamento do sistema produtivo e a reprodução do capital. Já nos lugares menos rentáveis resta a rarefação técnica e, conseqüentemente, a desvalorização.

Com esta interpretação das obras do Milton Santos, considera-se que existem lugares onde a capacidade de usar o território pode ocorrer em plenitude, isto é, o uso completo oferecido pelas técnicas, e lugares onde as técnicas são rarefeitas e o uso é mais limitado. Onde inserir cada situação? Do completo até o *não* uso há uma régua que vai de um ao outro extremo.

De um lado, estão aqueles que dispõem de toda a densidade técnica e normativa para o uso corporativo do território em consonância com as forças verticais, quer dizer, com a materialização dos interesses das grandes firmas e corporações. De outro, há os pobres e excluídos, que não dispõem de recursos e tampouco da densidade técnica e normativa em seu benefício; seriam os chamados homens pobres e lentos do planeta.

Um exemplo disso é a não participação completa dos lugares rarefeitos em confluência com os mercados globais. Pois estão sob o controle dos grandes agentes e, assim, seus interesses não possuem respaldo significativo e resultam na fragmentação, na qual prevalece a subjugação desses lugares à mais-valia mundializada e à técnica dominante.

Para se compreender a seletividade espacial, é indispensável fazer um estudo de quais são os usos do território e suas condições técnicas e políticas. Compreendido como um ponto geográfico, cada lugar é influenciado por *modos de produção e seus momentos* ou são considerados *áreas temporais de significação*, conforme as acepções do Milton Santos (1985).

O processo da seletividade do uso do território está relacionado ao uso dos recursos técnicos como “criadora de escassez, que são interpretações locais da distância, dos custos e dos preços, das normas gerais, da acessibilidade, mediante os quais sempre se estão redefinindo as especializações e a totalização” (SANTOS, 2006, p. 151).

Nesse viés, o uso do território em um ponto geográfico implica a relação entre condições técnicas e políticas, sendo que a segunda, como um conjunto de normas, é quem dita e rege o uso da primeira e, constitui o meio geográfico como um condicionante de determinações externas, visto que os modos de produção existem em escala mundial. Todavia, todos os lugares não dispõem de condições técnicas idênticas, isto é, a evolução e dispersão dessas condições não incide de forma semelhante sobre os lugares, criando, portanto, uma combinação técnica distinta com estrutura própria e específica.

O que é chamado por Santos (1994) de *Lei do Lugar*, devido aos aspectos materiais e não-materiais do arranjo territorial é que, adicionalmente:

[...] o modo como o território se organiza, dividido entre passado e presente, relaciona-se, por sua vez, com as possibilidades atuais de organização, pois alguns lugares tomam-se mais aptos que outros, permitindo com que determinadas atividades se instalem (1994, p. 3).

Isto posto, território também é norma. Além disso, segundo Santos (1985):

[...] cada lugar é uma combinação de diferentes modos de produção particularmente ou modos de produção concretos [...] é uma combinação de técnicas qualitativamente diferentes, individualmente dotadas de um tempo específico — daí as diferenças entre lugares (p. 10).

Pode-se assim cada lugar funcionar sob diferentes escalas hierarquicamente organizadas, bem como sob uma organização puramente local, intermediada por ações pois, “a organização existe, exatamente, para prolongar a vigência de uma dada função, de maneira a lhe atribuir uma continuidade e regularidade que sejam favoráveis aos detentores do controle da organização.” (SANTOS, 1985, p. 10).

Sendo assim, as empresas que dispõem de grande capital, utilizam da seletividade espacial, isto é, escolhem os pontos do espaço como instrumentais à

demanda da produtividade. Com isso, possibilita que uma porção de espaço tenha uma densidade técnica, científica e informacional, se tornando mais apta a atrair atividades econômicas e cada vez mais capitais. Essa competitividade pode favorecer os locais com essas vantagens em relação a outros que não possuem o mesmo capital e recursos, o que pode criar desigualdades na distribuição de oportunidades e investimentos.

Ao pensarmos o uso do território e sua materialidade como indissociável das ações humanas, podemos aprofundar a análise, pois, esta categoria abrange os objetos e as ações —produtos históricos da sociedade —, e alcança, assim, a totalidade geográfica, ou melhor, a totalidade do mundo. No entanto, é na técnica que se encontra o instrumento analítico rumo ao necessário entendimento do território usado, pois o uso do território não escapa a intermediação da técnica, sobretudo quando se discute as condições técnicas em um dado lugar.

Decorrente disso, a interação de instâncias sociais, econômicas, institucionais, culturais e espaciais traduz-se como mantenedora de elos produtivos, proporcionando modos de uso e produção do território diversos. Assim, a localização “é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. [...] é um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar”, Santos (1985, p. 2).

Sabe-se que “[...] em Minas Gerais, os maiores agentes reflorestadores, nos últimos cinco anos (2004-2008), foram, pela ordem de importância, as indústrias siderúrgicas independentes (guseiras);²⁶ as integradas; as produtoras de celulose”, (RESENDE; SANTOS, 2010 p. 17), assim como são, também os que mais consomem os produtos em fase de matéria-prima florestal no respectivo estado.

Contudo, os demais níveis de espaço, nacional e global, não substituem os processos regionais do local, portanto, destaca-se a sua irredutibilidade. Assim, pode-se afirmar que os locais são dotados de particularidades, porém, passíveis de ações e orientações dos outros dois níveis de espaço, o que será aqui tratado como escalas. Quando isso ocorre, deve-se ao processo de formação de um espaço nacional — em curso —, todavia, produto da imposição e hegemonia de algum outro local. Pode-se compreender da seguinte maneira:

Este processo de constituição de Nação se opõe, de um lado, ao local, mas ele também, de outro, se opõe ao global porque este tende sempre a destruir

²⁶ Produtoras de ferro-gusa e ferroligas. As guseiras utilizam apenas o carvão vegetal na produção de ferro-gusa.

as bases desta construção nacional, a fragmentar, não no sentido local, mas no sentido global da negação inclusive dos espaços locais (DOS SANTOS, 1998, p. 75).

Os espaços locais e seus processos regionais particulares quando distantes dos grandes centros, adquirem valorações negativas, sobretudo quando há um projeto de conquistar a unidade e integração nacional. Trata-se de uma distância especialmente atrelada às etapas da modernização, ao dinamismo urbano-industrial e, como consequência, passam a representar o atraso a ser superado.

Acepções depreendidas do pensamento do Milton Santos (1987), expressas na obra *O Espaço do Cidadão*, apontam para a relação entre a pobreza e/ou empobrecimento como fenômeno intrínseco ao poder público, visto que ele contribui para “[...] a supervalorização de certas áreas, para melhor êxito da especulação, para a maior anarquia das localizações dos fluxos, para o empobrecimento cumulativo das populações” (SANTOS, 1987, p. 143).

Santos (2006) acrescenta que se pode chamar de psicofera quando dotado de ações, ideias e crenças ao estimular e fornecer as bases ideológicas e imaginárias para se instalar a tecnosfera. Esta última pode ser entendida como a representação dos objetos naturais ou artificiais oriundos da ciência e da tecnologia a serviço dos mandamentos da produção que se concretizam no território.

Sendo assim, a indissociabilidade entre psicofera e tecnosfera apreendida define as características de cada lugar ou cada subespaço. A existência corpórea descrita como as formas que se propagam está, deste modo, paralelamente relacionada à esfera da ação. A existência relacional resultante demonstra a realidade socioespacial marcada pela precária inclusão social das famílias rurais nas bases materiais do território em questão.

Como resultado, pode-se falar de uma seletividade necessária ao fortalecimento dos setores produtivos hegemônicos (grandes corporações) e ao acolhimento de suas especializações.

Quando as formas de apropriação não são violentas ou ilícitas, podemos dizer que os aparelhos como “a política, o sistema jurídico e o poderio econômico são conduzidos por essa psicofera subserviente à agricultura científica globalizada, baseada nos monocultivos voltados para a exportação” (MENEZES, 2021, p. 376); sendo, principalmente, para o beneficiamento dos grandes circuitos espaciais de produção atuais.

A seletividade espacial ocorre legitimada sobre o discurso de superação do “velho”. Se aplica quando surge o “novo” no aparato técnico e científico dos modos de produção. Pode-se inferir que há uma interação entre ambos no contexto do Vale do Jequitinhonha. De um lado, o velho, que está parcialmente penetrado pelas formas sociais e pela técnica, é transformado quando comandado pelo novo, então chamado de “puro”, caracterizando o processo racionalizador. Isto pode revelar um atrito de forças que busca conduzir a seletividade espacial para a conformação do território.

Observa-se, assim, a desigual reprodução dos grupos sociais. De um lado, os grupos tradicionais, em sua maioria expropriados, carecem de recursos técnicos no meio rural onde habitam para a prática agrícola – produção de alimentos – para subsistência e comercialização local, bem como os grupos das áreas urbanas da região que vivem sob escassez dos alimentos antes produzidos no meio rural. De outro lado, notou-se o aumento do domínio das oligarquias fundiárias na concentração de terras e sua consequente adesão às práticas monocultoras, exercendo poder político e econômico sobre a região.

Sendo assim, pensemos o Vale do Jequitinhonha como uma variável do espaço, sujeita a combinações e evoluções técnicas qualitativamente diferentes e estruturas específicas que influenciam os usos do território nesta região. Para tentar explicá-la, Servilha (2012) atesta em seus estudos sobre a sua formação e/ou invenção nos dizeres:

Trata-se de uma região “inventada” a partir da “descoberta” de sua pobreza e, concomitantemente, do discurso de sua superação, produzido e articulado, em especial, pelo Estado. Discursava-se sobre o fim da pobreza regional, mas não sobre o modelo socioespacial produtor de tais condições (SERVILHA, 2012, p. 39).

Diniz (2018), faz a sua descrição acerca das formas que se propagam no Vale do Jequitinhonha:

Em termos paisagísticos, ademais, assistiu-se a uma profunda transformação nos terrenos das chapadas, nos quais a diversidade de cores de sua riqueza florística deu lugar a uma paisagem na qual predomina o tom monocromático dos “desertos verdes” de eucaliptos (DINIZ, 2018, p. 155).

Além do mais, não basta apontar aqui somente a existência corpórea das paisagens atuais, produto do trabalho vivo. No interior da divisão social do trabalho está a divisão territorial do trabalho. Como afirma Santos (2006, p. 91) “o trabalho morto, na forma de meio ambiente construído (*built environment*) tem um papel fundamental na repartição do trabalho vivo”.

Construída no final do século XIX e cristalizada em forma, a ferrovia foi marcada por conflitos políticos e sociais, como a exploração dos trabalhadores negros e a expropriação de terras de comunidades tradicionais. Realizava a integração da região do Vale do Jequitinhonha às áreas produtoras de café e minério de ferro em Minas Gerais. Ao longo dos anos, tornou-se um meio de transporte desses produtos e passageiros, interligando diversas cidades da região ao sul da Bahia, no porto de Caravelas em Ponta de Areia.

Assim, a ferrovia Bahia-Minas evidencia a rugosidade que marca a história do Brasil, visto que hoje ela tem um papel dos eventos atuais e receberá novas funções, aproveitando a sua própria estrutura enquanto formas herdadas.

A princípio, a intencionalidade da nova dinâmica para as formas herdadas será criar possibilidades de instalação de novos empreendimentos, garantindo e otimizando o transporte de eucalipto e minérios de lítio, ao exemplo da planta da empresa Sigma Lithium²⁷ instalada em Araçuaí-MG, microrregião do Vale do Jequitinhonha, até o sul baiano. A prerrogativa recorrente é que os novos empreendimentos trarão desenvolvimento à região estagnada

Como um subespaço resultante das imbricações contraditórias entre a globalização e a fragmentação (discutido adiante), o destino do Vale do Jequitinhonha se subordina ao grande capital. Isto quer dizer que a ordem imposta pela verticalidade, fruto de interesses corporativos, lhe proporcionou formas e conteúdos externos à sua localidade que, por sua vez, obrigam os demais agentes a seguirem suas normas. Assim, percebe-se que as expressões verticais dispuseram de melhores condições de determinações dado à sua constituição do que há de mais sofisticado.

Nesse sentido, as forças centrífugas (sugadoras) passam a vigorar e constituem o processo da produção dominante em que operam os agentes hegemônicos. Para tal, pode-se ressaltar o privilégio quanto ao acesso à informação, o controle e o poder sobre ela, sobretudo no que diz respeito à capacidade de investir

²⁷ Companhia Sigma Lithium é uma mineradora que produz comercialmente o lítio extraído na região do Vale do Jequitinhonha, destinado à produção de baterias entre outros produtos. Em abril de 2023, a **Sigma Lithium** começa a produzir comercialmente em Minas Gerais lítio de alto grau de pureza, insumo crucial para a produção das baterias. Atualmente, apenas outras quatro empresas no mundo produzem esse mineral. Fonte: disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/negocios/conheca-a-sigma-lithium-mineradora-que-coloca-o-brasil-no-mapa-das-baterias-para-carros-eletricos/> Acessado em 03/23.

em pesquisas, inovações e avanços que sirvam ao mercado mundial fortalecidos pela verticalidade.

Embora a união por meio da verticalidade se apresente para o benefício dos agentes hegemônicos, temos as horizontalidades nas bases da sociedade civil ou da população que habita o espaço regidos pela interação, e expressam a contiguidade dos lugares que formam o território. Elas se encontram subordinadas mediante todas as formas e processos sociais hierarquicamente organizados com o domínio das forças centrífugas que traz consigo o dado político e ideológico, corroborando, assim, o controle da produção baseado na configuração técnica do território na sua dimensão funcional, hoje, transnacionalizada. Conforme Santos (1998):

Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los (SANTOS, 1998, p. 18).

Advém do mundo, das organizações internacionais por meio das ideologias espaciais distantes da realidade local objetivando encontrar lugares favoráveis ao exercício da fluidez.

Quando se fala em Mundo, está se falando, sobretudo, em Mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive a natureza; mercado das ideias, inclusive a ciência e a informação; mercado político (SANTOS, 1998, p. 18).

Em outros termos, Santos (2001, p. 306) atesta que “tudo isso contribui para que se afirmem racionalidades alienígenas e alienadas, cuja difusão é facilitada por uma superposição, em cada lugar, de âmbitos e contextos de expressão diferente”. Trata-se do meio técnico-científico-informacional a serviço dos setores privados, do lucro a partir da drenagem ou centrifugação dos recursos sociais. Antas Jr. (2004) afirma que:

De todo modo, tem se intensificado, nesse processo, uma forma de solidariedade fortemente vinculada às tecnologias mais avançadas capazes de integrar porções territoriais não-contíguas: a solidariedade organizacional. Fundada na informação fria, vinda de longe por um centro de comando insensível às necessidades locais, a solidariedade organizacional promove, frequentemente, um desequilíbrio das tradicionais formas de solidariedade orgânica e implementa ou, antes, prepara a implementação de novas ordens. Não se trata de uma ordem global, mas de várias e distintas, pertencentes sobretudo às grandes corporações transnacionais (ANTAS Jr, p. 84).

Paralelo a isso, visto que a miséria e escassez fazem parte do cotidiano deste espaço, a lida das populações culmina no reforço de laços solidários e vicinais que

gravitam em torno da região, o que se pode denominar como lugar da afetividade e da criatividade. Em outras palavras, Diniz (2018, p. 417) afirma que:

Ao contrário do monólogo, que se constitui um instrumento de difusão e imposição do conhecimento científico hegemônico, o diálogo se reproduz a partir da interação, articulação e hibridização entre saberes, no encontro de identidades distintas, no reconhecimento e legitimação da diversidade cultural, de experiências cognitivas e afetivas, mobilizando os sujeitos sociais para a elaboração de estratégias alternativas de reapropriação da natureza em um contexto de relações conflitivas de poder [...].

Assim, a criatividade no Vale do Jequitinhonha representa uma forma de resistência, no sentido antagônico, como já mencionou Diniz (2018). No entanto, pode-se inferir que tal forma também é fruto do domínio hierárquico imposto forçosamente às populações locais, e se entrelaça com todos os vetores da verticalidade, buscando a superação das condições adversas, que se manifesta em uma série de iniciativas. O mote representativo das populações está em valorizar a história e a identidade local.

Maia e Lopes (2003) realizaram um estudo na região do Vale do Jequitinhonha com o objetivo de analisar as formas tradicionais de solidariedade camponesas, enfatizadas em atividades cotidianas em cada arranjo comunitário e familiar. O período da análise precede o final dos anos 1970, logo, no turbilhão de todas as transformações que ocorreram e foram mencionadas neste capítulo. Muitas populações ainda reproduziam suas vidas em suas terras e não havia passado por processos de expropriação em diversos sentidos, tanto da terra como dos comportamentos e modos de vida.

As comunidades e seus comportamentos solidários no Vale do Jequitinhonha desde seu povoamento, vinham desenvolvendo estratégias de reprodução social baseadas em princípios de cooperação como aspectos imanentes. Davam sentido aos segmentos econômicos e compunham as práticas e representações próprias organizadas coletivamente, com outras atividades produtivas alhures e com outras formas de intercâmbios. Tais atividades consolidaram as chamadas redes de solidariedade como elementos constitutivos para suas formas de organização e cooperação, bem como mantenedores dessas populações na sua terra.

Outros elementos observados por Diniz (2018) endossam a discussão acerca das redes de solidariedade, ao perceber o fortalecimento de uma “*prática espacial insurgente*” desenvolvida, segundo ele,

A partir de processos que subsidiem a instituição e/ou fortalecimento destas contra-racionalidades, viabilizar-se-ão a recriação e a renovação dos

espaços de contiguidade, lócus da existência e resistência comum, da cooperação e integração solidária, isto é, de *horizontalidades* [...] (DINIZ, 2018, p. 115).

No entanto, orientadas com novos modelos e propostas de extensão rural, com destaque para o papel da PNATER²⁸.

Santos (1996) fez um breve apontamento ao se analisar os aspectos da contra-racionalidade e da chamada irracionalidade, nos seguintes dizeres:

Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista económico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais "opacas", tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente (p. 210).

Diniz (2018) também destacou que a partir dos anos 1980 houve uma articulação, que pode ser entendida aqui como solidária, no seio de movimentos sociais na região. Segundo o autor, com o objetivo de lançar “[...] estratégias contra-hegemônicas de desenvolvimento com a finalidade de promover a sua autonomia e emancipação social” (DINIZ, 2018, p. 155).

Em consonância com o exposto, Cardoso (2015) aferiu que a partir de 1975, a criação dos sindicatos rurais também surgiu como importante causa defendida pelas comunidades da região, sendo gradualmente conquistada em quase todas as cidades do Vale do Jequitinhonha. Em 1980, já havia um expressivo número de sindicatos de trabalhadores rurais na região.

Um lema que os impulsionou foi *Terra para aqueles que nela trabalham e uma reforma agrária radical*, pautando e denunciando as condições precárias dos trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha, com o agravo do cultivo de eucalipto e café, da exploração indiscriminada dos grandes fazendeiros, que transformavam a vegetação nativa em pastagens, e exploravam os recursos minerários.

Neste contexto, Diniz (2018), expressa da seguinte maneira:

A partir de então, inicia-se uma nova fase no contexto histórico de formação sócio-espacial dos Vales do Jequitinhonha, na qual os grupos sociais que foram por longa data marginalizados e subalternizados assumem o papel de protagonistas no engendramento de projetos contra-hegemônicos de desenvolvimento e de (re)leitura, (re)significação e (re)valorização das imagens associadas à sua terra. (p. 156).

²⁸ Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Com isso, pode-se entender que a busca de superação da pobreza pelas forças horizontais opostas ou complementares às forças verticais aponta para a representação deste engendramento de projetos, como a retomada das bases comunitárias e seus movimentos no final do século XX. O que se vislumbra, como mencionou Diniz (2018), “uma ruptura com o passado autoritário da região e pela construção de um novo modelo de desenvolvimento para as famílias marginalizadas e expropriadas pelos projetos de integração regional levados a cabo em décadas anteriores” (2018, p. 156).

De modo complementar, pode-se dizer que a seletividade espacial almejada pela verticalidade é capaz, também, de dialogar com as forças horizontais para fazer valer novas formas de interação entre as diferentes escalas de poder sobre o território, corroborando, assim, em favor da construção de um período popular da história, no qual as populações excluídas/marginalizadas possam assegurar conquistas essenciais para sua reprodução.

5.2 O que podem as horizontalidades.

É necessário considerar que o processo da seletividade espacial não ocorre isoladamente em escala local, mas está inserido em uma complexa rede de interações em diferentes escalas. Isto posto, objetiva-se, portanto, analisar a seletividade espacial para o uso do território diante das forças verticais em interação com as forças horizontais que reverberam a realidade socioespacial no Vale do Jequitinhonha, destacando o movimento dialético que dá significado ao enfrentamento entre as racionalidades manifestas no território.

Vale pensar, no que concerne às horizontalidades, a existência de uma rede requerida pela contiguidade, um fundamento da solidariedade, na qual o acontecer homólogo se apresenta enquanto uma relação espacial, extensa e contínua por meio da correspondência e da semelhança, portanto um elo mantenedor. Conforme Santos (2006), ao interpretar Laurent Gille, isso significa que a solidariedade é baseada na proximidade física e na interdependência das atividades econômicas e sociais que ocorrem em um determinado lugar.

Difere, assim, do acontecer complementar. Este também possui uma extensão contínua, mas aqui a solidariedade é baseada na complementaridade de atividades econômicas e sociais entre diferentes lugares (Santos, 2006). Essa solidariedade é

baseada na interdependência das atividades econômicas e sociais em lugares diferentes, que se complementam e se beneficiam mutuamente. Com isso, as relações espaciais das instituições e agentes de mobilização (CPCD e CAV), tanto oriundas do Vale do Jequitinhonha quanto externas que constituem as redes coletivas e atuantes com as comunidades estão compreendidas nos acontecimentos homólogo e complementar. No entanto, relaciona-se, dialeticamente, com um outro tipo de acontecer, o hierárquico.

No acontecer hierárquico, é onde as relações são pontuais e não dependem da contiguidade. Nesse caso, a solidariedade é baseada na organização hierárquica dos lugares, em que um lugar exerce controle sobre outro lugar, que pode estar distante geograficamente (Santos, 2006). Esta noção serve para distinguir e destacar que as relações espaciais têm uma importância crucial na formação da solidariedade entre as pessoas e lugares.

A respeito das relações horizontais, Diniz (2018) avalia que elas potencializam a mobilização das comunidades rurais. Isto se revela não só nos aspectos da correspondência e semelhança entre as comunidades, mas também na interação com as entidades que exercem um papel de mediação. Desta forma:

[...] Quanto mais intensa foi a atuação das CEBs, mais expressivos foram os resultados obtidos em termos de organização comunitária no meio rural; quanto maior a inserção das ONGs de mediação política e mais fortes eram os sindicatos dos trabalhadores rurais, mais vigorosos foram os ganhos socioeconômicos e sociopolíticos gerados aos agricultores familiares e aos grupos étnicos tradicionais (DINIZ, 2018, p. 157).

Tais características culminam naquilo que também pode ser entendido como espaço banal. Descrito por Santos (2000, p. 56):

Esse espaço banal, essa extensão continuada, em que os atores são considerados na sua contiguidade, são espaços que sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas, interdependentes, dentro de uma área cujas características constituem, também, um fator de produção.

Assim, nos dizeres de Santos (2000, p. 53), “[...] pode-se dizer que a partir do espaço geográfico cria-se uma solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum.” Portanto, tais atributos compreendem fundamentalmente a noção da horizontalidade.

Nesse território comum ou espaço de todos, quando o poder público não intervém em favor dos mais pobres em suas realizações materiais de reprodução, há a ampliação das influências verticais, todavia há também o aprofundamento da solidariedade interna da horizontalidade. Desse modo, explicita-se a

indissociabilidade entre ambas as forças, mas Santos (2000, p. 54) vai além ao notar “[...] que tal situação assegura a permanência de forças centrípetas. Estas, ainda que não sejam determinantes (já que as horizontalidades recebem influxos das verticalidades) são dominantes.”

Então, relacionar a horizontalidade à noção de seletividade espacial, aqui, torna-se necessário, visto que a partir dessas interpretações do pensamento do Milton Santos, há uma força capaz de conduzir a seletividade espacial no território.

Em termos práticos, vale dar destaque aos estudos de Diniz (2018) quando descreveu a atuação de órgãos como a EMATER-MG. Segundo ele, o papel do órgão concentrou-se em atender aos programas de fomento à produção familiar das comunidades, sobretudo entre os anos 1980-1990. Houve o suporte com os equipamentos, o aparato com os objetos e as técnicas necessárias a parte do processo produtivo. Pode-se dizer que se trata de iniciativas contribuintes para a redução das condições adversas locais.

Ainda neste período, pode-se mencionar o surgimento de instituições não governamentais com expressiva atuação no Vale do Jequitinhonha. O Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD), fundado em 1984, pelo educador e antropólogo Tião Rocha, em Belo Horizonte/MG. Assim, o CPCD se torna um importante agente de mobilização e construção coletiva de redes de solidariedade, dado seu caráter social, ao promover a participação ativa e protagonismo dos moradores do Sítio Maravilha, fortalecendo suas capacidades e potencialidade (ver Figura 13).

Figura 16: Sítio Maravilha.

Fonte: acervo CPCD s/d.

A comunidade do Sítio Maravilha, localizada no município de Araçuaí-MG (Vale do Jequitinhonha), aglutina as ações com o CPCD e desempenha um papel fundamental na constituição da horizontalidade entre estas comunidades e as demais da região. Por meio de seus projetos e programas, o CPCD atua em parceria com os moradores locais, envolvendo-os em todas as etapas do processo de planejamento, execução e avaliação das ações desenvolvidas. Essa abordagem horizontal se manifesta na prática do CPCD por meio de diversas iniciativas, tais como a promoção da educação popular, o estímulo ao desenvolvimento comunitário e a valorização da cultura local para a construção de identidades e projetos coletivos.

Outro importante centro, originário da região do Vale do Jequitinhonha, com enorme destaque e que passa a exercer um papel fundamental e surge no mesmo período é o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV). Os agentes sociais que atuam há décadas no Vale, como o CAV, têm como intencionalidade em suas ações a promoção da horizontalidade. Por meio de suas práticas sociais, esses agentes fortalecem as redes de agricultores familiares da região (ver Figura 14),

permitindo que eles influenciem nas políticas públicas, melhorem as condições de vida e estabeleçam relações com bases mais recíprocas.

Figura 17: Implantação de estufa no semiárido.



Fonte: Acervo Vicente Nica (CAV). 2013

Para implementar essas práticas, os agricultores podem contar com a assessoria de ONGs como o CAV, que possuem a expertise necessária para orientá-los em questões técnicas e jurídicas.

Para se pensar os sistemas técnicos das horizontalidades do Vale do Jequitinhonha, pode-se valer das contribuições de Gilbert Simondon (2020)²⁹, influência no pensamento do Milton Santos, e também discutido por Silva (2022), que oferecem perspectivas importantes sobre a relação entre tecnologia, espaço e sociedade. Com essa noção, objetos técnicos não são meramente ferramentas ou dispositivos neutros, mas têm uma existência própria e uma influência significativa

²⁹ Gilbert Simondon, em sua obra "Du mode d'existence des objets techniques" ("Do Modo de Existência dos Objetos Técnicos"). Referência: SIMONDON, G. Do modo de existência dos objetos técnicos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

sobre a sociedade e a experiência humana. No entanto, desde que os usuários desses objetos estejam plenamente conscientes do seu verdadeiro sentido, das implicações que eles têm em suas vidas e nas relações sociais (Silva, 2022).

No tratamento dos objetos técnicos³⁰, estes não devem ser vistos isoladamente, mas como partes de um sistema maior, em constante evolução e interação com o contexto em que estão inseridos. Com isso, o Vale do Jequitinhonha é aplicado a essa abordagem ao pensar nos sistemas técnicos que são utilizados pelas comunidades locais. Trata-se de analisá-los a partir da sua interconexão com as práticas cotidianas, as necessidades locais e a cultura da região. Isso significa levar em conta não apenas a eficiência técnica dos sistemas, mas também a sua capacidade de promover o bem-estar e o desenvolvimento no Vale.

Para tanto, é fundamental considerar as particularidades do território e as relações sociais que ali se estabelecem. Os sistemas técnicos, nesse sentido, apresentam-se levando em conta as necessidades e aspirações das comunidades locais, nas quais se pode identificar a participação e o engajamento coletivo.

É certo que esse cenário evidencia a construção de uma solidariedade nas comunidades agricultoras, enquanto base da reciprocidade e da ação coletiva. Por meio dela, o território é compartilhado e afirmam-se formas de viver e de produzir alicerçadas nos conhecimentos tradicionais, na experiência coletiva e na vizinhança. Entretanto, as condições materiais e políticas que as sustentam como oposição às forças verticais exigem, também, práticas e meios de uma racionalidade de natureza organizacional, levando as comunidades mais além dos laços de solidariedade orgânica.

Tal processo suscita, com isso, indagações a respeito desta imbricação de lógicas. As práticas horizontais, destinadas à valorização das particularidades e controle local de participação popular como alternativa ou enfrentamento às forças verticais, não seriam expressão apenas de uma solidariedade orgânica, sendo

³⁰ “Os objetos técnicos, maquínicos, juntam à razão natural sua própria razão, uma lógica instrumental que desafia as lógicas naturais, criando, nos lugares atingidos, mistos ou híbridos conflitivos. Os objetos técnicos e o espaço maquinizado são locus de ações "superiores", graças à sua superposição triunfante às forças naturais. Tais ações são, também, consideradas superiores pela crença de que ao homem atribuem novos poderes - o maior dos quais é a prerrogativa de enfrentar a Natureza, natural ou já socializada, vinda do período anterior, com instrumentos que já não são prolongamento do seu corpo, mas que representam prolongamentos do território, verdadeiras próteses. Utilizando novos materiais e transgredindo a distância, o homem começa a fabricar um tempo novo, no trabalho, no intercâmbio, no lar. Os tempos sociais tendem a se superpor e contrapor aos tempos naturais” (SANTOS, 2006, p. 158).

também impulsionadas por uma solidariedade organizacional no que pesa a força rival, isto é, antagônica.

Nesse processo, é possível supor que o “engrossamento” das forças horizontais conta com a aliança/associação com entidades governamentais e não governamentais em escala regional, nacional e/ou internacional. Daí vale pensar qual o poder aglutinador da horizontalidade em acolher as ações externas em conjunto com as solidariedades preexistentes e próprias do lugar, por meio das redes e seus modos de conexão.

5.3 A seletividade como síntese dialética no Vale do Jequitinhonha.

Vale considerar que verticalidade e horizontalidade, enquanto par dialético, não são aspectos dissociados e excludentes, mas sim, complementares no processo racionalizador de um território. Significa, pois, que as duas lógicas se interpenetram. A estratégia das redes de solidariedade seria encontrar uma seletividade espacial que desvie do domínio absoluto das forças verticais e contemple os interesses das horizontalidades, ou seja, a obtenção de vitórias da comunidade na disputa das diferentes escalas de poder que atuam sobre o território para, assim, sinalizar na direção do que Milton Santos chamava de um período popular da história.

Deste modo, interessa aqui compreender o papel tanto técnico das redes quanto social a serviço dos diversos interesses, bem como as ações que as dão movimento e dinamismo. As redes contêm o caráter centrípeto e centrífugo, visto que seu papel influencia na concentração e dispersão.

Dessa forma, o próximo item pretende desenvolver a praticidade do fazer a partir do sentido dado aos sistemas técnicos das horizontalidades no Vale do Jequitinhonha conectadas à emoção coletiva. Será aprofundado o entendimento sobre os sistemas de ações e os sistemas de objetos aglutinados e potencializados pelas instituições CPCD e CAV - Turmalina, atuantes na região deste estudo para se identificar as abordagens mais sensíveis e participativas na concepção e implementação dos sistemas técnicos na região.

A experiência em campo, isto é, o contato com a realidade a fim de lançar luz às teorias apropriadas neste estudo corrobora os pressupostos destacados por Haesbaert (2004, 2007). Trata-se do debate realizado em torno das concepções de território e multiterritorialidade, no qual é possível considerar “um movimento

complexo de territorialização, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios – configurando uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento (Haesbaert, 2007, p. 20).

No contexto do Vale do Jequitinhonha, caracterizado por desigualdades socioespaciais profundas e desafios como a precariedade e a escassez enfrentados pela comunidade local, emerge a influência das dinâmicas horizontais. Essas forças buscam promover uma diversificação territorial, conhecida como multiterritorialidade, termo explorado por Haesbaert (2007). Este fenômeno é interpretado neste estudo como a *construção de uma seletividade espacial* a partir dos laços horizontais. Isto é, a busca de uma apropriação do território concomitante ao processo de identificação para a reprodução social dos atores, sejam os locais já instalados, mas cerceados pelas forças dominantes circundantes, sejam os aliados que retornam como força coletiva para um processo de reapropriação e identificação cultural.

Haesbaert (2007) chama a atenção para a seguinte distinção:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2007, p. 21).

Tais noções aí explicitadas nos fazem compreender que o território como um dado diverso e complexo, oferecendo instrumentos metodológicos para sua apreensão a partir das relações que nele se estabelecem. Na era atual, dominada pelo meio técnico-científico e informacional, o território adquire um caráter marcadamente funcional, com a lógica capitalista e seus atores se apropriando dele político e economicamente, transformando seus recursos em mercadorias (Haesbaert, 2007).

Por outro lado, o território também é visto sob um prisma imaterial, caracterizado por relações sociais com um profundo caráter simbólico e cultural, onde os processos sociais contribuem para moldá-lo como um refúgio. Isso coincide com sua formalização, ou seja, o reconhecimento jurídico-político, indicando que tais relações sociais transcendem as de grupos tradicionais arcaicos ou vernaculares.

No jogo contemporâneo dos processos de destruição e reconstrução territorial fica muito claro o ir e vir entre territórios mais impregnados de um sentido funcional, de controle físico de processos, e aqueles onde a dimensão simbólica -a territorialidade, para alguns - adquire um papel fundamental (HAESBAERT, 2007, p. 25).

Seja a destruição/fragmentação territorial, a configuração da multiterritorialidade se apresenta como o subsídio rumo à articulação territorial, ou melhor, reconstrução territorial.

Sendo assim, as práticas sociais analisadas no município de Araçuaí (MG) – microrregião do Vale do Jequitinhonha -, contêm a seletividade espacial para o uso simbólico do território ao mesmo tempo em que os aspectos funcionais de uso e/ou apropriação se revelam. Tais práticas vêm revelando um tipo de conjugação que se apoia em diferentes escalas. A exemplo, o Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD), apresentado como um dos atores/grupos sociais analisados neste estudo, vem desempenhando um papel, ou melhor, tecendo uma rede multiescalar como elemento da contiguidade, promovendo a integração de territórios.

Parte, nesta compreensão, da construção de forças entre grupos historicamente subalternizados. E para isto, Haesbaert (2007) propôs um esquema genérico e singelo para “diferenciar” determinados grupos e/ou tipos ideais e suas respectivas relações com o território. Nos preocupa aqui demonstrar apenas o profundo caráter simbólico com o território, não dissociando, entretanto, a importância de recursos básicos para subsistência de tais grupos. Para estes grupos, lhes importa o território como “territórios da diferença”; o “princípio da multiplicidade”; e, por último, o “território abrigo, lar e da segurança afetiva” (Haesbaert, 2007, p. 24).

Em meio à já mencionada fragmentação, característica do tempo atual, ou nas discussões em Massey (2013), acerca das compressões tempo-espço, grupos e comunidades buscam avidamente a construção de um *sentido do lugar*. Trata-se, nesta ótica, de um enraizamento de caráter simbólico, visto que as diversas formas de reprodução da vida no Vale do Jequitinhonha, sobretudo ligadas às comunidades do espaço rural, passaram e passam pelo processo de tentativa de supressão.

Neste contexto, no seio dos conflitos existentes na região, a ferramenta da comunicação, isto é, a característica comunicacional gerada nas horizontalidades, na comunhão entre os povos, portanto um atributo dos lugares, sobretudo aqueles receptores dos vetores da verticalidade, desempenha uma função de grande relevo. Isso significa caminhar na direção de um protagonismo frente às propostas de conformação de um território e/ou constituição do lugar. Não se trata, no entanto, de uma contraposição total, mas em uma tentativa de participação, rumo à questão já

levantada por Massey (2013, p. 178) “[...] Um sentido do lugar que se adapte a essa era de compressão de tempo-espaço?”

Ao questionar os agricultores no CPCD - Sítio Maravilha em Araçuaí (MG) sobre a produção do eucalipto na região e a sua consequência para a região, foram obtidas as seguintes informações:

Outra questão é a monocultura, né. É um jeito deles explorarem as chapadas. Primeira coisa é o fogo. Eles vêm e gradeia³¹ tudo, a braquiária e a questão do eucalipto. Queimando tudo e plantando eucalipto. Aí as empresas foram chegando. Cê vê que o mesmo que tá pra nós aqui tá pra Itinga³². Eles fizeram a mesma coisa. É muita denúncia, muita gente saiu lá das comunidades, uns colegas meus mesmo, foram embora ameaçados, né, porque denunciaram. É um desafio, né. Cê vê que é gente que tem muito poder, e bater de frente com uma pessoa dessa é complicado. [...] O eucalipto também traz agressão. Uma primeira que é a retirada do homem do local dele, de origem. Outra coisa é a questão ambiental, porque você faz as monoculturas, né, acaba com a fauna toda; a água, a tendência é só secar. Então, faz um desequilíbrio local, e esse local vai contagiar outros raios maiores. Eu não tô fora do mundo [risos]. Outra agressão, é a questão da mineração do granito (AGRICULTOR 1; AGRICULTOR 2, CPCD, dezembro de 2023).

Ademais, colaboradores técnicos do Centro de Agricultura Alternativa (CAV), em Turmalina (MG), foram indagados sobre a mesma temática acima. As respostas obtidas são:

Atualmente o principal conflito tem sido com o monocultivo de eucalipto, essa demanda parte das comunidades que residem no entorno das áreas de eucalipto e que sofrem diretamente seus impactos como: Perda do território historicamente ocupado, escassez hídrica, exposição a agrotóxicos. [...] O monocultivo de eucalipto merece um texto a parte, resumidamente os principais questionamentos dizem respeito aos impactos negativos que o monocultivo causa. Os principais impactos são: A questão fundiária devido a área onde foi implantado o monocultivo historicamente ser de uso comum das comunidades tradicionais da região, a questão hídrica devido o eucalipto ser um cultivo que consome mais água se comparado com a vegetação nativa; a exposição das comunidades aos agrotóxicos que tem aumentado nos últimos anos. Esses impactos quem tem custeado é a população local, porém a reponsabilidade deveria ser de quem causou. Ultimamente em função das demandas das comunidades que atendemos, também estamos atuando em conflitos, como o monocultivo de eucalipto (COLABORADOR TÉCNICO, CAV, dezembro de 2023).

Assim, com este conflito característico da história recente do Vale do Jequitinhonha, foi criado em 2004, no município de Araçuaí (MG), na área rural, um centro de permacultura denominado Sítio Maravilha (ver Figuras 15 e 16), cuja função é realizar experimentos no segmento agrícola, tais como o aperfeiçoamento das

³¹ Preparar o solo para determinado cultivo com maquinários ou manualmente.

³² Município limítrofe com Araçuaí (MG). Distância entre a sede de ambos (45 km).

técnicas do trabalho rural, sendo que o resultado passa a ser compartilhado com outras comunidades a fim de promover uma espécie de autonomia para subsistência, sobretudo àquelas comunidades mais carentes.

Figura 18: Fotografia do viveiro de mudas do Centro de Permacultura – Sítio Maravilha em Araçuaí – MG.



Fonte: Pesquisa de Campo realizada em dezembro de 2023. Autor: Gabriel Abade

Figura 19: Área de entrada do Sítio Maravilha.

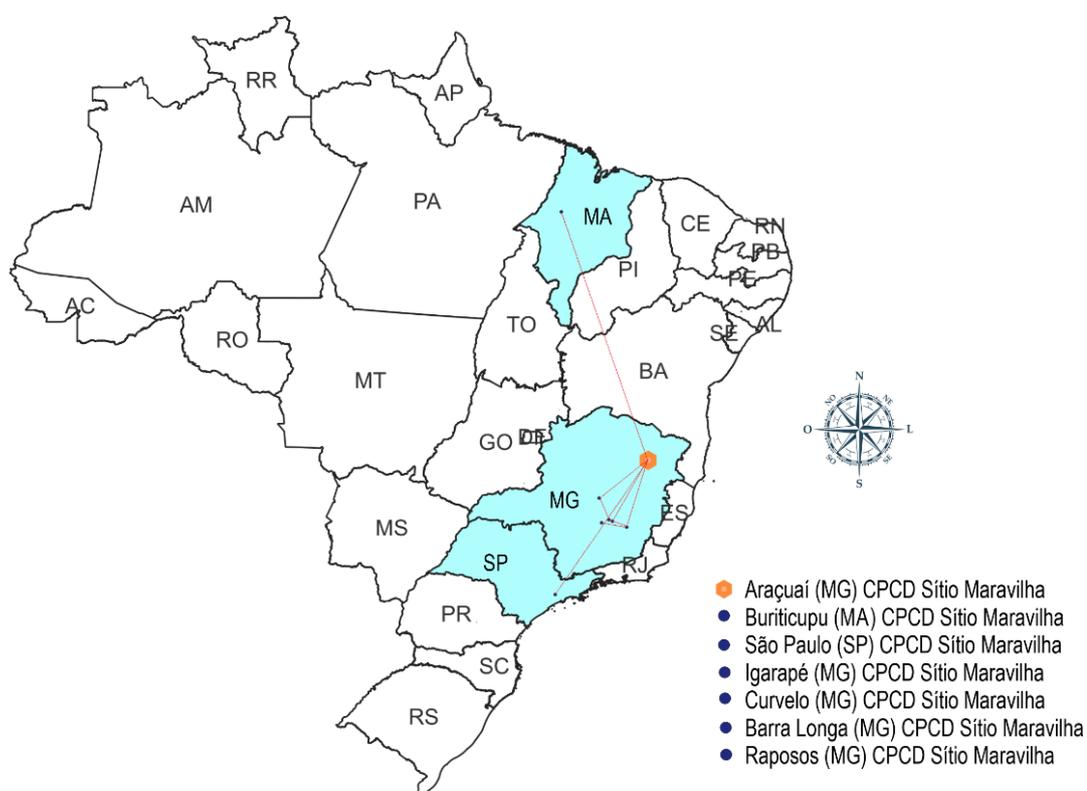


Fonte: Pesquisa de Campo realizada em dezembro de 2023. Autor: Gabriel Abade

Em seguida, constatada a efetividade de tal aperfeiçoamento e garantia de bons resultados, o centro de permacultura Sítio Maravilha (matriz e laboratório), se desloca para outras localidades, outros estados do país, a fim de apresentar os

métodos de aperfeiçoamento. Com esse processo, cria-se então, outros Sítios Maravilha – laboratórios filiais –, nos estados de São Paulo e Maranhão, além de outros em municípios do estado de Minas Gerais³³, como pontos de conexão de um processo articulado (ver Figura 17).

Figura 20: Mapa da Rede CPCD – Sítios Maravilha – 2023.



Constituição da Rede CPCD - Sítio Maravilha e seus pontos de conexão. Autoria própria. 2023

³³ Os municípios em Minas Gerais, além de Araçuaí, são: Igarapé, Curvelo, Barra Longa e Raposos.

Ao questionar um agricultor no Sítio Maravilha – CPCD em Araçuaí - MG, acerca dos interesses, *finalidades*, das práticas ali desempenhadas, foi respondido o seguinte:

Hoje, a gente não tá comercializando, não. Mas na época da pandemia já teve uma produção boa aqui, tinha uma equipe mais aumentada, aí uma parte levava pro projeto Ser Criança, pro outro projeto Ser Criança, que é lá do Colégio Nazaré, a Ação Social, e uma parte que, às vezes, sobrava durante a semana, a gente comercializava entre a própria equipe. A produção nossa, hoje, em razão da falta de mão de obra, ela está muito reduzida. Na verdade, nossa produção hoje não dá nem para suprir no nosso caso aqui, e também o projeto Ser Criança, que uma boa parte da alimentação vai aqui pro Sítio, então aumentaram a compra no supermercado porque a gente não está produzindo o suficiente para suprir a necessidade. A gente colabora com a metade do que é feito aqui, em documento, a parceria é de 30 anos, né. Então, é uma forma de contribuir. Então, quando ambas as partes não continuar, né, romper a parceria, tudo que o CPCD tiver feito aqui, em questão física, né, ficará pra Ação Social sem ônus nenhum. (AGRICULTOR 1; AGRICULTOR 2, CPCD, dezembro de 2023).

Outrossim:

Tem as comunidades aqui de Araçuaí também, onde a gente faz os experimentos bem aqui e leva para as comunidades. E aí tem um projeto em parceria com o CODEMA³⁴, que é uma parceria com a prefeitura lá e tá sendo executado, para finalizar agora em fevereiro, com algumas tecnologias com as comunidades, de saneamento básico rural (AGRICULTOR 1, CPCD, dezembro de 2023).

Diferentemente da prática monocultora, as intenções e práticas desenvolvidas pelo CPCD estão pautadas em técnicas alternativas no espaço rural, tais como a permacultura³⁵. A consorciação (ver Figuras 18 e 19) entre os cultivos numa mesma área representa um de seus aspectos, conforme explanado em trabalho de campo

³⁴ Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

³⁵ “Permacultura é uma expressão originada do inglês “*Permanent Agriculture*” e foi criada por Bill Mollison e David Holmgren na década de 70 do século passado. Ao longo dos anos ela passou a ser compreendida como “Cultura Permanente”, pois passou a abranger uma ampla gama de conhecimentos oriundos de diversas áreas científicas, indo muito além da agricultura. Nos dias atuais, a permacultura transpassa desde da compreensão da ecologia, da leitura da paisagem, do reconhecimento de padrões naturais, do uso de energias e do bem manejar os recursos naturais, com o intuito de planejar e criar ambientes humanos sustentáveis e produtivos em equilíbrio e harmonia com a natureza. Atualmente a permacultura é considerada uma ciência socioambiental de planejamento de assentamentos humanos autossustentáveis, que evoluem naturalmente em relacionamentos dinâmicos e renováveis com o ambiente ao seu redor, que congrega o saber científico com o tradicional popular e visa, é claro, a nossa permanência como espécie na Terra”. Fonte: NÚCLEO DE ESTUDOS EM PERMACULTURA DA UFSC. **O que é permacultura?**. Disponível em: <<https://permacultura.ufsc.br/o-que-e-permacultura/>>. Acesso em: [14/Ago/2023]. Texto: Leticia dos Santos e Marcelo Venturi. Revisão: Arthur Nanni Atualizado em: 16jun2023.

pelo agricultor entrevistado, e repassado às comunidades que carecem de técnicas para trabalhar em solo semiárido. Nas palavras do entrevistado, acerca do que é cultivado:

A gente tem uma variedade, né. A gente tem na área mais agrícola, tem um pouco de milho, feijão, abóbora, mandioca, tem gente que fala de macaxeira; quiabo; de hortaliças, dependendo da época do ano. Não é o ano inteiro, né. E o corante também, então, a cana, tudo faz parte da área mais agrícola, né. E mais um grau de cultura e também tem áreas frutíferas, né, que é: banana, manga, jaca, cajá-manga, umbú e outros frutos mais variados, né. São assim bem pequenas quantidades, porque a propriedade é pequena então não dá pra você ter uma monocultura. É um trabalho mais consorciado, até porque também o nosso foco é não é de monocultura, é de consórcio (AGRICULTOR 1, CPCD, dezembro de 2023).

Outra informação coletada em campo diz respeito à área total da propriedade (12 ha), e a área que é cultivada, apenas 3,8 há. Um aspecto importante observado diz respeito aos princípios do CPCD. Uma área não calculada, mas notória na propriedade do Sítio Maravilha é destinada à ocupação da mata ciliar do rio Jequitinhonha, com suas espécies vegetais nativas, o que não é perceptível nas áreas circundantes, isto é, nas propriedades que se ocupam da monocultura de outras produções.

Algumas práticas desenvolvidas no CPCD para tecnologias sociais advêm de instituições como a EMATER e EMBRAPA, a exemplo, do que afirma o agricultor do Sítio Maravilha:

A gente vai pesquisando e fazendo, né, e o que vai dando certo a gente vai passando para frente. É um laboratório, algumas coisas a gente pega, né, de outras instituições, e desenvolve, e melhora um pouco. Por exemplo, na comunidade aí nós tamo fazendo a TEVAP (Tanque de Evapotranspiração), uma tecnologia desenvolvida pela EMATER, né, pela EMBRAPA, e a gente só formalizou para o CPCD executar e apresentou. Tem uma outra da EMBRAPA também que é o Tanque de Peixe, tecnologia que se chama sisteminha, da EMBRAPA lá do Piauí, que desenvolveu, e a gente trouxe para cá. É a primeira vez que a gente está fazendo ela aqui, mas a gente já tinha experiência com ela lá em Barra Longa, né, já tem 2 anos, já vem fazendo lá o pessoal. Tem uma produção boa de peixe. E deu certo. Aí, teve a oportunidade, a gente colocou no projeto, aí o pessoal aprovou, da prefeitura. Aí agora a gente tá executando (AGRICULTOR 2, CPCD, dezembro de 2023).

Figura 21: consorciação de culturas: concepções e práticas da permacultura, Sítio Maravilha, Araçuaí – MG.



Fonte: Pesquisa de Campo realizada em dezembro de 2023. Autor: Gabriel Abade

Figura 22: Plantação de mandioca em pequena área. Sítio Maravilha.



Fonte: Pesquisa de Campo realizada em dezembro de 2023. Autor: Gabriel Abade

A respeito do surgimento do CAV, nas palavras do entrevistado,

O Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica surgiu a partir da necessidade de desenvolvimento de formas de produção alternativa, adequadas a realidade local em contraposição a revolução verde e seu pacote tecnológico que se mostrou inviável aos modos de produção local e

transformou a região do Vale do Jequitinhonha em uma região de emigração (COLABORADOR TÉCNICO, CAV, dezembro de 2023).

Além disso, ao questionar sobre a articulação do CAV, as escalas e níveis hierárquicos estabelecidos em rede com instituições, ONGs e/ou empresas, o entrevistado afirma que “O CAV possui articulação com outras organizações a nível municipal, estadual, federal e internacional, mas não possui subordinação a nenhuma outra organização, não” (COLABORADOR TÉCNICO, CAV, dezembro de 2023). Em outro questionamento a respeito dos financiamentos dos projetos, afirma: “O CAV não capta recursos de fundos de investimentos. Os projetos executados são principalmente com recursos da Cooperação internacional e de fundações” (COLABORADOR TÉCNICO, CAV, dezembro de 2023).

Com o intuito do desenvolvimento de tecnologias sociais, o CAV – Turmalina localiza-se na sede do município. Trata-se de trabalhos de assessoria técnica realizados numa área denominada Centro de Formação e Experimentação (CFE),³⁶ e nos espaços das comunidades rurais dos municípios do Vale do Jequitinhonha. Conforme o colaborador técnico do CAV, o centro já atuou e atua em mais de 73% dos municípios da região, compreendendo o Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, e em um número considerável de comunidades. Para mais, o CAV, realiza cursos, capacitações, dias de campo e intercâmbios para troca de experiências entre agricultores (as).

No entanto, conforme o colaborador técnico do CAV, a sobrevivência da entidade (CAV) para a execução das diversas atividades depende de projetos.

Todos os projetos tem início, meio e fim. Ao longo dos quase quatorze anos de atuação tenho colaborado na implementação de tecnologias sociais para captação e armazenamento de água da chuva como: Barraginhas e bacias de contenção, apoio técnico no desenvolvimento de Sistemas alternativos de produção como a agricultura orgânica, desenvolvimento de atividades adaptadas às condições e aptidão da região como a apicultura, apoio à comercialização, como as feiras livres e o mercado institucional (PAA e PNAE³⁷). [...] No apoio ao processo de certificação das comunidades

³⁶ “Uma área de 13 hectares, localizada na comunidade do Alto Lourenço, a uma distância de 2,5 km da cidade de Turmalina. No local são desenvolvidas diversas tecnologias sustentáveis que possuem caráter experimental de viabilidade a aplicação na agricultura familiar. Também é destinado a eventos de capacitação relacionados à agricultura e criação animal para promover a troca de conhecimentos com agricultores (as)”. Fonte: disponível em: <https://caviequi.org/eixos/centro-formacao>. Acessado em agosto de 2023.

³⁷ “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram criados no intuito de alavancar o desenvolvimento da agricultura familiar local e contribuem para o combate da pobreza e da miséria no campo. O PAA é regulamentado pela Lei de nº

tradicionais e também apoio as feiras livres. Ultimamente também tem ganhado espaço as vendas online (por meio das redes sociais) (COLABORADOR TÉCNICO, CAV, dezembro de 2023).

Um aspecto muito relevante relatado pelo colaborador técnico do CAV a respeito da divisão de funções dentro do centro com a equipe técnica reforça as noções da horizontalidade enfocadas neste estudo, a saber: “O CAV possui a distribuição de funções de forma horizontal. No início de cada ano tiramos um tempo de planejamento das atividades onde cada profissional já fica sabendo de suas atribuições no decorrer do ano” (COLABORADOR TÉCNICO, CAV, dezembro de 2023). Ainda, confirma o compromisso com os laços horizontais desempenhado em nível regional, ao dizer:

O principal objetivo do trabalho do CAV consiste no desenvolvimento horizontal a partir de tecnologias e formas de produção adaptadas a nossa realidade. Assim busca sempre o protagonismo das famílias, para que elas possam ter um papel transformador da sua realidade e também consiga incidir em políticas públicas através dos espaços que oportuniza as comunidades participar (COLABORADOR TÉCNICO, CAV, dezembro de 2023).

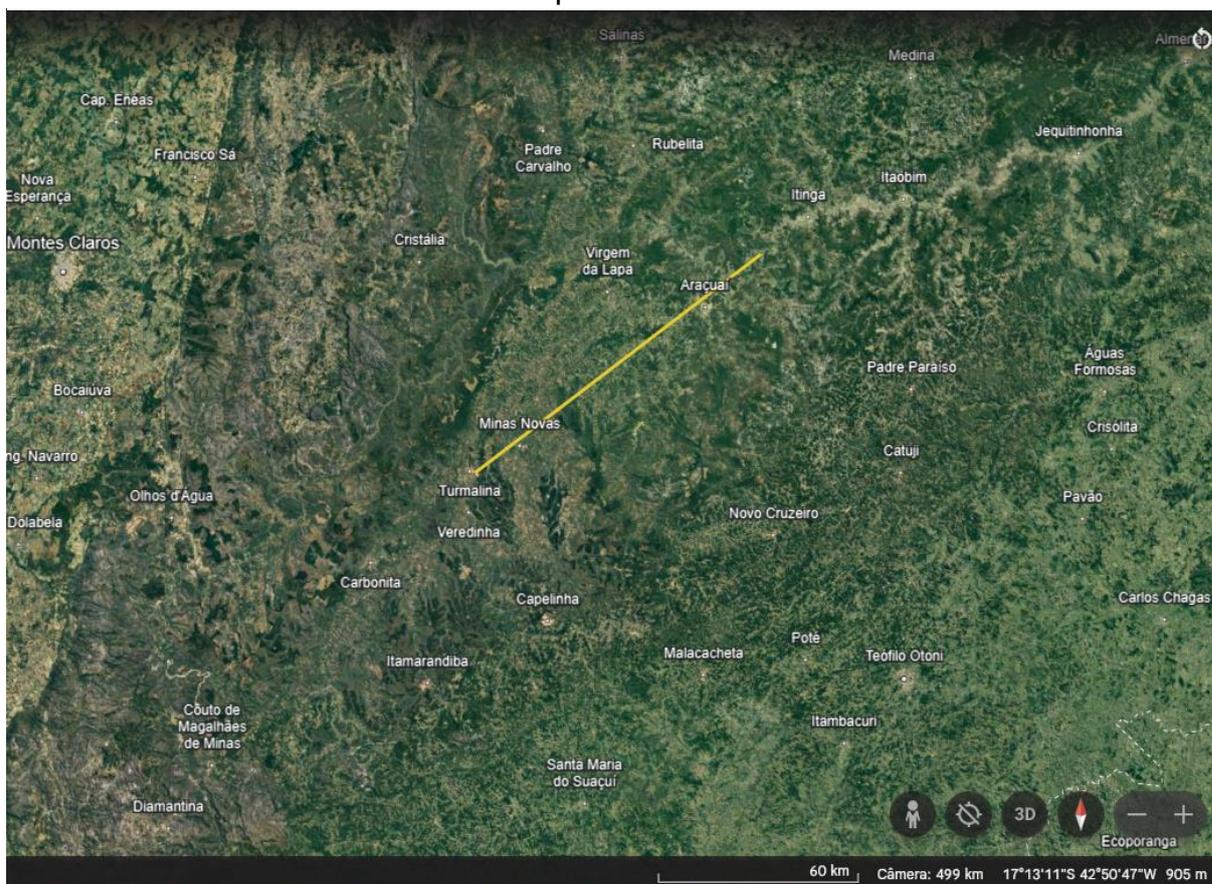
Conforme lembrado por Moreira (2007), a partir das leituras em Santos (1996), o lugar constitui-se de uma trama de relações internas e externas. O autor aponta que as relações internas se realizam de modo contíguo; já as externas se dão mediante a nodosidade tecida por uma rede global. Sendo assim, “Cada ponto local da superfície terrestre será o resultado desse encontro entrecruzado de horizontalidade e de verticalidade” (MOREIRA, 2007, p. 60).

Com isso, as ações promovidas pelo CAV – Turmalina e o CPCD – Sítio Maravilha (Ver figura 20) no Vale do Jequitinhonha vão desde o apoio no desenvolvimento técnico das práticas agrícolas com as comunidades locais à tentativa de atenuação de conflitos envolvendo as grandes empresas monocultoras e minerárias instaladas da região, incluindo empresas estrangeiras. Tais ações, segundo os atores entrevistados, dependem de projetos, parcerias com demais Centros e instituições. Nesse contexto, ao questionar o Colaborador Técnico do CAV – Turmalina a respeito da existência de uma subordinação em relação a quaisquer

10.696, de julho de 2003, e constitui uma política pública desenvolvida para incentivar a agricultura familiar, além de promover a inclusão social no campo, na tentativa de garantir alimento às populações em situação ou não de insegurança alimentar, através da compra da produção familiar (BRASIL, 2003). Além disso, se soma às demais ações estruturantes do Programa Fome Zero, visando à geração da estabilidade financeira das atividades socioeconômicas da agricultura familiar. Para o Governo Federal, o fato de se realizar compras da produção familiar garante preços justos e renda aos agricultores e facilita o processo de doação de alimentos” MDA (2017 *apud* Santana; Lima, p. 317).

órgãos ou instituições, foi afirmado que o CAV não é subordinado a nenhuma outra organização, embora possua articulações com outras organizações do nível municipal ao internacional.

Figura 23: Linha reta entre os Centros (CPCD e CAV) no Vale do Jequitinhonha.



Fonte: captura do Google Earth Pro. Distância em linha reta: 107,95 km.

No sentido da escala internacional, foi questionado ao mesmo Colaborador Técnico acerca de financiamentos e /ou investimentos de grandes grupos estrangeiros. Sem mencionar nomes, foi respondido: “O CAV não capta recursos de fundos de investimentos, os projetos executados são principalmente com recursos da Cooperação internacional e de fundações” (COLABORADOR TÉCNICO, CAV, dezembro de 2023). Com estes dados, vale indagar nesta pesquisa acerca do caráter

da ação organizadora dos territórios, assim como a constituição do lugar a partir de uma rede que é global.

Sabe-se que os Centros (CAV e CPCD) desempenham a solidariedade orgânica, isto é, os componentes sociais possuem um caráter de coesão social visando ao bem comum das populações locais. Mesmo os atores locais que conduzem tais práticas na região e recebem investimentos que lhes são externos, isto é, aglutinam forças oriundas da verticalidade, a razão pela qual os atores organizam o território não condiz com um uso corporativo do território. Ou como já vinha discutindo Moreira (2007) acerca dos processos de inclusão e exclusão nos lugares, bem como da coexistência dos aspectos horizontais e verticais.

Sendo assim, os Centros (CAV & CPCD) se apresentam como agentes amortizadores dos processos de exclusão no Vale do Jequitinhonha. Exclusão que vai desde o alijamento das populações de seus lugares de origem por meio dos conflitos constantes à rarefação técnica para subsistência em meio aos grandes empreendimentos de extração de vultosas matérias-primas sem a redistribuição ou beneficiamento de tais populações.

Além disso, contribui para o que Moreira (2007) discute a partir das noções de lugar em Yi-Fu Tuan (1983), acerca do sentido de pertencimento com o lugar, no qual homens e objetos partilham de simbolismos de modo recíproco. Todavia, o advento do processo globalizador incidindo sobre os lugares impõe ao homem o reestabelecimento de novas relações com o espaço vivido, renovando-se a fim de se manter ou recriar novos laços identitários (Moreira, 2007). Diante dessas noções, o papel do CAV e do CPCD desenvolve-se nessa direção, oferecendo às comunidades locais o contato com novas tecnologias para que possam atribuir sentido às novas formas de relação com o meio.

Nas palavras de Moreira (2007, p. 61), “Categoria da horizontalidade, a contiguidade permanece, costurando agora a centralidade do lugar como matriz organizadora do espaço, porque é coabitação e ambiência. Recria-se.” Dito isto, a capacidade do CAV e CPCD em catalisar a informação informacional (característica da verticalidade) e transformá-la em informação comunicacional (característica da horizontalidade) reforça o caráter inclusivo para o benefício dos objetos técnicos

adaptados à realidade dos povos. Portanto, difere-se da volúpia apregoada pelos grandes vetores modernizantes e suas fábulas³⁸.

Segundo Moreira (2007, p. 62), “[...] Quem só está horizontalizado pode ficar excluído do circuito, e, então, dos benefícios da informação. Assim se define o novo poder da sobrevivência”. O caráter político de ambos os centros (CAV & CPCD), diante do lugar, reflete no reconhecimento da dialética entre verticalidade e horizontalidade para o uso do território, haja vista a disputa para se exercer os domínios hierárquicos pela primeira.

Ações do CAV, segundo o Colaborador Técnico, condizem com as premissas que envolvem a participação dentro dos circuitos verticais. Desde o estabelecimento de parcerias de apoio com as chamadas *cooperações internacionais* às fundações, como explicita:

A cooperação internacional tem algumas entidades, principalmente da Europa, Estados Unidos também, mas a maioria é da Europa que capta recursos para poder apoiar projetos e organizações da sociedade civil, como o CAV, considerados países em desenvolvimento. Essas entidades, algumas delas têm vínculo com igrejas, tanto a igreja católica como também outras igrejas cristãs. A Misereor³⁹ da Alemanha, por exemplo. A Misereor da Alemanha, que apoiou o CAV desde a criação do CAV, é uma entidade que tem vínculo com a Igreja Católica. Então, por exemplo, parte do que é arrecadado com dízimos da igreja, ela destina a apoiar projetos em países em desenvolvimento.
[...]

³⁸ “A partir desse mito e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado” (SANTOS, 2000, p. 9).

³⁹ “Misereor auxilia os membros mais fracos da sociedade: os pobres, os doentes, os famintos e os desprivilegiados. Não importa se são homens ou mulheres que necessitam ajuda, qual a sua religião ou naturalidade. O amor ao próximo é uma atitude fundamental da vida cristã que Misereor visa traduzir em ação concreta; pois, os pobres são nossos irmãos e irmãs com o direito a uma vida digna. Misereor os apoia neste empenho. Misereor não persegue outro fim senão o de promover o desenvolvimento: o mandato recebido pelos bispos alemães exclui a promoção de atividades pastorais e missionárias. [...] Quando um novo projeto é iniciado, isto não significa que especialistas em desenvolvimento europeus se põem a caminho para a região em questão, trazendo já as soluções supostamente adequadas na mala. Pelo contrário, Misereor confia plenamente nos seus parceiros locais: organizações ligadas à Igreja, organizações não governamentais, movimentos sociais e institutos de investigação, com os quais coopera estreitamente, em parte já desde há décadas. Os parceiros configuram os processos de desenvolvimento locais juntamente com os atingidos e implementam os projetos. Misereor os assessora e apoia com know-how e recursos financeiros. Misereor não é só agência financiadora, é também uma organização que aprende, que dialoga e que acompanha solidariamente os seus parceiros. Deste modo estabelece-se um intercâmbio permanente, caracterizado por confiança, espírito crítico e disposição para a aprendizagem. Assim Misereor pode enfrentar, juntamente com os parceiros, os desafios que mudam constantemente”. Fonte: disponível em: <https://www.misereor.org/pt/sobre-nos>. Acessado em: dezembro de 2023.

Ou também pode vir de empresa, né? Às vezes a empresa tem algum fundo lá para poder investir nesses países, né? Mas só que no caso da Europa, por exemplo, tem as entidades que capta esse recurso, aí elabora os editais e esses editais é que a gente concorre para poder tá elaborando os projetos. No nosso caso para comunidades tradicionais e agricultura familiar (COLABORADOR TÉCNICO, CAV, dezembro de 2023).

Quanto às fundações, o apoio com os recursos é normalmente concorrido pelo CAV, e oriundo da Fundação Banco do Brasil. Esta é vinculada às iniciativas privadas, sejam elas nacionais ou internacionais. O Banco arrecada os recursos e os destina na forma de editais. Assim, como é de interesse do CAV adquirir tais recursos para o desenvolvimento de projetos com as comunidades, os colaboradores técnicos estão constantemente inscrevendo o Centro para captá-los (Colaborador Técnico, CAV, dezembro de 2023).

Valendo-se da importância local dos Centros (CAV & CPCD), bem como dos resultados alcançados com as comunidades tradicionais e agricultoras para uma participação política de reconhecimento de seus territórios para a permanência, é importante atentar ao que Milton Santos, advertiu em *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal* 4^o ed. (2000)., acerca da pobreza e do que seriam os excluídos. Para o geógrafo, as pobreza são produzidas, sobretudo por empresas do grande capital externo e instituições globais, contudo os mesmos agentes criadores são quem aparecem com propostas mitigadoras, segundo Santos (2000, p. 36):

[...] soluções localizadas, parcializadas, segmentadas, como é o caso do Banco Mundial, que, em diferentes partes do mundo, financia programas de atenção aos pobres, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando, estruturalmente, é o grande produtor da pobreza.

Isto posto, os Centros numa escala local de atuação suscitam reclamos às grandes instituições para o estabelecimento de coalizões, sejam as já mencionadas, como a Misereor e demais vinculadas às igrejas, valendo-se do processo catalisador para fortalecimento dos laços vicinais. Trata-se de um mecanismo de apropriação de recursos internacionais convertido em ações de disputa e constante negociação no território. Para tanto, tais Centros adquirem o *status* de agentes transformadores do território, superando a noção minimalista de meros receptáculos dos vetores da verticalidade. Requalificam, a seu modo, as noções de escalas, haja vista a extensão espacial em que atuam e, deste modo, encontram suportes nas formas de acontecer homólogo e complementar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme percebido nas literaturas e na execução do trabalho de campo, as interações espaciais desta era da globalização requerem o desenvolvimento de atividades dependentes ou complementares ao passo que os diferentes lugares do mundo interconectam-se e contribuem em partes específicas do processo de cada lugar. Como já lembrado, “O entendimento de que os processos econômicos, políticos, sociais, culturais têm dimensões escalares não pode conduzir à reificação das escalas, como se estas antecedessem e contivessem (como um receptáculo) os processos” (Vainer, 2001, p. 24). Ainda, o mesmo autor, ao refletir sobre o que pode o poder local, acrescenta:

Ações particulares também devem ser desenvolvidas, na esfera regional (metropolitana, mas não apenas), nacional e internacional, para criar alternativas de alianças e acordos de cooperação que favoreçam a coalizão popular e o fortalecimento de seu projeto, em detrimento da velha coalizão dominante (VAINER, 2001, p. 30).

Desse modo, o local, o lugar e os atores que os constituem são tomados como agentes com papel ativo, seja através de práticas insurgentes, de resistência frente ao que é dominante e opressor, seja por meio das formas de negociação com os grandes agentes da economia global. Assim, os agentes locais e extra locais que operam sobre a região e realizam o uso do território, buscam mediante uma seletividade espacial, cujos interesses são postos em jogo, isto é, com oposição e complementaridade, a expressão sintética desta dialética entre verticalidade e horizontalidade.

O lugar do Vale do Jequitinhonha pode ser entendido como área temporal de (re)significação por meio da seletividade espacial horizontalizada. Uma seletividade que precede a existência material dos Centros (CPCD e CAV), que estava presente nas mobilizações entre os atores locais, dos coletivos, comunidades, instituições e demais entidades. Assim, angariados os recursos necessários para a construção dos Centros, entra a etapa do desenvolvimento das tecnologias (sociais e objetos técnicos).

Ademais, a abordagem desta pesquisa propôs combinar ambas expressões (verticalidade e horizontalidade) e suas manifestações no território, valendo-se das suas potencialidades na constituição do lugar. Por isso, a ideia não consistiu em priorizar somente uma delas, tampouco reforçar uma dicotomia presente em algumas

literaturas. Mas revelar para debates futuros a discussão acerca de uma seletividade espacial oriunda também das relações horizontais. Ou ainda, pode-se chamar aqui de uma perspicácia da horizontalidade ao adentrar na solidariedade organizacional, uma vez que congelar apenas nas solidariedades orgânicas mostrou-se inviável para permanência no território, sobretudo no Vale do Jequitinhonha.

Para o uso do território pelos Centros e as comunidades, as condições técnicas e políticas lhes são favoráveis à medida em que as conexões com os pontos nodais extra locais se realizam. Poderíamos chamar de uma intencionalidade com um viés do desenvolvimento igual e combinado, aquele em que inclui ou permite a coexistência de formas diversas, das arcaicas às modernas. Coloca em esfacelamento as visões somente hegemônicas e hegemônicas dos processos de desenvolvimento. Revela a capacidade de condução regional pelas forças horizontais, de modo a superar os níveis de disparidades regionais. Trata-se de alcançar as formas materiais de reprodução da vida consoantes com os ritmos de desenvolvimento das demais regiões.

Ressalta-se que mesmo um debate realizado em torno da indissociabilidade entre a horizontalidade e a verticalidade, é necessário adentrar rumo ao conhecimento dos aspectos que as constituem. Ambas expressões não estão desconectadas dos lugares, portanto do mundo. A racionalidade dominante, isto é, a racionalidade do mundo, se propaga heterogeneamente “deixando coexistirem outras racionalidades, isto é, contra-racionalidades, a que, equivocadamente e do ponto de vista da racionalidade dominante, se chamam “irrationalidades” (Santos, 2000, p. 56). Então, é aí que as particularidades devem ser investigadas, pois as irrationalidades produzidas são ilimitadas, ao contrário da racionalidade dominante. Portanto, as horizontalidades podem revelar diversas irrationalidades e/ou contra-racionalidades nos lugares mais diversos.

A seletividade espacial horizontalizada no Vale do Jequitinhonha pretende atuar nas contradições deixadas pelos sistemas hegemônicos. Ela inclui as necessidades e condições locais dos lugares, assim como desenvolve uma intervenção planejada que leva em consideração as características socioespaciais específicas da região. Assim, a horizontalidade é capaz de criar conteúdos políticos e penetrar as esferas normativas sobre uma determinada região? Qual o peso das suas ações?

Os centros (CPCD e CAV) alçam escolhas e possibilidades de se pensar a região oposta e complementarmente às que modelaram e modelam a região do Vale do Jequitinhonha. Diferem-se, no entanto, com o pensar a partir dos interesses coletivos em que a formação socioespacial da região possui percepções que lhe é própria. São capazes de alinhar as particularidades das populações com técnicas de um tempo antigo e contemporâneo; de orientar para estratégias participativas na resolução de conflitos que perduram até os tempos atuais na região colocando o caráter centrípeto como fator determinante.

Então, uma seletividade espacial enfatizada na crítica aos desafios do precedente uso do território, que opera na contrarrazionalidade diante da racionalidade que se apresenta de modo intransigente, os chamados influxos da verticalidade e sua forma de seleção dos espaços. Além do mais, a cooperação existente entre os agentes da horizontalidade, que vai do local ao extra local também se difere da cooperação das empresas. Conforme apresentado neste estudo, elas constituem o chamado círculo de cooperação que, por sua vez, relaciona-se a um determinado setor produtivo.

Portanto, a interseção entre a horizontalidade e a verticalidade está, hoje, nas características de articulação multiescalar, na circulação de informações; as grandes empresas realizam a circulação do capital entre elas verticalmente; os agentes da horizontalidade transferem e captam o capital na forma de recursos para ações solidárias, a exemplo da citada instituição alemã Misereor e suas ações com os grupos sociais da base da sociedade, como o CAV. Trata-se, afinal, das formas de insurgência, nas quais os grupos subalternizados encontram por meio dos aparelhos de informação e de comunicação maneiras de dar vazão aos seus respectivos interesses, afim de superar os processos impositivos e exploratórios que advêm das grandes corporações. Como consequência, penetram nas instâncias verticalizadas e adquirem potência para disputar uma seletividade espacial.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTAS Jr., Ricardo Mendes. **Considerações sobre agentes relevantes nos círculos de cooperação do complexo industrial da saúde no território brasileiro.** XIV ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, v. 14, 2013.
- ANTAS Jr., Ricardo Mendes. **Elementos para uma discussão epistemológica sobre a regulação no território.** GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 8, n. 2, p. 81-86, 2004.
- BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica.** São Paulo: McGraw-Hill, 1986.
- CARNEIRO, E.J. **Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais.** 2003 Tese. (Doutorado em ciências humanas). sociologia e política, da Universidade Federal de Minas Gerais. 2003.
- CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. **Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo.** Sociedade & Natureza, v. 22, p. 461-474, 2010.
- CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-48.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Corporação, práticas espaciais e gestão do território.** Anuário do Instituto de Geociências, v. 15, p. 35-41, 1992.
- DIAS, Leila Christina. Territórios e redes: perspectivas teórico-metodológicas no campo interdisciplinar do desenvolvimento regional. In: **Territórios, redes e desenvolvimento regional: perspectivas e desafios.** Florianópolis: Insular, p. 13-24, 2018.
- DINIZ, Raphael Fernando. **Diálogo de saberes ou monólogo do conhecimento?: ação extensionista e políticas de desenvolvimento rural no Vale do Jequitinhonha mineiro.** Tese de doutorado. 2018. UNESP.
- DOS SANTOS, Theotônio. A globalização reforça as particularidades. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. **Território: Globalização e Fragmentação.** 5.ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- ELIAS, Denise. **Trabalho de campo: notas teórico-metodológicas.** Geosp. São Paulo, n. 5, p. 97-108, 1998.

Espaço, tempo e solidão. Entrevista concedida a Pedro Maciel. Medium. (1.15pp)
Entrevista publicada no Suplemento Literário de Minas Gerais em dezembro de 1999.

FJP. **Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha - Volume 01:** Estratégias e ações. Belo Horizonte/MG: Fundação João Pinheiro, 2017. b.

HAESBAERT, Rogerio. **Território e multiterritorialidade:** um debate. GEOgraphia, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.

IBA. **Relatório IBÁ.** 2022. Disponível em: <https://iba.org/datafiles/publicacoes/relatorios/relatorio-anual-iba2022-compactado.pdf>>. Acesso em: setembro. 2023.

KAHIL, S. P. **Psicosfera:** uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 475 – 485, 2010

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **A modernização do Vale do Jequitinhonha Mineiro e o processo de formação do trabalhador “boia-fria” em suas condições regionais de mobilização do trabalho.** Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2010.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **O campesinato no Vale do Jequitinhonha:** da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LIMA, Lucas Gama et al. **O deserto verde cresce em Alagoas:** uma análise crítica da expansão do eucalipto no estado. Caderno de Geografia, v. 30, n. 63, p. 1210-1229, 2020.

MAIA, Cláudia de Jesus; LOPES, Maria de Fátima. **Formas tradicionais de solidariedade camponesa no Vale do Jequitinhonha.** Revista Unimontes Científica, v. 5, n. 2, p. 39-56, 2003.

MARINHO, Breno Vinicius Oliveira. **Relatório de estágio supervisionado obrigatório:** Suzano papel e celulose–UNF Maranhão. 2017.

MARTINS, Andreza. **Entre terra e mar:** interfaces no processo de transformação territorial na área de proteção ambiental da baleia franca. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC. 2012.

MASSEY, Doreen. **Space, place and gender.** John Wiley & Sons, 2013.

MENEZES, Willian Guedes Martins Defensor. **Seletividades e desigualdades socioespaciais:** o uso do território brasileiro pela soja. 2021.

MOREIRA, Ruy. **Da região à rede e ao lugar:** a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. *Ciência Geográfica*, n. 6, p. 1-11, 1997.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia:** ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2008.

MOURA, M. M. **Os deserdados da terra:** a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NABARRO, Wagner Wendt. **O espaço do mercado de capitais:** tecnosfera e psicofera dos investimentos no território brasileiro. 2022. Tese (doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

PEREIRA, Doralice Barros. **Unidades de Conservação e mapeamentos:** permanências e conversões. Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, Belo Horizonte: UFMG, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2010.

PICCOLI, Daniel. **Eucalipto, o (deserto) verde maldito:** atos de uma disputa... Com muitos perdedores!. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, n. 222, p. 70-80, 2006.

RESENDE, João Batista; SANTOS, Antônio Carlos dos. **A cadeia produtiva do carvão vegetal em Minas Gerais:** pontos críticos e potencialidades. Viçosa, MG: U.R. EPAMIG-ZM, 2010. 80p. – (EPAMIG. Boletim Técnico, 95).

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Regionalização:** fato e ferramenta. *Brasil século XXI: por uma nova regionalização*, 2. ed. Rio de Janeiro: Letra capital, p. 194-212, 2016.

RIBEIRO, Maria Teresa F. Arte e vida no Vale: a prontidão dos homens lentos. *In: Vale do Jequitinhonha:* cultura e desenvolvimento. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, p. 72-81, 2012.

RIBEIRO, R. F. O rio não corre só para o mar: os movimentos sociais e as lutas populares do Jequitinhonha nos anos 1980 e 1990. *In: SOUZA, J. V. A. de; HENRIQUES, M. S. Vale do Jequitinhonha:* formação histórica, população e movimentos. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010b. p. 189-207.

SANTANA, Luiz Sérgio Lopes; LIMA, Filipe Augusto Xavier. **Os programas PAA e PNAE e seus efeitos sobre um grupo de mulheres do Assentamento Lagoa do Serrote II.** *Revista de extensão e Estudos Rurais*, v. 7, n. 1, p. 311-336, 2018.

SANTOS, Albér Carlos Alves. **A Codevale e o discurso desenvolvimentista do Estado no Vale do Jequitinhonha entre 1960 e 1980**. Dissertação, Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2018.

SANTOS, M. **Espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Edusp, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. **Desafio do ordenamento territorial**: "o pensamento". Fotocópia do original. São Paulo, 1994.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios/Milton Santos. Petrópolis: Vozes. 1979. 159p.

SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. *In*: SANTOS, Milton. et. al. **O espaço em questão**. São Paulo: Marco Zero Ltda., terra livre; AGB. 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec., 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471p.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec. 1998.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec. 1998.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **O Vale do Jequitinhonha entre a di-visão pela pobreza e sua significação pela identificação regional**. 2012. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense.

SERVILHA, Matheus de Moraes. Vale do Jequitinhonha: a emergência de uma região. *In*: NOGUEIRA, M. das D. P. (Org.). **Vale do Jequitinhonha**: cultura e desenvolvimento. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2012. p. 22-50.

- SILVA, Adriana M. Bernardes. et. al. **Instabilidade dos territórios**: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. 2022.
- SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **Monocultura e conflito socioambiental**. URL <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br>, 2011.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- SILVEIRA, María Laura. **Território usado**: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Ciência Geográfica - Bauru - XV - Vol. XV - (1)*: Janeiro/Dezembro. 2011.
- SIMONDON, G. **Do modo de existência dos objetos técnicos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.
- SODRÉ, Reges. **Prática espacial, habitus e espaço urbano**: Ensaio de geografia da vida cotidiana. *Geopauta*, v. 5, n. 1, 2021.
- SOUZA, Cristiane Luíza Sabino. **Questão agrária, superexploração e migração temporária**: o Vale do Jequitinhonha na dialética do capitalismo dependente. Dissertação de mestrado. Vitória-ES: UFES, 2016.
- SOUZA, Lauanda Lopes de. **Mãos e pés na terra**: análise dos silenciamentos nos diagnósticos sobre o Jequitinhonha. Dissertação. Mestrado em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. 2022.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-48.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.
- VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: **Planejamento e Território**: ensaios sobre a desigualdade. Rio de Janeiro: DP&A Editora; Cadernos IPPUR-UFRJ 2001-2/2002-1.
- VIEIRA, Anna Paula Ferraz. Dias; JÚNIOR, Milton Esteves. **Cidade e Narrativa**: Discurso e direito à cidade nos espaços opacos. *VIRUS*, São Carlos, n. 17, 2018. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus17/?sec=4&item=5&lang=pt>>. Acesso em: 14 Mar. 2023.
- VIEIRA, Sônia. **Como elaborar questionários**. 1. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

8 APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O CPCD



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA



Campus Prof. João David Ferreira Lima — Trindade
CEP 88040-900 — Florianópolis — Santa Catarina - Brasil

Sítio: www.ppggeo.ufsc.br E-mail:
ppgg@contato.ufsc.br

Pesquisa de mestrado:

**A seletividade espacial e o uso do território pelas comunidades
agricultoras no**

Vale do Jequitinhonha (MG)

Aluno mestrando/pesquisador: Gabriel Alves Abade

Agência Financiadora: CAPES

Coleta de dados...

Questionário/entrevista

**Informar da confidencialidade da identidade do entrevistado, a não
exposição pessoal, a troca de nomes etc.**

Solicitar a autorização quanto à gravação da entrevista.

1. Entrevistado (nome):
2. Naturalidade: Araçuaí (MG), Araçuaí (MG), Itinga (MG)
3. Nome da propriedade: Centro de Permacultura Sítio Maravilha – CPCD.
4. Proprietário: (opcional)
5. Área total da fazenda: _____ área produzida: _____
6. Há rede de esgoto, água encanada e energia elétrica, serviços dos correios?
7. Como foi o seu processo de entrada/inserção no Sítio Maravilha?

8. Já trabalhou em fazenda ou empresa ligada ao agronegócio? Quando, onde e remuneração?
9. Qual a sua função/trabalho realizado no Sítio Maravilha?
10. Sobre o trabalho no Sítio Maravilha:
 - a) mão de obra () Familiar () Assalariada () Diarista () Outras
 - b) Quantas pessoas trabalham nas atividades do Sítio Maravilha
11. Você sabe sobre o surgimento do Sítio Maravilha?
12. O que é cultivado?
13. Como é realizado a divisão do trabalho (atribuição de funções) a todos que desenvolvem atividades no Sítio Maravilha?
14. Você(s) (representando o grupo) têm algum tipo de assistência ou assessoria? Se sim, quem os presta assistência? Desde quando e como? Seja de ONGs, Instituições, Empresas etc.
15. Essas entidades estão localizadas somente no Vale do Jequitinhonha ou em outras mesorregiões em Minas Gerais e/ou fora do estado?
16. Como ocorreu essa articulação/parceria?
17. Além de receber assistência/assessoria, vocês também prestam estes serviços à alguma comunidade ou família agricultora?
18. O Sítio Maravilha é subordinado a algum outro centro?
19. Quais ações e investimentos o executivo municipal (prefeitura) já realizou para atender as demandas da comunidade?
20. Existem grandes grupos/fundos de investimentos nacionais/internacionais investindo na região?
21. Quais são os princípios/valores dos trabalhos realizados aqui? Objetivos/finalidades/interesses?
22. Com se dá a forma de permanência deste coletivo/grupo/comunidade?
23. Vocês comercializam o que é produzido no Sítio Maravilha?
24. Oferecem cursos de assistência e/ou vivências neste local?
25. Quais são as dificuldades enfrentadas para manter este espaço e as práticas realizadas?
26. Vocês possuem algum tipo de conflito com algum outro setor produtivo? Seja através de concorrências, ameaças, tentativa de suprimir (reduzir) as práticas realizadas no Sítio Maravilha?

27. Possuem algum **lema de luta**? Uma política coletiva ou ideais de resistência?
(Luta pela terra, permanência no espaço rural)?

28. Se classificam como camponeses, agricultores familiares, grandes produtores...?

29. **Finalizando...**

30. O grupo/comunidade dispõe de algum aparato técnico (maquinário, insumos, capacitação, profissionais da área agrícola – agrônomos -) para a produção?

31. Quais foram as principais conquistas depois da criação do Sítio Maravilha? (tanto individual como coletivamente).

32. O que o Sítio Maravilha hoje representa para você e sua família?

33. O que você(s) espera(m) do Futuro?

34. O que sabe sobre a produção do eucalipto na região?

35. Conhece pessoas que trabalhem com a produção do Eucalipto?

36. Esta produção impacta a comunidade de alguma forma?

Re: Acima

a) Se sim, de qual(s) forma(s)?

Re: Acima.

37. O que mais gostaria de informar?

9 APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O CAV



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA**



Campus Prof. João David Ferreira Lima — Trindade
CEP 88040-900 — Florianópolis — Santa Catarina - Brasil
Site: www.ppggeo.ufsc.br E-mail:
ppgg@contato.ufsc.br

Pesquisa de mestrado:

**A seletividade espacial e o uso do território pelas comunidades
agricultoras no
Vale do Jequitinhonha (MG)**

Aluno mestrando/pesquisador: Gabriel Alves Abade

Agência Financiadora: CAPES

Coleta de dados...

**Informar da confidencialidade da identidade do entrevistado, a não
exposição pessoal, a troca de nomes etc.**

Solicitar a autorização quanto à gravação da entrevista.

1. Entrevistado (nome): _____
2. Naturalidade: _____
3. Nome da propriedade: _____
4. Proprietário: (opcional) _____
5. Área total do espaço rural: _____ área produzida: _____
6. Há rede de esgoto, água encanada e energia elétrica, serviços dos correios?
a) () Sim, todos. () Não: _____.
7. Como foi o seu processo de entrada/inserção no CAV - Turmalina? _____

8. Já trabalhou em fazenda ou empresa ligada ao agronegócio? Quando, onde e remuneração?
9. Qual a sua função/trabalho realizado no CAV - Turmalina?
10. Sobre o trabalho no CAV - Turmalina:
 - c) mão de obra () Familiar () Assalariada () Diarista () Outras
 - d) Quantas pessoas trabalham nas atividades do CAV - Turmalina

11. Você sabe sobre o surgimento do CAV - Turmalina?
12. O que é cultivado? _____
13. Como é realizado a divisão do trabalho (atribuição de funções) a todos que desenvolvem atividades no CAV - Turmalina?
14. Você(s) (representando o grupo) têm algum tipo de assistência ou assessoria? Se sim, quem os presta assistência? Desde quando e como?
Seja de ONGs, Instituições, Empresas...
15. Essas entidades estão localizadas somente no Vale do Jequitinhonha ou em outras mesorregiões em Minas Gerais e/ou fora do estado?
16. Como ocorreu essa articulação/parceria?
17. Além de receber assistência/assessoria, vocês também prestam estes serviços à alguma comunidade ou família agricultora?
18. Conhecem a experiência do **Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD)** que trabalham a permacultura e agroecologia nos Sítios Maravilhas?
19. O CAV - Turmalina é subordinado a algum outro centro?
20. Quais ações e investimentos o executivo municipal (prefeitura) já realizou para atender as demandas da comunidade?
21. Existem grandes grupos/fundos de investimentos nacionais/internacionais investindo na região?
22. Quais são os princípios/valores dos trabalhos realizados aqui?
Objetivos/finalidades/interesses?
23. Com se dá a forma de permanência deste coletivo/grupo/comunidade?
24. Vocês comercializam o que é produzido no CAV - Turmalina?
25. Oferecem cursos de assistência e/ou vivências neste local?
26. Vocês recebem algum tipo de financiamento (recurso financeiro), doação de terras etc?

27. Quais são as dificuldades enfrentadas para manter este espaço e as práticas realizadas?
28. Vocês possuem algum tipo de conflito com algum outro setor produtivo? Seja através de concorrências, ameaças, tentativa de suprimir (reduzir) as práticas realizadas no CAV - Turmalina?
29. Possuem algum **lema de luta**? Uma política coletiva ou ideais de resistência? (Luta pela terra, permanência no espaço rural)?
30. Se classificam como camponeses, agricultores familiares, grandes produtores...?
- 31. Finalizando...**
32. O grupo/comunidade dispõe de algum aparato técnico (maquinário, insumos, capacitação, profissionais da área agrícola – agrônomo -) para a produção?
33. Quais foram as principais conquistas depois da criação do CAV - Turmalina? (tanto individual como coletivamente).
34. O que o CAV - Turmalina hoje representa para você e sua família?
35. O que você(s) espera(m) do Futuro?
36. O que sabe sobre a produção do eucalipto na região?
37. Conhece pessoas que trabalhem com a produção do Eucalipto?
38. Esta produção impacta a comunidade de alguma forma?
b) Se sim, de qual(s) forma(s)?
39. O que mais gostaria de informar?